



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARY HELLEN LIMA DAS NEVES

**OS ÍNDIOS XUKURU-KARIRI NA MATA DA CAFURNA EM PALMEIRA DOS
ÍNDIOS: RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO SEMIÁRIDO ALAGOANO
(1979 a 2016)**

MACEIÓ

2019

MARY HELLEN LIMA DAS NEVES

**OS ÍNDIOS XUKURU-KARIRI NA MATA DA CAFURNA EM PALMEIRA DOS
ÍNDIOS: RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO SEMIÁRIDO ALAGOANO
(1979 a 2016)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.
Orientador: Prof^a. Dr^a. Michelle Reis de Macedo.

MACEIÓ

2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale – CRB4 - 661

N518i Neves, Mary Hellen Lima das.

Os índios Xukuru-Kariri na Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios : relações socioambientais no semiárido alagoano (1979 a 2016) / Mary Hellen Lima das Neves. – 2019.

123 f. : il. color.

Orientadora: Michelle Reis de Macedo.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 116-123.

1. Índios da América do Sul – Brasil, Nordeste. 2. Índios Xukuru-Kariri – Memórias – 1979-2016. 3. Conflitos étnicos. 4. Índios – Relações socioambientais. 5. Semiárido – Alagoas I. Título.

CDU: 397(=981)

Folha de Aprovação

MARY HELLEN LIMA DAS NEVES

Os índios XUKURU-KARIRI na Mata da Cafuna em Palmeira dos Índios/AL: Relações Socioambientais no Semiárido Alagoano (1979-2016)

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 22 de março de 2019.



Prof^a. Dr^a. Michelle Reis de Macedo (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Aldemir Barros da Silva Júnior (Examinador Externo)
Universidade Estadual de Alagoas



Prof^a. Edson Hely Silva (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

**Ao povo Xukuru-Kariri;
Aos meus professores pelo apoio incondicional;
A minha família.**

AGRADECIMENTOS

Certa vez li algo que dizia que a gente só chega a algum lugar dando a mão para alguém, mas comigo foi diferente, pois minhas mãos se encontraram com várias outras, e não apenas uma, e isso é muito significativo. Nestes últimos dois anos o sentimento que predomina é o de gratidão. Cursar o mestrado foi um desafio maior do que eu podia imaginar, ir a Maceió semanalmente, pagar os créditos das disciplinas, aventurar-me em uma cidade maior, participar dos eventos, lidar com uma realidade diferente da então vivida, foi muito importante para minha formação como acadêmica, mas principalmente como ser humano.

Tomar a decisão de participar do Programa de seleção da Pós Graduação da UFAL implicou em vários apoios dos quais não poderia deixar de citar, pois certamente foram os que me permitiram chegar até aqui. Agradeço a Simone Lopes, amiga de longas datas que me enviou o edital da seleção; a Vitória Paixão, minha amiga tão querida, que por conhecer o processo incentivou-me a tentar, me fazendo acreditar que era possível conseguir. Ao meu orientador e amigo durante a graduação Prof. Adelson Lopes pelo compromisso com a Educação, com os povos indígenas e com orientandos, cada passo que dou é por que inicialmente alguém acreditou em mim e esse alguém foi você.

Em seguida agradeço a Universidade Estadual de Alagoas, Campus III, Palmeira dos Índios, que mesmo com tantas dificuldades estruturais e recursos humanos ofertou um ensino de qualidade, em especial aos professores que passaram pelo curso de História, Wellington Lopes, Amélia Florêncio, Luziano Pereira e Francisca Neta, pessoa esta, que além de professora tornou-se amiga. As aulas de Introdução ao Estudos Históricos e Teoria me fizeram perceber que estava no caminho certo, muito obrigada “Fran”.

Durante a graduação e mesmo depois de concluí-la, me tornei membro do Grupo de Pesquisa em História Indígena de Alagoas (GPHIAL), este grupo foi e ainda é base para nós que pesquisamos a temática, sendo referência em Alagoas e também regionalmente. Ser parte dele foi muito importante para compreender textos, esclarecer dúvidas, produzir textos, mas além dos estudos fizemos importantes amizades que a cada ano se intensificam. Gostaria de fazer um agradecimento especial dentre os componentes do Grupo a Amanda Antero, Adauto Rocha, Brunemberg Soares e Luan Moraes, com Amanda e Bruno realizamos coletivamente diversos trabalhos de campo, partilhamos as dificuldades da pesquisa, socializamos fontes. A Adauto pelas fotografias cedidas e conversas partilhadas; o Brunemberg que tantas vezes me levou a Aldeia, mesmo sem precisar ir mais, apenas para me ajudar, minimizando meus custos e sendo apoio, muito obrigada por estas atitudes, pois me dizem muito sobre você. Agradeço a

Luan com quem compartilhei a ansiedade e a alegria do resultado da seleção, além do período em sala de aula.

Na UFAL outros vínculos foram criados com meus colegas de curso. A Andreza agradeço pelas orientações com os ônibus, nas companhias ao APA¹, nos almoços e jantares no RU². Pelas leituras de resumos, fichamentos e pelo cuidado enquanto estive em Maceió; A Ricardo, colega centrado, que gentilmente oferecia carona, diminuindo os percursos da UFAL até em casa; A Robson pela dedicação e compromisso, também por tornar mais leve os fardos com humor sempre aguçado; A Ângela que com sua personalidade discreta dividiu muitas histórias com todos nós. No segundo semestre estas relações aumentaram, se estendendo aos estudantes da linha de pesquisa de História Cultural, César, Klíscia, Carlos e Benjamim; e nosso querido Oseas, que mesmo em fase de conclusão, cursava disciplinas conosco, mostrando sempre disponibilidade em ajudar, principalmente a quem não residia em Maceió. E com isto tornou-se parte da turma, vocês fizeram a diferença e juntos vivemos muitas experiências, tanto positivas quanto negativas.

A minha família foi essencial no decorrer deste período, meus pais Maria Luísa e Francisco Elias, que mesmo sem entender muito apoiaram-me; aos meus irmãos Magnólia, Cristiane, Flávio e Jadson, este último dividiu comigo a responsabilidade do trabalho além da pesquisa e nos últimos meses vem assumindo tudo praticamente sozinho; ao Júnio (irmão) e a esposa Juliana que desde a graduação tem me dado sua casa para eu também chamar de minha, possibilitando que eu conseguisse concluir estas etapas. Muito obrigada, sem o apoio de vocês, teria sido muito difícil.

A Yuri Franklin agradeço pelas contribuições na elaboração dos gráficos, pela configuração final, pelas sugestões no texto e pela amizade que surgiu e da qual eu muito valorizo. A Carlos André, que conheci durante o processo seletivo e pela amizade que surgiu a partir dali, pelo laço que firmou-se entre nós. A Maria da Penha, pesquisadora, pessoa querida e muito solícita que me recebeu inúmeras vezes em sua residência quando participei de eventos, muito obrigada. A Deisiane Bezerra, amiga, professora e pesquisadora, pessoa que se faz presente em minha vida há um bom tempo. Obrigada pela mão estendida, pelos puxões de orelha e por me compreender mesmo quando ninguém compreende, espero fazer por merecer tanto carinho e amizade. A Elaine Cristina, Larissa Costa e Tatiana Costa pela amizade desde a graduação, e a Kawanny Ferreira e Viviane Melo na Especialização, cada uma ao seu modo foi e é muito importante em minha vida.

¹ Arquivo Público de Alagoas.

² Restaurante Universitário.

Após acontecer o Exame de Qualificação tive a certeza de que não poderíamos ter escolhido uma banca melhor, os professores convidados além de competentes, são extremamente humanos, o que na lógica, deveria ser uma regra e não exceção. Me senti respeitada e acolhida pelos professores Aldemir Barros e Edson Silva, e mantive contato com ambos quando necessário para sanar dúvidas ou solicitar indicações de textos ou fontes, muito obrigada professores. Agradeço a minha orientadora Prof^a Michelle Reis de Macedo, que me aceitou como orientanda e desafiou-se comigo nessa pesquisa, mesmo tendo tantas atribuições, compreendendo minhas limitações e minha ansiedade pulsante, muito obrigada.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que financiou a pesquisa, a participação em eventos e a aquisição de materiais como livros necessários à pesquisa, além do corpo de docentes da UFAL e a Secretária do PPGH Luciana Pimentel, sempre atenciosa e disposta a ajudar.

Preciso externar minha gratidão também a uma pessoa que ressurgiu com o mestrado já em andamento, Júnior Leite pelo reencontro e pelo cuidado comigo e minha família durante a descoberta do problema de saúde do meu pai. Por ter agilizado muito do que nós não tínhamos conhecimento; e com isso possibilitando que eu desse andamento à pesquisa, nada do que eu diga expressa meu carinho e gratidão a você.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao povo Xukuru-Kariri por todo carinho e recepção a mim dedicados nas diversas idas ao território indígena da Aldeia Mata da Cafurna, a Dona Salete e Sr. Antônio pelas conversas acompanhadas de um bom café ou de um suco bem gelado; a Lenoir pelas diversas conversas, levantamento de dados e idas ao campo e disposição em nos receber; a Tanawy, Suyane e Corã pelas contribuições. Ao Sr. Antônio Celestino que gentilmente nos recebeu acompanhado de Dilson seu sobrinho, e juntos nos relataram sobre os Xukuru-Kariri em uma conversa muito agradável; aos indígenas que concederam entrevistas, mas que por medo de represálias solicitaram que seus nomes fossem ocultados. Infelizmente a conjuntura social política ainda nos torna reféns de nossa trajetória, mas haverá um dia que isso não mais existirá. A todos e todas meu sincero sentimento de gratidão por construir esta dissertação, sem o apoio de vocês não seria possível.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Os Xukuru-Kariri no Posto Indígena Irineu dos Santos, Palmeira dos Índios, Alagoas, 1952..	34
Fotografia 2: Primeira retomada na Mata da Cafurna (1979)	37
Fotografia 3: Escola Estadual Indígena Mata da Cafurna (2019).....	50
Fotografia 4: Jaqueira no pátio da Escola.	52
Fotografia 5: Posto de Saúde da Família na Aldeia Mata da Cafurna.	54
Fotografia 6: Pólo Base de Saúde Indígena Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios/AL.	55
Fotografia 7: Vista panorâmica da cidade de Palmeira dos Índios/AL (2011).	62
Fotografia 8: Via de acesso a Aldeia Mata da Cafurna (2018).	65
Fotografia 9: Cotidiano na Aldeia Mata da Cafurna (2019)	66
Fotografia 10: Biomas na Aldeia Mata da Cafurna.	69
Fotografia 11: Estradas de acesso inicial a Aldeia Mata da Cafurna.	95
Fotografia 12: Estradas de acesso já próxima a Aldeia Mata da Cafurna.	Error! Bookmark not defined.
Fotografia 13: Açude na Aldeia Mata da Cafurna.	96
Fotografia 14: Abastecimento de água em Palmeira dos Índios (1940) com água do açude na Mata da Cafurna.....	97
Fotografia 15: Abastecimento de água em Palmeira dos Índios (1940) com água do açude na Mata da Cafurna.....	98
Fotografia 16: Antiga Lagoa na Mata da Cafurna.	99
Fotografia 17: Nascente próxima a Lagoa na Aldeia Mata da Cafurna.	101
Fotografia 18: Nascente próximo ao açude na Aldeia Mata da Cafurna.	102
Fotografia 19: Paisagem na Aldeia Mata da Cafurna.	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Sobre o conceito de Território, Territorialidade, (des) territorialização e (re)territorialização	45
Gráfico 2: Lideranças políticas Xukuru-Kariri com destaque para a família Celestino.	47

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Semiárido alagoano.	60
Mapa 2: Seminário brasileiro	61
Mapa 3: Mapa de Alagoas, destacando o município de Palmeira dos Índios.	63
Mapa 4: Área indígena em Palmeira dos Índios/AL demarcada pela Funai.	64
Mapa 5: Localização da bacia hidrográfica do Rio Coruripe, Alagoas. Error! Bookmark not defined.	

LISTA DE QUADROS

Tabela 1: Aldeias dos índios na Província das Alagoas (séc XIX)	28
Tabela 2: Variedade de plantas nativas existentes na Aldeia Mata da Cafurna.	77
Tabela 3: Variedade de espécies de animais encontrados na aldeia.	80
Tabela 4: Ocupações para retomada total da Aldeia Mata da Cafurna.	90

LISTA DE ABREVIATURAS

APOINME: Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.

ASA/BRASIL: Articulação do Semiárido brasileiro

CIMI: Conselho Indigenista Missionário

CLIND: Curso de Licenciatura Intercultural Indígena

EJA: Educação de Jovens e Adultos

FUNAI: Fundação Nacional do Índio

FUNASA: Fundação Nacional de Saúde

GPHIAL: Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IMA: Instituto do Meio Ambiente

ISA: Instituto Socioambiental

ha: hectares

PE: Pernambuco

PI: Posto Indígena

PSF: Posto de Saúde da Família

MEPE: Museu do Estado de Pernambuco

NEPEF: Núcleo de Estudos Políticos e Filosóficos

RDS: Reserva de Desenvolvimento Sustentável

SESAI: Secretaria Especial de Saúde Indígena

SPI: Serviço de Proteção aos Índios

SPITLN: Serviço de Proteção e Localização de Trabalhadores Nacionais

TI: Terra Indígena

RESUMO

Esta pesquisa é sobre o território indígena da Aldeia Mata da Cafurna habitada pelo povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios/AL, Semiárido alagoano, tendo como objetivo compreender a importância da ocupação deste território para os indígenas, bem como os significados das relações socioculturais que estabeleceram com o Ambiente no acesso e utilização dos recursos naturais, entre 1979 e 2016. A área da referida Aldeia foi retomada em 1979 e após um longo processo jurídico foi regulamentada um total de 620,6 ha, abrigando cerca de 150 famílias e em média 812 pessoas, segundo dados internos dos habitantes referente ao ano de 2018. Estes constituem suas moradias, produzem parte de sua base alimentar, praticam os rituais religiosos e procuram assegurar o equilíbrio com o Ambiente e com isto, afirmam-se identitária e socioculturalmente. Outra aldeia era habitada pelos Xukuru-Kariri antes da Aldeia Mata da Cafurna ser retomada, a Fazenda Canto, mas com o passar dos anos sua população cresceu consideravelmente e a quantidade de terras disponíveis naquele espaço tornou-se insuficiente para assegurar as mínimas condições de sobrevivência para aquelas famílias, o que desencadeou conflitos e novas retomadas territoriais, sendo a primeira delas a Mata da Cafurna. A pesquisa foi realizada no campo da História, a partir de conceitos, além de documentos oficiais do processo de reconhecimento da citada terra indígena, acervos documentais particulares e pesquisas consolidadas sobre os Xukuru-Kariri; sobretudo, entrevistas com os indígenas habitantes na Aldeia, principalmente os anciãos e com não-índios que participaram em vários momentos da trajetória histórica local. O estudo está também ancorado nas reflexões da História Ambiental que procura discutir as relações históricas dos grupos humanos com o Ambiente tendo como aportes teóricos as pesquisas realizadas, e como principal característica a interdisciplinaridade, possibilitando que diversas áreas de conhecimento dialoguem de forma ampla.

Palavras-chave: Ambiente. Conflitos. Interdisciplinaridade. Memórias. Território.

ABSTRACT

This research is about the Mata da Cafurna Village, frequented by the indigenous people of Xukuru-Kariri, in Palmeira dos Índios / AL, Alagoan Semiaride, having as an important characteristic the occupation of this nation for the Indians, as well as the meanings of the socio-cultural relations that with the Environment without access and use of natural resources between 1979 and 2016. The village area was redone in 1979 and had a little organic support with a total area of 275.6 ha, housing about 150 families and an average of 812 people, organizations, people who are part of their food base, practice religious rituals and ensure their balance with the environment and with their identity and socio-cultural affirmation. Once again it was inhabited by the Xukuru-Kariri before the Village Mata of Cafurna was remade, the Canto Farm, but the feast of the previous year owes to families, which triggers and the new territorial actions, the first being a Mata da Cafurna. The research was carried out in the field of History, having been used for document recognition purposes, and the consolidated results on the Xukuru-Kariri processes; More recently, with the population surveyed in the Village, mainly the elderly and with non-Indians who participated in several moments of the local trajectory. The study is also anchored in reflections of the history has not been an instrumental and activities have been made. They have as main characteristic an interdisciplinarity allowing several areas of knowledge to dialogue in a broad way.

Keywords: Environment. Conflicts Interdisciplinarity. Memoirs. Territory.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	vi
Lista de fotografias	ix
Lista de gráficos	ixi
Lista de mapas.....	xii
Lista de quadros.....	xii
Lista de abreviaturas	xiii
Resumo	xiv
Abstract	xv
 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	 16
 CAPÍTULO I INDÍGENAS EM RETOMADA DE TERRAS: REIVINDICAÇÕES E CONFLITOS.....	 23
1.1 Os Xukuru-Kariri em Alagoas e em Palmeira dos Índios	23
1.2 O silenciamento historiográfico	27
1.3 Emergências Étnicas.....	32
1.4 A conquista da Mata da Cafurna	36
1.5 As relações sociopolíticas, mobilizações e protagonismos	48
 CAPÍTULO II HABITANDO NA MATA DA CAFURNA: AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA E SOCIOAMBIENTAL NO SEMIÁRIDO ALAGOANO.....	 59
2.1 A formação socioespacial do Semiárido alagoano.....	59
2.2 Biomas e a vegetação local.....	67
2.3 História indígena e História Ambiental	70
2.4 A biodiversidade na Mata da Cafurna	76
2.5 A Aldeia Mata da Cafurna como espaço identitário	81
 CAPÍTULO III O TEMPO E A TERRA: O AMBIENTE COMO UMA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA.....	 87
3.1 Memórias, oralidades e situação fundiária	87
3.2 Ouvindo memórias: O espaço ambiental encontrado <i>versus</i> o espaço ambiental transformado	92
3.3 Mapeando a Mata da Cafurna: território Xukuru-Kariri	94
3.4 O Rio Coruripe e a bacia hidrográfica.....	103
3.4 O conceito de retomada e reconquista para os Xukuru-Kariri.....	106
3.5 Paisagem nos territórios indígenas	108
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 111
REFERÊNCIAS.....	114
Fontes	120
Entrevistas.....	120
ANEXOS.....	111

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A realização desta pesquisa foi motivada por uma série de situações; primeiro por cursar História em uma cidade interiorana onde o nome faz alusão a índios; segundo, por ter cursado a cadeira optativa (na época) de História Indígena com o Prof. Adelson Lopes, que um pouco, tornou-se meu orientador. Cursar esta cadeira me fez refletir sobre a negação e os preconceitos contra os povos indígenas, com mais ênfase aos habitantes em Palmeira dos Índios/AL. O que me estimulou a saber mais sobre os Xukuru-Kariri, a história e cultura. A partir de então passei a frequentar o Núcleo de Estudos Políticos e Filosóficos (NEPEF) na UNEAL, campus III em Palmeira dos Índios.

Além de mim outros estudantes evidenciaram interesses em pesquisar a temática, até que o coordenador entendeu que seria necessário criar um grupo de estudos mais específico. O Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL) do qual faço parte desde o início. Este grupo possibilitou inicialmente fazer leituras locais e regionais, e posteriormente leituras mais complexas, quando percebemos a importância em ler, discutir e escrever sobre os povos indígenas. Iniciamos as produções de artigos e participamos de eventos acadêmicos durante a graduação e no decorrer do mestrado.

A pesquisa foi por meio do Programa de Pós Graduação em História na Universidade Federal de Alagoas, campus Maceió, e está inserida na linha de pesquisa de História Social. O objetivo da pesquisa foi observar como os indígenas Xukuru-Kariri habitantes na Mata Cafurna, Semiárido alagoano, ressignificaram o território enquanto espaço de relações socioculturais e ambientais; e quais as formas de acesso e uso dos recursos naturais que ao longo dos anos transformaram a Aldeia e o cotidiano dos habitantes.

Para isto, foi necessário antes, conhecer o processo de mobilizações do povo Xukuru-Kariri para a reafirmação étnica, seguido do processo de reivindicação dos territórios que resultou na regularização territorial da Aldeia Mata da Cafurna. E uma vez, conhecidos estes processos, buscamos compreender a importância histórica da citada Aldeia enquanto espaço no Semiárido, entre os anos de 1979 e 2016, recorte temporal da pesquisa. O ano de 1979 por ser o ano que os indígenas retomaram a Aldeia Mata da Cafurna e 2016 por destacar-se como o ano em que lideranças jovens da referida Aldeia se mobilizaram e demonstraram poder de mobilização.

A pesquisa pretendeu contribuir com novas discussões para compreender as relações daqueles indígenas com o ambiente natural e a importância disto para o município. Os Xukuru-Kariri vivenciaram profundas mudanças ao longo dos tempos, com perseguições e

dispersões, dando lugar à invisibilidade dos indígenas. Após muitos anos de silenciamento, emergiram, organizaram-se e quando conseguiram as terras, foram moldando os espaços e sendo também moldados. Voltaram a inserir sem medo no cotidiano, as práticas ritualísticas. O que desencadeou um sentimento de pertencimento com o território, e um novo sentido foi ressignificando as práticas socioambientais.

A documentação utilizada para a pesquisa foram compostas por diversas fontes; o primeiro conjunto é parte do Acervo de Luís B. Torres, memorialista, natural de Palmeira dos Índios, que pesquisou principalmente sobre os Xukuru-Kariri; após o falecimento, o filho Byron P. Torres assumiu a responsabilidade pelo acervo, mas com a morte de Byron a família optou por doar o acervo a quem tivesse interesse; ciente da situação o Prof. Adelson solicitou e recebeu a documentação que encontra-se sob guarda do GPHIAL. Outro acervo foi importante para a pesquisa, foi o do Conselho Indigenista Missionário, onde encontramos documentações sobre os processos de retomadas na Aldeia, o que contribuiu bastante para compreender as dinâmicas vividas pelos indígenas, posseiros e população local.

O instituto Socioambiental disponibiliza virtualmente documentações sobre vários povos, inclusive os Xukuru-Kariri, que também contribuíram. O Arquivo Público de Alagoas foi o local que possibilitou que encontrássemos documentações que faziam breves referências aos indígenas em Alagoas, entre eles os do Aldeamento de Palmeira, documentos que serviram de base para que Antunes (1973) escrevesse o livro; *Waconã Kariri Xukuru*.

A pesquisa envolveu concepções metodológicas e teóricas de outros campos do conhecimento, como por exemplo, a Ecologia, a fim de possibilitar compreender o passado, para refletir acerca do presente, buscando perceber de que forma ocorreu a organização e a funcionabilidade de um Ambiente num dado tempo e espaço (LOPES, 2010; PÁDUA, 2010). Além da História Ambiental, a Antropologia, a Geografia, a Biologia, e os conceitos como de memória, identidade, cultura, emergências étnicas, paisagem, biomas entre outros foram discutidos no decorrer do texto, a partir da ideia da interdisciplinaridade.

A abordagem metodológica para realizar este estudo seguiu várias etapas, inicialmente pelo levantamento bibliográfico, o trabalho de campo, a coleta, análise e interpretação de dados, entrevistas semiestruturadas, observação participante, em que o dia a dia dos entrevistados, as narrativas, histórias e memórias de vida foram registradas. A história oral foi aplicada a partir das entrevistas, e por meio das transcrições foi possível produzir mais documentos, possibilitando minimizar as lacunas históricas. Alberti (2004) evidenciando a importância da história oral enquanto suporte metodológico multidisciplinar para minimizar

possíveis lacunas documentais, também minimizar os discursos elitizados, e por fim possibilitar voz aos invisibilizados.

A dissertação foi dividida em três capítulos, e estão associados ao texto fotografias, também gráficos, mapas e quadros com o objetivo de complementar as discussões. No capítulo I, “Indígenas em retomada de terras: reivindicações e conflitos”, foram apresentadas discussões sobre os indígenas Xukuru-Kariri e os processos de retomada na Aldeia Mata da Cafurna, tratando também sobre os conflitos entre indígenas, posseiros e representantes de órgãos oficiais como o SPI³ e a FUNAI⁴, em meio a uma rede de disputas, tramas e conexões.

A trajetória do povo Xukuru-Kariri e o percurso dos indígenas até a região que posteriormente tornou-se Palmeira dos Índios/AL foram discutidos neste capítulo, traçando assim um panorama amplo até o âmbito local. Apresentando também os resultados das relações coloniais, além de como ocorreu as interações entre o Estado brasileiro, os índios e as tentativas de torná-los trabalhadores civis e militares, negando-lhes assim a identidade indígena.

Uma vez habitando o território, em data anterior a criação da cidade de Palmeira dos Índios ainda no século XVIII, os índios estabeleceram uma boa relação com Frei Domingos de São José que na tentativa de convertê-los ao Cristianismo solicitou aos donos da sesmaria a doação da área já habitada pelos indígenas; No entanto, o religioso conseguiu uma área maior, meia légua de terras em quadra, para a construção de uma Igreja em homenagem a Bom Jesus da Boa Morte. Na época, a situação despertou a atenção dos fazendeiros que viam naquelas mesmas terras um lugar para a exploração e lucro, gerando então os primeiros conflitos e perseguições aos indígenas (TORRES, 1984, p. 28).

Cientes dos riscos e pensando resguardar as próprias vidas, os indígenas decidiram temporariamente camuflar-se em meio a população não indígenas e nas duas últimas décadas do século XIX, principalmente nos subúrbios e periferias da cidade, silenciando sua identidade étnica, suas expressões socioculturais e religião. Com a Lei de Terras em 1850 e posteriormente a extinção dos aldeamentos em Alagoas a partir de 1872, tomou força a estratégia de silenciamento dos indígenas, objetivando sobrevivências; reforçou-se então o discurso de que não existiam aldeamentos em Palmeira dos Índios. Ambas as situações contribuíram e muito para invisibilidade e marginalização historiográfica dos povos indígenas, e também para a demora da retomada pelos indígenas dos territórios tradicionais,

³ Serviço de proteção ao Índio, criado em 1910.

⁴ Fundação Nacional do Índio, criado em 1967.

sendo necessário aguardar um momento oportuno para ressurgirem, situação comum aos povos indígenas em Alagoas e no Nordeste (SILVA JUNIOR, 2013, p. 11).

Em meados do século XX os indígenas no Nordeste afirmaram a identidade reivindicando direitos aos territórios. Em Palmeira dos Índios esta visibilidade foi marcada pela assistência do SPI aos Xukuru-Kariri com a instalação de um Posto indígena e o reconhecimento enquanto etnia, sendo também uma oportunidade dos indígenas se reorganizarem socialmente. No entanto, o espaço habitado com o passar dos anos tornou-se insuficiente, provocando a necessidade de retomar mais territórios em posse de fazendeiros/posseiros locais. Além disso, o que contribuiu bastante para a retomada de novos espaços e os conflitos internos entre os indígenas e não indígenas no município.

Em 1979, várias famílias deixaram a Fazenda Canto e se organizaram para retomar a Mata da Cafurna; durante o período até que o processo em favor dos indígenas fosse concluído, o que demorou muitos anos, estendendo-se até 1994. A Mata da Cafurna, além de ser uma área territorial indígena, tem consigo uma Natureza que muito contribui para a afirmação sociocultural do povo, além de possibilitar uma prática constante de rituais religiosos, o que os fortalece culturalmente. E para além do espaço físico, a aldeia se configura como um espaço político, assumindo características diversas e totalmente interligadas (FUINI, 2017, p.20).

O capítulo apresentou as estruturas físicas existentes na aldeia, desde a Escola, o Posto de Saúde e como funcionam, também os espaços coletivos como o açude e a constante mobilização pela revitalização da lagoa; O protagonismo, as mobilizações e a reafirmação identitária são aspectos evidentes ao povo estudado, pois diante de tantas perseguições e violências conseguiram superar estereótipos e se afirmarem enquanto povos com diversidades socioculturais e direitos específicos.

No capítulo II, intitulado “Habitando na Mata da Cafurna: afirmação identitária e socioambiental no Semiárido alagoano”, foram apresentadas discussões a partir de uma revisão de literatura, seguido de um levantamento de dados oficiais, e por fim, o trabalho de campo, interligados a uma perspectiva interdisciplinar, com diversas áreas do conhecimento. O objetivo inicial do capítulo foi compreender o processo de formação socioespacial em Alagoas, como ocorreu principalmente a partir das expansões coloniais no Sertão, e o avanço das atividades agropecuárias e produções açucareiras. Para o sucesso dos empreendimentos, os colonizadores ignoraram as populações indígenas e posteriormente os negros, que fugindo das imposições adentraram as regiões chamadas de Sertão. Ocorreram conflitos territoriais, além dos impactos socioambientais, uma vez que a exploração das terras pelos colonizadores,

visava apenas o lucro, sem preocupação com as possíveis consequências causadas ao solo. O Semiárido é um dos novos conceitos abordados, por se tratar de uma discussão que a partir de uma série de reflexões, sejam nos aspectos social ou cultural;

Em Alagoas são 38 os municípios oficialmente reconhecidos como no Semiárido, entre os quais está Palmeira dos Índios, mesmo que tradicionalmente seja localizado em uma região chamada também de Agreste. O município cresceu ao redor de um brejo de altitude, onde são encontradas diversas espécies da Mata Atlântica, Caatinga e espécies endêmicas com a presença de fauna e flora diversas em uma altitude variando entre 300m a 1000m, cercado por matas úmidas, o que contribui para produção de alimentos para consumo e mercado externo.

O texto nos trouxe informações acerca da Aldeia Mata da Cafurna e a importância deste território para os habitantes, pois trata-se das relações entre os indivíduos e a Natureza, em um lugar que antes era apenas um espaço geográfico, mas que configurou-se como o território Xukuru-Kariri. Espaço de reafirmação identitária em relações muito estreitas com o Ambiente, possibilitando também relações íntimas com o sagrado. Além de onde são extraídos os recursos para produção da arte indígena, produção de remédios naturais, parte da alimentação e parte das rendas, configurando-se também como espaço para sobrevivência sociocultural enquanto povo indígena.

A flora e a fauna em todo território estão em sintonia nas relações indígena-Natureza. Por meio das entrevistas realizadas, foi possível elaborar tabelas apresentando parte da biodiversidade existente no local. Entre os recursos naturais, é marcante a riqueza hídrica, atualmente atendendo apenas aos indígenas, mas que em outros períodos abasteceu parte do município. No local existe também um açude, uma lagoa e nascentes do Rio Coruripe.

Dos biomas existentes no Brasil e mais predominantes na região Nordeste, dois deles serão utilizados para compreender a vegetação local, a Mata Atlântica e a Caatinga no ecossistema estudado. Ocorre portanto, uma variação onde possuem formações de Mata Atlântica circundadas pela Caatinga com uma outra característica, inseridos em um brejo de altitude, constituindo zonas de exceção, matas úmidas, mesmo no Semiárido, situados em perímetros das secas no Nordeste brasileiro.

Apresentamos também discussões acerca da história indígena e da História Ambiental, favorecendo uma revisão historiográfica que desconstruísse a ideia em que História e Natureza são opostas. A História Ambiental foi estudada e pensada no sentido de “reconhecer que os atos humanos acontecem dentro de uma rede de relações, processos e sistemas que são tão naturais quanto são culturais” (ESPÍNDOLA, 2012, p. 169). Estes estudos contribuíram

também para pensar os indígenas, pois evidenciaram e acompanharam as transformações históricas, possibilitando a consolidação de uma história de “baixo para cima” tendo como base a interdisciplinaridade, marco central naquele momento, de uma nova história.

A partir das entrevistas realizadas foi possível compreender que a posse dos territórios indígenas significa além de possuir a terra. A terra é condição para ser e existir do povo indígena, que mesmo com inúmeras perseguições e violências se mobilizam para afirmarem-se.

No capítulo III, intitulado “O tempo e a terra: o Ambiente como uma construção identitária”, teve como objetivo observar quais foram as características ambientais encontradas, as transformações ocorridas e vivenciadas pelos habitantes na Aldeia Mata da Cafurna buscando um comparativo entre o que foi o território no passado e como se compõe na atualidade, tendo como recorte geral da pesquisa, os anos de 1979 a 2016. E tomando como base as entrevistas e a pesquisa de campo. A retomada da primeira parte daquele território, fortaleceu as relações socioculturais entre os indígenas e o Ambiente. Também evidenciou-se como bastante significativo na afirmação da identidade Xukuru-Kariri, marcada pelo protagonismo dos indígenas nas mobilizações pela afirmação das expressões socioculturais, buscando desconstruir os estereótipos e discriminações que enfrentam em Palmeira dos Índios, principalmente pela juventude indígena. Para tanto, foi muito importante o acesso as memórias e oralidades dos indígenas, principalmente os mais velhos, pessoas muito respeitadas pelos demais indígenas pelas experiências ao longo da vida, pois “a constituição da memória é importante por que está atrelada à construção da identidade” (ALBERTI, 2004, p. 27) em um contexto social e coletivo.

Sobre a situação fundiária dos territórios indígenas no município foram apresentados um panorama com o intuito de reconhecer o que os indígenas tem de área regularizada e o que ainda falta regularizar. Também apresentando dados que possibilitam evidenciar que a morosidade no processo de homologação das áreas indígenas no município ocorreu por conta das relações de poder, situação denunciada pelos próprios indígenas de forma recorrente.

Objetivamos ainda a realização do mapeamento no território da Aldeia pesquisada evidenciando o cuidado do indígena com o território, com os recursos naturais, analisando questões como os acessos e estradas para a Aldeia, as matas, a água, a educação escolar, a saúde, as nascentes. E uma vez estudados estes aspectos, problematizaremos sobre como gerir os recursos naturais. A discussão sobre recursos hídricos foi um dos tópicos abordados, pois na Aldeia Mata da Cafurna existem várias nascentes que desaguam no Rio Panelas, um

afluente do Rio Coruripe e sua bacia hidrográfica muito importante para a economia do Estado, mas também com importância biológica, antropológica, histórica e cultural.

Compreendemos que os Xukuru-Kariri expressam uma identidade sociocultural intrinsecamente relacionada aos territórios atributos onde habitam; que ao longo dos anos, estes espaços assumem características que antes não existiam, com vínculos ainda mais fortes, no campo simbólico com um sentimento de pertencimento à terra, à história, às práticas, às vivências, as memórias, aos rituais entre outros aspectos. Configurando-os em uma identidade diferenciada para os demais habitantes em Palmeira dos Índios. Esse contexto no Nordeste foi discutido por João Pacheco de Oliveira (1993) ao tecer reflexões acerca de etnicidade, territorialização, visibilidade social e também sobre as experiências dos indígenas na Região em processos de mobilizações para reafirmações identitárias.

Portanto, a proposta foi discutir a importância histórica do território da Aldeia Mata da Cafurna para os Xukuru-Kariri, observando o quanto o ecossistema influencia nas relações indivíduo e Natureza, buscando compreender como indígenas percebem as mudanças climáticas, os índices de chuvas, o acesso a água, as condições de solo, as plantas nativas e a diversidade animal ao longo dos tempos, e como tais variações influenciaram o cotidiano indígena.

Planejei realizar a pesquisa de campo a partir de maio de 2017 e, quando convidada pelas lideranças indígenas apresentei o projeto, solicitando autorização para realizá-la; A permissão foi concedida mediante a exigência de evidenciarlos como povos indígenas. Foi uma espécie de ritual para o início de um novo ciclo. Após aquele momento, com mais colegas que também realizavam pesquisas, nos organizamos para retornar outras vezes. Em dezembro de 2017 voltamos ao território indígena, em um evento sobre práticas integrativas. Retornamos em março de 2018, depois junho, novembro e dezembro, e em 2019 ainda estivemos mais uma vez na Aldeia Mata da Cafurna.

Para uma reflexão na perspectiva da História Ambiental e história indígena buscamos utilizar fontes que possibilitassem a análise das relações entre o ser humano e o Ambiente, entre as diversas áreas de conhecimento, adentrando no campo das representações e simbologias na constituição de espaços como identidade sociocultural com uma herança histórica contemplando as relações com a Natureza. Estas discussões possibilitam novas abordagens históricas na realização de pesquisas sobre aspectos socioculturais dos diferentes grupos humanos, contribuindo para novas discussões sobre os processos históricos das relações humanas com a Natureza.

CAPÍTULO I

INDÍGENAS EM RETOMADA DE TERRAS: REIVINDICAÇÕES E CONFLITOS

1.1 Os Xukuru-Kariri em Alagoas e em Palmeira dos Índios

O Nordeste é uma das regiões no Brasil que mais foi impactada pela colonização portuguesa, os povos indígenas foram esbulhados das terras, os considerados inimigos foram escravizados, enquanto que os aliados estabeleceram relações de interesse com os europeus. Como forma de resistência os indígenas elaboraram estratégias que possibilitaram a existência; muitos, por exemplo, aparentaram assimilação⁵ à cultura dos colonizadores, outros fugiram e adentraram cada vez mais as regiões chamadas de “Sertão”.⁶ Para terem êxito na colônia, os portugueses primeiro negaram a diversidade populacional nomeando todos os nativos de índios, generalizando-os; segundo os dividiu entre aliados e inimigos, sendo esta concepção muito ressaltada pelos cronistas que escreveram sobre o Brasil (SILVA, 2017).

Para justificar a conversão religiosa acompanhados de muitas violências, ação precisava ser compreendida por quem não fosse indígena como uma simples, merecida e necessária reação que legitimasse a ação do colonizador e, para isso, defendeu-se a ideia de uma natureza má das populações nativas. Extermínio e tutela são, portanto, os nomes de dois aspectos da colonização que nas autorepresentações nacionais aparecem como antagônicos, mas que na prática constituem aspectos alternados e solidários da ação colonial (OLIVEIRA, 2016, p.19). E durante o século XIX a realidade e o tratamento dado aos indígenas não implicaram em mudanças, os nativos eram pensados a partir de figuras selvagens que precisavam ser combatidos e transformados em cidadãos brasileiros e também mão de obra.

Em 1910, foi criado o SPILTN⁷ para prestar assistência e fixar o índio à terra, contribuindo para o povoamento no interior do Brasil. Além de liberar as terras para expansão econômica, também usar a força de trabalho indígena no aumento da produtividade agrícola, com a ideia de fortalecer o sentimento indígena de pertencer a uma nação. Em 1918, a agência tornou-se apenas SPI e o primeiro diretor geral foi o Marechal Cândido Mariano da Silva

⁵ O termo refere-se às diversas estratégias utilizadas pelos indígenas para sobreviverem em meio as circunstâncias a partir do contato com os europeus, em alguns momentos os nativos se adaptaram culturalmente buscando formas de resistir as imposições. Obviamente que não se pode negar que houve a transformação cultural, mas não necessariamente a aceitação, pois houve muita resistência por parte dos indígenas (ALMEIDA, 2010, p.14).

⁶ Denominação dos colonizadores portugueses às regiões ainda não desbravadas, consideradas incivilizadas, opostas ao litoral.

⁷ Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais.

Rondon, patrono da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, também primeiro brasileiro indicado ao Prêmio Nobel da Paz em 1958.

Em 1967, o SPI, que era subordinado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria, foi substituído pela FUNAI sob acusações graves acusações de corrupção, por razão de envolver-se em jogos partidários e protagonizar diversos escândalos. Tanto o SPI quanto a FUNAI tinham como objetivo uma política indigenista que resultasse em medidas práticas formuladas pelo poder estatizado que fossem direcionadas aos povos indígenas. Ambas as agências foram peças determinantes na produção de sentidos generalizáveis para a heterogeneidade da vida social brasileira (LIMA, 1995, p. 20).

Pesquisadores buscaram analisar se ocorreram avanços como expansão geográfica dos territórios por partes dos indígenas e quais eram os limites e contribuições, a partir da existência destes órgãos. Segundo Lima (1995), o poder tutelar pode ser visto como modo de integração territorial e político, operado desde um aparelho estatizado, parte do conjunto de redes sociais e relações componentes de um Estado, o qual em diferentes momentos do tempo e implicando múltiplas relações entre distintos segmentos sociais, tem procurado se representar como nacional (LIMA, 1995, p. 42).

O direito à posse das terras aos índios brasileiros foi garantido nas Constituições federais de 1934, 1937, 1946 e 1967 e a Emenda Constitucional nº 01 em 1969 dizia que “as terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis (...) a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes”. No entanto, sempre que necessário encontravam-se brechas que impediam a regularização das terras para os povos indígenas.

A substituição do SPI pela FUNAI, em 1967, trouxe poucas mudanças, pois ambas as agências representavam interesses do Estado e não dos povos indígenas. A principal intenção era inclui-los nos espaços e enfraquecê-los tentando negar a existência sociocultural, burlando os direitos, cumprindo assim com os interesses do Estado que permaneceu com a assistência aos índios através das incalculáveis tentativas de desconstrução da identidade indígena no Brasil.

Os indígenas no Nordeste foram inicialmente vistos como figuras folclóricas e exóticas, e isto exemplificava-se nos museus, quando a cultura das populações eram representadas por peças arqueológicas ou coleções etnográficas de índios que habitavam apenas a região amazônica, ignorando a pluralidade étnica no país,

A categoria Índios do Nordeste, foi compreendida como uma unidade um conjunto étnico e histórico com um caráter regional e particularizante, integrado pelos diversos povos adaptativamente relacionados a caatinga e historicamente associados as frentes pastoris e ao padrão missionário dos séculos XVI e XVIII (OLIVEIRA, 2004, p. 18).

Na segunda metade do século XX, os indígenas chamados de “misturados” eram sertanejos, pobres e sem acesso à terra. O órgão indigenista atuava em raras situações, mesmo tendo várias demandas solicitadas pelos indígenas, como por exemplo, o reconhecimento étnico e consequentemente a demarcação dos territórios. A disparidade de assistência e tratamento dos índios no Nordeste para com os índios das regiões do Xingu ou da Amazônia eram muito visíveis. O órgão indigenista precisava antes de tudo entender que os indígenas habitantes na região Nordeste eram tão índios quanto quaisquer outros e não “caboclos” ou “remanescentes de indígenas”, expressões frequentemente utilizadas por funcionários destes órgãos que deveriam prestar assistência aos indígenas, mas que eram os primeiros a reforçarem tais estereótipos.

O município de Palmeira dos Índios, interior de Alagoas, tem como parte da população indígenas Xukuru-Kariri⁸ habitando em 08 aldeias reconhecidas pela Funai e pelos próprios indígenas, e mais 01 em processo de reconhecimento. Na maioria os Xukuru-Kariri habitam Palmeira dos Índios, mas ocorreram migrações para outros estados como Bahia e Minas Gerais⁹.

Os Xukuru-Kariri são originários de duas etnias: os Xukuru vindos de Pesqueira em Pernambuco e os Kariri que viviam as margens do Rio São Francisco, próximo à atual cidade de Porto Real do Colégio em Alagoas:

⁸ A denominação Xukuru-Kariri resultou de algumas variações ao longo das relações destes índios com a sociedade envolvente e com o Estado; podendo ser citadas como exemplo: Kariri, Xucuru, Shucuru, Xukuru, Aconâ-Kariri-Xucuru, Kariri-Xucuru. Em nossas reflexões optamos pela grafia Xukuru-Kariri.

⁹ Os indígenas Xukuru-Kariri habitam Alagoas no município de Palmeira dos Índios, mas também no município de Nova Glória na Bahia e Caldas Novas em Minas Gerais.

Um relato do Vigário Maia Mello, Presbítero secular da Igreja de São Pedro (Roma) e sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, tendo sido pároco de Palmeira entre os anos de 1847 e 1899, dá explicações sobre os etnônimos Xucuru e Kariri, relacionando-os também a migrações de índios originários de diferentes localidades: Cita que em 1740 desceram índios da Aldeia de Simbres do alto Sertão de Pernambuco (local do município de Pesqueira, onde ainda hoje vivem os Xucuru) e vieram outros d'Aldeia do Colégio do Rio São Francisco desta Província (hoje, Porto Real do Colégio, onde localizam-se os Kariri Xocó), ... aqueles da Tribo Chucuru e estes da Tribo Cariry. Esse autor ainda identifica diferentes localidades em Palmeira dos Índios, nas quais ...os Chucuru se aldearam à margem do pequeno ribeiro, Cafurna, entre terras da fazenda Olhos d'água do Accioly e Serra da Palmeira, fizeram o nome o seu aldeamento ...e os Cariris, também deram o nome do lugar onde se aldearam, Serra do Cariry, onde fizeram uma pequena Igreja, de palha de palmeira (apud ANTUNES, 1973:45). Essa percepção de que os índios que atualmente localizam-se em Palmeira dos Índios migraram de outros lugares, é, portanto, encontrada em várias fontes (MARTINS, 1994, p. 21).

O processo que resultou no deslocamento dos índios para a atual região de Palmeira dos Índios ocorreu em razão da utilização da mão de obra indígena escravizada. Como estratégia de resistência alguns índios se aliaram aos colonizadores, outros fugiram e após uma longa jornada alguns chegaram a Mata dos Palmares¹⁰. Palmeira dos Índios foi elevada a cidade em 1899 e está inserida em uma região considerada Agreste (Semiárido), que apresenta condições climáticas subúmidas em uma microrregião com características semiáridas moderadas, possuindo assim, tanto características agrestinas, quanto do Sertão alagoano. A cidade destacou-se por diversas produções agrícolas, desde o algodão, banana, milho e feijão, na maioria das vezes de forma consorciada, além da atividade pecuária paralela às lavouras citadas (MELO, 1980, p. 264).

O território onde localiza-se Palmeira dos Índios foi o espaço que possibilitou o encontro e habitação das citadas duas etnias ainda no século XVIII, provavelmente em 1740, data anterior da criação da cidade, quando a região dispunha de terras produtivas e cultiváveis inicialmente utilizadas pelos índios. Além disso, está inserida em regiões serranas, favorecendo estrategicamente a defesa dos índios contra os ataques dos colonizadores portugueses.

Após o início da colonização europeia naquela região, Frei Domingos¹¹ de São José, no fim do século XVIII, conquistou a confiança dos índios e os incentivou a conversão

¹⁰ Região assim nomeada em razão de palmeiras entre as serras e o “Vale da promessa”. (TORRES, 1984).

¹¹ As origens do Frei Domingos antes da chegada a Palmeira dos Índios são desconhecidas, bem como a ordem religiosa a que pertencia, apesar de ser recorrente referências a vida religiosa como um Franciscano ou Capuchinho devido a relatos de que o mesmo vestia-se roupa de cor marrom. (TORRES, 1984).

No acervo de Luís B. Torres sob guarda do GPHIAL foi encontrado uma correspondência a Torre do Tombo solicitando informações sobre a vinda do Frei a Palmeira dos Índios, mas não obteve respostas.

Em entrevista com o indígena Antônio Celestino no dia 24/12/2018 na Aldeia Boqueirão, o entrevistado afirmou não acreditar na existência do Frei, pois os pais, avós ou parentes nunca falaram sobre o religioso, mas sim sobre outras figuras religiosas.

mobilizando-os para construção de uma capela de taipa e palha. Com o passar dos anos, o religioso tomou conhecimento que a região onde fora construída a capela estivera em posse do Cel. Manoel da Cruz Vilela¹² que, falecido, deixara as terras como herança para a esposa Dona Maria Pereira Gonçalves e filhos.

O religioso solicitou e recebeu dos herdeiros do Cel. Manoel meia légua de terras em quadra para a construção de uma Capela em homenagem a Bom Jesus da Boa Morte. A doação foi registrada em cartório na cidade de Garanhuns/PE em 1773 (PEIXOTO, 2013, p.35). Mesmo assim, os índios continuaram a enfrentar pressões por parte dos fazendeiros e dos que viram nas terras indígenas formas de exploração, além de a todo custo forçar os índios a aceitarem uma nova crença, novos hábitos, adversos as expressões socioculturais.

O território habitado pelos índios e depois disputado pelos fazendeiros, comerciantes e oligarquias locais passou por muitos trâmites burocráticos até tornar-se um município independente. Em 1835, desmembrou-se de Atalaia e foi chamado Vila da Palmeira, mas em 1838 perdeu o título, voltando a pertencer a Atalaia, pois os conflitos entre os fazendeiros que disputavam o poder era uma constante (TORRES, 1973, p. 28).

1.2 O silenciamento historiográfico

Os indígenas vivenciaram vários momentos de tensões, perseguições e imposições de outrem e por essa razão, inúmeras vezes negaram sua identidade étnica, silenciaram as expressões socioculturais e a religião. Como ocorreu com os indígenas em todo país, inclusive com os habitantes em Alagoas.

O século XVIII em Alagoas foi um período em que os povos indígenas foram pouco citados em documentos estatais, mas os poucos registros existentes na atualidade são de grande importância para pesquisas sobre a temática. Os documentos abordam várias situações, parte deles inferioriza e marginaliza os indígenas, mesmo assim os reconhecem como povo, determinando que os direitos aos territórios fossem garantidos, o que fortaleceu as mobilizações indígenas.

Em uma de suas obras, o antropólogo Clóvis Antunes (1973) elaborou os escritos a partir de documentos encontrados no Arquivo Público de Alagoas/APA, que tratavam dos índios em Alagoas, na maioria, circulando entre a Assembleia Legislativa da Província das Alagoas e a Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios. Em um dos documentos apresentados, o Presidente da Província das Alagoas afirmou que “os índios Cariris e Chucurus

¹² Proprietário da Sesmaria de Burgos, falecido, que através de sua esposa e filhos doou as terras.

vieram de São Paulo para destruir Palmares, mas é bem provável que também sejam descendentes dos Tabajaras e Caetés que estavam no litoral e Sertão da Província na época do descobrimento do Brasil” (ANTUNES, 1973, p. 27).

A partir dos anos finais do século XIX e até meados do século seguinte foi cada vez mais difícil encontrar documentação estatal citando a presença de índios, alguns com raras exceções foram produzidos por pesquisadores que tinham interesse acadêmico e compromisso com a história indígena, como foi o caso de Clóvis Antunes. O autor citou os aldeamentos de Atalaia, Urucu, Santo Amaro, Limoeiro, Cocal, Jacuípe, Porto Real do Colégio e Palmeira dos Índios, o que de certa forma contribuiu para os habitantes nestes aldeamentos, uma vez reconhecidos pelo Estado, sendo importante destacar que,

[...] dos oito aldeamentos extintos oficialmente em 1872, apenas dois deles sobreviveram na configuração do século XX, o de Porto Real do Colégio e o de Palmeira dos Índios. Os demais, seus habitantes foram incorporados às massas de trabalhadores dos respectivos municípios aos quais estavam vinculados territorialmente (FERREIRA, 2016, p.65).

Dentre os aldeamentos citados, o de Palmeira dos Índios é aquele que pesquisamos, que na época era uma vila, e eram conhecidos os seguintes dados: 201 fogos (famílias) e 572 almas (índios) rendendo cerca de 200\$000 réis não possuindo relações com os povoados vizinhos. O governo provisório em 1822 determinou a demarcação às terras que os índios possuíam há mais de 80 anos (ANTUNES, 1973, p. 28-29).

Quadro 1: Aldeias dos índios na Província das Alagoas (séc XIX)

ALDEIAS DOS INDIOS DA PROVINCIA DAS ALAGOAS			
NOMES.	MUNICIPIOS.	COMARCAS.	FREGUEZIAS.
Jacuípe.	Porto Calvo.	Porto Calvo.	Nossa Senhora da Apresentação.
Cocal.	Passo de Camaragibe.	"	Bom Jesus.
Urucú.	Imperatriz.	Imperatriz.	Santa Maria Madalena.
Limoeiro.	Assembleia.	"	Bom Jesus
Santo Amaro	Pilar.	Atalaia.	Nossa Senhora do Pilar
Atalaia.	Atalaia.	"	Nossa Senhora das Brotas.
Palmeira dos Índios.	Palmeira dos Índios.	Anadia.	Nossa Senhora do Amparo.
Colégio ou Porto Real.	Penedo.	Penedo.	Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: Clóvis Antunes, 1973, p.14.

Estudiosos pesquisaram os indígenas em Alagoas no Século XX. Os primeiros foram Carlos Estevão, Clóvis Antunes, Luiz Torres e Ivan Barros, além de Sávio Almeida, Silvia Martins, Siloé Amorim, Aldemir Barros e Adelson Lopes mais recentemente. No geral, os estudos realizados trazem subsídios para novas pesquisas de muita importância para a visibilidade dos indígenas em Alagoas.

Carlos Estevão¹³ publicou o texto “O ossuário da ‘Gruta-do-Padre’ em Itaparica e algumas notícias sobre os remanescentes indígenas do Nordeste”, apresentado em uma palestra no Museu Nacional/RJ. E sobre os Xukuru-Kariri escreveu:

De todos os remanescentes indígenas que tenho visitado no Nordeste, são aqueles caboclos os que se apresentam em melhor estado de pureza física. Naqueles “Chucurús” “Caririzeiros” como eles se proclamam, os traços característicos da raça estão ainda muito bem conservados. Achei-os os também bastante inteligentes. De raciocínio mais pronto, não tenho ideia de haver encontrado nenhum outro povo nos grupos que visitei (ESTEVÃO, 1937, p. 174).

A citação acima pode ser compreendida na atualidade como algo negativo, pois o estudioso fez uso de termos como “pureza física” como condição para ser ou não indígena, ou “remanescentes indígenas” como se separasse o índio do passado e estes na época pesquisados pelo autor, deslegitimando a reivindicação dos territórios. Atualmente entre os indigenistas, tais discussões foram superadas, mas é importante continuar combatendo tais termos. No entanto, é necessário considerar que a palestra ocorreu no final da terceira década do século XX, momento histórico em que os indígenas estavam vivenciando o processo de emergências, ressurgimento e visibilidade social. Tais características tão ressaltadas por Estevão evidenciavam e fortaleciam as mobilizações indígenas, pois os órgãos oficiais como o SPI e posteriormente a FUNAI, determinavam que para serem reconhecidos como índios, os traços físicos eram fundamentais, além da dança do Toré, entre outros aspectos. E ainda complementou o pesquisador:

[...] é precaríssima a situação daqueles caboclos. De acordo com as declarações que me fizeram, até as fontes em que abastecem d’água, os “brancos” lhes tiraram. E muito maiores seriam seus sofrimentos se lhes faltasse a valiosa proteção do Padre Francisco Macedo, vigário de Palmeira (ESTEVÃO, 1937, p. 174).

¹³ Pernambucano, formado em Direito. Mudou-se para Belém do Pará no início do século XX, após o falecimento do pai. No Pará assumiu vários cargos públicos, entre estes foi Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi. Dedicou-se aos estudos sobre índios no Nordeste, buscando conhecer essas populações e subsidiar o Estado com o objetivo de assisti-los e protegê-los, conforme a mentalidade da época. Também iniciou os primeiros passos rumo a construção de um novo campo de produção do conhecimento científico. Entre os indígenas estudados por Estevão estavam os Chucurus em Palmeira dos Índios-Alagoas a partir dos anos 30 no século XX (SECUNDINO, 2018).

O antropólogo Clóvis Antunes¹⁴ foi outro pesquisador que muito contribuiu para os estudos sobre os indígenas em Alagoas, com reflexões baseadas na pesquisa etnográfica e em arquivos. Utilizando também documentos oficiais da Província, elaborou uma nova produção que em muito favoreceu as demarcações de terras indígenas em Alagoas.

No livro *Wakona-Kariri-Xukuru*, o citado pesquisador abordou vários momentos da trajetória dos Xukuru-Kariri, tendo sempre como pano de fundo Palmeira dos Índios, desde quando era vila, depois freguesia, posteriormente comarca e município. É importante destacar ao longo dos anos a continuidade da presença indígena no município, mesmo sendo expulsos das terras por meios diversos, principalmente com ações de fazendeiros e parte da Igreja Católica Romana e mesmo depois de camuflados na população local, como forma de sobrevivência,

Em 1821, os indígenas fizeram um apelo ao Presidente da Província das Alagoas alegando o direito de posse, no sentido de lhes serem doadas terras onde pudessem trabalhar. A 27 de dezembro de 1822, Junta Governativa atendeu ao apelo e determinou que fosse feita a demarcação das “terras dos Índios”. A data certa da criação da Freguesia de Palmeira dos Índios remonta a 1798 (ANTUNES, 1973, p.38).

Mesmo diante das tensões vivenciadas, os indígenas continuavam se mobilizando pelos meios legais para retomar as terras, como afirma a citação acima. Argumentavam a necessidade das terras para trabalhar e sustentar suas famílias, mas não somente para isto, queriam retomá-las para praticarem os rituais e viverem coletivamente, fortalecendo as expressões socioculturais e afirmando a identidade. Os ofícios, enviados pelo Diretor Parcial dos índios sobre o aldeamento de Palmeira, justificam a necessidade e o direito imemorial às terras em disputa:

[...] acontece presentemente verem-se espoliados em todas as terras por possuidores, talvez com títulos fictos e sem equivalência à sua possessão e reduzidos ao fim de não poderem rossar, nem plantarem para sua sustentação, e de seos filhos, que elles todos vivem do trabalho pela necessidade de sua indigencia, propria de sua Nassão: Os suplicantes tão bem são Cidadãos e subditos de S. Majestade e protigidos pela Nasção, e não devem ser espoliados daquela gleba que escolherão para se aldêarem, como declara Lei de 1º de Abril de 1680, Lei de 10 de Novembro de 1647 em que se declarão livres suas fazendas, e moradias, protegendo estas os Governadores das Provincias [...] (ANTUNES, 1984, p.73).

Um Alvará Régio de 1700 associado ao Regimento das Missões ordenava a doação de uma légua de terras em quadra para a sustentação dos índios e missionários, assim os indígenas tinham legitimamente as terras reconhecidas. No entanto a Carta Régia de 1808

¹⁴ Alagoano, Professor Adjunto de na Universidade Federal de Alagoas, autor de diversas obras sobre povos indígenas em Alagoas.

declarou devolutas as terras dos índios, o que também implicou no reconhecimento dos demais indígenas as terras (CUNHA, 1992, p. 141). Em 1822 acabaram-se as concessões de Sesmarias no Brasil, e só a partir de 1850 é que foi criada uma nova legislação de terras no país. A Lei era a 601, e entre várias outras questões determinava a demarcação das terras por meio de títulos das Sesmarias legítimas ou posses mansas¹⁵. A Lei só foi regulamentada em 1854 e efetivada em anos distintos por todo o país.

A Lei contribuiu e muito para a invisibilidade social e marginalização historiográfica dos indígenas. Sendo a terra representatividade de poder, uma vez a Lei regulamentada, tornou-se mais difícil um trabalhador possuir terras, por outro lado facilitava ainda mais o acesso das oligarquias para comprar terras, além de estreitar suas relações políticas. A questão indígena no século XIX deixou de ser essencialmente uma questão de mão de obra, para se tornar uma questão de terras (CUNHA, 1992, p. 133). O impacto desta Lei sobre os indígenas foi enorme, as diversas formas de como ocorreu na prática, baseando-se no que se previa na legislação fez os indígenas se reinventarem a partir das experiências, recriando novas formas de ser indígenas, sem afetar o sentimento de pertencimento.

Em Alagoas, a Lei de Terras vigorou a partir de 1872, período em que se acirrou os conflitos territoriais entre índios e posseiros, como ocorre ainda na atualidade, também no mesmo período em que política indigenista imperial estava sob a incumbência da Direção Geral dos Índios, em Alagoas dos vários aldeamentos extintos oficialmente, apenas dois deles sobreviveram, o de Porto Real do Colégio e o de Palmeira dos Índios. Em 1874, a Câmara de Vereadores de Palmeira dos Índios solicitou ao governo terras para construírem o patrimônio municipal (PEIXOTO, 2013, p.48), o que denunciava a apropriação das terras indígenas.

A Lei acabou com os sistemas de concessão e doação para transformar a terra em propriedade privada, favorecendo, assim, os grandes proprietários rurais que passavam a ser os únicos detentores dos meios de produção agrícola, principalmente a terra, tornando-as um bem comercial, tirando delas o caráter de status social derivado da própria posse. Na maioria das situações, as terras indígenas foram consideradas devolutas, loteadas e transferidas por meio de título de vendas a terceiros (SILVA JÚNIOR, 2013, p.13) e os invasores objetivavam ocupar as terras habitadas pelos indígenas para expandir as produções agrícolas e pastoris.

Em Alagoas, a dinâmica local por conta da efetivação da Lei, contribuiu principalmente como estratégia do Estado para negar a presença indígena, argumentando que se não haviam mais aldeamentos, também não existiam índios, instalando-se um momento de

¹⁵ Consideradas devolutas, cedidas apenas a título oneroso, empresas particulares ou estabelecimentos de colônias.

silenciamento estatal e administrativo da população indígena, que entendendo aquela dinâmica, decidiram por temporariamente silenciar-se para se resguardarem.

Ainda no século XIX¹⁶ o Agreste alagoano foi palco de um processo político em que os índios vivenciaram perseguições dos posseiros e de oligarquias locais que criaram inúmeras estratégias para expulsar o povo Xukuru-Kariri das terras. Afirmou Dilson, indígena Xukuru-Kariri:

Dois pedacinhos de terra que foi bem resistente nessas época em que o restante foi retomado pelo grileiro, pelo posseiro e pelo branco, foi ali no pé da Cafurna de Baixo e no Capela, na Serra do Capela, foi tanto que a Mata da Cafurna ficou em posse da Prefeitura¹⁷.

Os índios que fugiram da imposição e exploração dos colonizadores camuflaram-se entre os não indígenas vivendo principalmente nas áreas de subúrbios e periferias na cidade de Palmeira dos Índios (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 11), mas antes disso, os indígenas narraram que se escondiam nas proximidades das áreas até então habitadas, nos locais mais improváveis, mas não foi possível por muito tempo como menciona o indígena Antônio:

[...] nas grotas, grotas da Mata da Cafurna foi uma, é que nem uma fumaça, os cantos mió de acesso todo mundo escolhe, o canto mió pra sobreviver, e índio ia escolher cabeça de serra pra se esconder? Não, a gente queria escapar da perseguição. Chegamos agora, nem cabeça de serra, nem montanha, nem grotas, nem nada mais¹⁸.

No entanto, essa estratégia gerou consequências irreversíveis principalmente às expressões socioculturais, também a não oficialização dos povos indígenas e consequentemente a conquista dos territórios tradicionais. A partir deste anonimato e amenizada as perseguições, os indígenas aguardaram o momento oportuno de afirmarem a identidade, situação comum aos povos indígenas em Alagoas e no Nordeste.

1.3 Emergências étnicas

Em meados do século XX os índios mobilizaram-se e ganharam apoio a fim de serem reconhecidos enquanto povos indígenas com suas expressões socioculturais. O processo de mobilização para as retomadas de territórios, visibilidade política e reconhecimento, sempre foi uma necessidade e os indígenas habitando no Nordeste reivindicaram este

¹⁶ Nesse período os aldeamentos foram oficialmente extintos. E em Alagoas por decreto provincial em 1872. Era como se não mais existissem índios na região e quem se declarasse índio corria o risco de morte. (SILVA JÚNIOR, 2013).

¹⁷ Entrevista com Dilson Ferreira, feita pela autora, na Aldeia Boqueirão no dia 24/12/2018.

¹⁸ Entrevista com Antônio Celestino, feita pela autora, na Aldeia Boqueirão no dia 24/12/2018.

reconhecimento: “iniciando entre os anos de 1920, prolongando-se por duas décadas, quando foram interrompidos por um longo período, até serem retomados com visibilidade social nos anos 70” (PARISI, 2008, p.30) sempre visando as retomadas territoriais.

A partir das reivindicações dos indígenas, por volta de 1950 o Serviço de Proteção ao Índio-SPI iniciou a atuação em Palmeira dos Índios:

Carlos Estevão de Oliveira entrou em contato com os Xukuru-Kariri e, junto ao Deputado Federal alagoano Medeiros Neto, iniciou o processo de reconhecimento pelo SPI. Os indígenas, no entanto, aguardaram, até 1952, para que o órgão estatal adquirisse uma fazenda, instalasse um Posto Indígena e depois passasse a reunir e a receber famílias indígenas oriundas de diferentes localidades próximas (FERREIRA, 2016, p. 84).

O órgão indigenista oficial tinha como objetivo “assistir” os índios na Região Nordeste com a instalação de Postos Indígenas (PI) e reconhecendo os índios perante o Estado brasileiro, pois antes deste reconhecimento, os indígenas em muitos momentos foram tratados como “fiapos da humanidade” sujeitos ao desaparecimento e incompatíveis com o avanço da “civilização” (SOUZA, 1998). Superar estes estereótipos e interpretações tidos como verdade durante muito tempo consiste em um desafio ainda na atualidade.

Este período foi significativo em Alagoas, a partir da década de 1950 no século XX, momento em que os indígenas e indigenistas intensificaram as mobilizações até serem reconhecidos pelo Estado, pela diversidade étnica, amenizando atos de exclusão e marginalização social. O silenciamento imposto teve fim a partir do reconhecimento oficial, e em Palmeira dos Índios destacou-se pelo retorno de famílias indígenas que haviam fugido para outras localidades temendo perseguições. Este importante momento histórico, possibilitou que os índios pudessem voltar a se afirmarem como indígenas, fazendo também o uso do aparelho administrativo que o SPI oferecia,

O retorno da família Ricardo para as terras de Palmeira dos Índios se deu somente no ano de 1952, data que marca a aquisição de uma fazenda para a formação da aldeia Fazenda Canto. A compra da propriedade só foi possível graças à ajuda financeira de índios do Paraná e pelo intermédio do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), do Padre Alfredo Dâmaso entre outros (PEIXOTO; ROCHA, 2017, p. 03).

Em Alagoas, inicialmente foram reconhecidos os Kariri-Xokó (1944) em Porto Real do Colégio e os Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios (1952). Em Palmeira dos Índios, o SPI instalou um PI na Aldeia Fazenda Canto, sendo essa a primeira Aldeia Xucuru-Kariri no período republicano (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 13). Com a proposta de organização dos índios com a compra da Fazenda Canto, destacando principalmente o empenho das famílias

Ricardo e Celestino, além de indigenistas, políticos e religiosos, a história dos indígenas no município viveu um marco, um momento de reconhecimento étnico e reorganização.

Fotografia 1: Os Xukuru-Kariri no Posto Indígena Irineu dos Santos, Palmeira dos Índios, Alagoas



Fonte: Acervo Museu do Estado de Pernambuco/MEPE

A fotografia acima, está localizada na Coleção Etnográfica de Carlos Estevão de Oliveira, no site do MEPE. Segundo a fonte, os registros foram feitos entre os anos de 1908 a 1946. No entanto, o momento desta fotografia aconteceu provavelmente entre os anos de 1952 e 1953, quando a Aldeia Fazenda Canto foi comprada e os indígenas Xukuru-Kariri passaram a habitar o local. Embora entre os anos de 1936 e 1940, Estevão tenha empreendido visitas para estudos de grupos indígenas no Nordeste (Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), não nos esclareceu de forma precisa a fonte segura das origens. De todo modo, a fotografia nos possibilita pensar como foi viver novamente aldeado, só que desta vez a iniciativa partiu do povo Xukuru-Kariri e indigenistas ligados ao campo acadêmico, político e também religioso e com o aparato público do SPI, que por meio desta rede de relações conseguiu reunir parte do povo Xukuru-Kariri mais uma vez. O SPI pretendia acompanhar o cotidiano dos indígenas, obviamente interferindo no modo de vida, e os indígenas tinham essa consciência, ao mesmo tempo que compreendiam que eram alianças necessárias. Aldear

significava também assegurar o controle sobre o povo, as atividades e organizações, tornando supostamente mais fácil colocá-los sobre influência do Estado.

[...] o poder tutelar é uma forma reelaborada de uma guerra, ou, de maneira muito mais específica, do que se pode construir como um modelo formal de uma das formas de relacionamento possível entre um “eu” e um “outro” afastados por uma alteridade radical, isto é, a conquista, cujos os princípios primeiros se repetem como toda repetição, de forma diferenciada a cada pacificação (LIMA, 1995, P.43).

Para os índios foi adquirida a Aldeia Fazenda Canto como propriedade para usufruto. Antes pertencera a Manoel Sampaio Luz, então Prefeito de Palmeira dos Índios, e no local foi instalado o Posto Indígena Irineu dos Santos. Os trâmites burocráticos para a compra da fazenda e futura Aldeia na época, ocorreram de forma rápida, aparentemente tomada de intenções, principalmente por parte do então “proprietário” das terras citado acima. O SPI intermediou o processo de compra, mas sua efetivação só foi possível por conta do fundo do Patrimônio Indígena, mais especificamente por parte dos indígenas que habitavam a região Sul do país, que doaram o pagamento integral das terras para a compra da Aldeia Fazenda Canto, que além de ter sido vendida por um alto valor, Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), a quantidade de terras acordada foi uma e a quantidade de terras entregue foi outra.

O valor pago pela fazenda correspondiam a 372 ha, mas quando foi entregue a terra registrada, a área foi reduzida para 272 ha. Este equívoco e ato de má fé não foi revertido até os dias atuais. Mesmo assim o sonho da Aldeia concretizou-se, embora tenha tido as proporções reduzidas, o que mais na frente desencadeou um problema grave, a insuficiência de espaço para o atendimento das necessidades básicas do grupo. Ora se era insuficiente abrigá-los com a quantidade de terras anteriormente acordada, imaginemos com 100 ha a menos? (NEVES, 2014, p. 20). Além das questões citadas, a terra não estava em boas condições e não correspondeu ao valor pelo qual foi comprada, como citou o antropólogo em seu relatório produzido para compor o processo de demarcação das terras:

As novas terras adquiridas para os índios estavam, entretanto em péssimo estado e que, segundo o próprio inspetor, teria sido um excelente negócio para o vendedor, Sr. Juca Sampaio, já que as terras estavam estragadas pelos sucessivos plantios, sem o necessário descanso, e que, além disso, não possuía "nenhum capão de mato onde se pudesse cortar uma varinha", faltando, portanto lenha para o consumo futuro dos índios. As construções existentes já estavam semidestruídas, em péssimo estado de conservação, já que, segundo o capataz da fazenda, as benfeitorias tinham sido construídas há 26 anos. (CARRARA, 2011).

Diante deste cenário, a Fazenda Canto teve muito mais caráter de possibilidade para os índios estarem juntos novamente, foi portanto, o território que representou garantias assistenciais do SPI e principalmente o reconhecimento pelo Estado brasileiro, que antes os

considerava extintos. Ademais, evidenciou-se como a pioneira nas mobilizações de diversas retomadas, um ponto de partida para a visibilidade indígena e na conquista de mais territórios e protagonismo do povo Xukuru-Kariri.

1.4 A conquista da Mata da Cafurna

A compra da Fazenda Canto não resolveu as necessidades territoriais dos Xukuru-Kariri, pois a área da propriedade não atendia todas às necessidades dos indígenas. A limitada extensão territorial, o crescimento populacional e o surgimento de conflitos internos também justificaram a urgência por mais terras. Mas, segundo os indígenas, o principal motivo para que se ocupasse a Mata da Cafurna foi a descoberta do que pretendia a Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios. Na época o então Prefeito, Enéas Simplício planejava construir uma universidade, e por conta disto, iria vender uma propriedade que estava em posse da Prefeitura para custear a obra, a área a ser vendida era uma das partes que atualmente compõe a Mata da Cafurna.

Cientes desta situação os indígenas habitantes na Aldeia Fazenda Canto, decidiram em assembleia ocupar a primeira parte do território, até então em posse da Prefeitura Municipal, como narrou o indígena Dilson:

Era essa a ideia do Prefeito na época, o Enéas Simplício que queria vender a Mata e fundar uma faculdade. Mas já que essa Mata era também um patrimônio indígena dos nossos antepassados, nós resolvemos ocupar. Nós morava na Fazenda Canto nessa época, e a comunidade inteira se reuniu e disse, vamo ocupar. Não vamos deixar isso acontecer. Então esses três índios José Celestino, Paulo Ferreira Albino e Pedro Ferreira Albino foram numa tarde de sábado, mais ou menos umas 5h:00 da tarde, eles entraram lá e quando foi de madrugada o restante da população entrou¹⁹.

E continuou outro indígena, Antônio Celestino,

Foi a população inteira da Fazenda Canto, todo mundo morava lá, por que era a única Aldeia. A primeira parte da reconquista foi tranquila, por que só era da prefeitura. Ainda passou um ano pra conseguir a terra legalmente, demorou pra FUNAI repassar o dinheiro pra prefeitura, mas a prefeitura recebeu. E ela recebeu para dar assistência de saúde ao índio e não deu um caxete ²⁰.

¹⁹ Entrevista com Dilson Ferreira, feita pela autora, na Aldeia Boqueirão no dia 24/12/2018.

²⁰ Entrevista com Antônio Celestino, feita pela autora, na Aldeia Boqueirão no dia 24/12/2018.

Estes processos de negociações foram documentados pela FUNAI²¹ e pelo CIMI²², mas também se faz presente por meio das memórias socializadas e reelaboradas pela oralidade dos indígenas Xukuru-Kariri.

Fotografia 2: Primeira retomada na Mata da Cafurna



Fonte: Peixoto, 2018

O território da Aldeia Mata da Cafurna era um conjunto de terras em mãos de vários posseiros, entre os quais Pedro Benone, Everaldo Garrote e Leopoldino Torres, o que dificultava a reconquista daquele lugar. Ao longo dos anos, aumentaram outras áreas que foram demarcadas também como terras indígenas, desta vez em posse de Hélio Alves de Carvalho, Vandete e Geraldo Fernandes.

O período entre 1979 a 1994 correspondem aos anos em que mais intensificaram-se as perseguições dos posseiros contra os indígenas em razão do território em disputa, pois o processo de mobilização desde o início demonstrava muitos entraves. Afirmando a

²¹ Documentos disponíveis no acervo de Luiz B. Torres, comerciante, memorialista palmeirense, pesquisador sobre os indígenas, que depois de falecido teve seus escritos doados pela família ao Núcleo de Estudos Políticos, Estratégicos e Filosóficos/NEPEF da Universidade Estadual de Alagoas/UNEAL, Campus III/Palmeira dos Índios.

²² Conselho Indigenista Missionário, que em muito contribuiu, principalmente juridicamente para os processos reivindicatórios dos territórios indígenas em Palmeira dos Índios/AL. É um órgão vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil /CNBB. Foi criado em 1972 com o objetivo de apoiar as mobilizações pelos direitos dos povos indígenas.

necessidade das terras para viverem com um pouco mais de conforto e autonomia, pelas possibilidades de assegurar a subsistência dos índios, o pedido ainda ganhou reforço na justificativa da importância ritualística, uma vez que a Mata existente no local configurava-se como ideal para a prática religiosa do Ouricuri²³, momento sagrado dos indígenas com suas divindades. O processo da ocupação ocorreu de forma muito lenta e dificultosa, como afirmou Lenoir Tibiriçá²⁴,

Os que ficaram, ficaram lá embaixo da jaqueira e depois foi construindo casa de barro com telhado de palha e daí foram surgindo, depois veio ajuda do exército que deu umas cabana, doze cabana, os que foram tendo mais força foram fazendo casa de barro com telhado de palha, até chegar as primeiras casas por que dava muitos problema de barbeiro e era proibido que tivesse casa assim, e aí veio as primeiras casas de alvenaria. Foram 12 a 13 casas, depois vieram mais e as pessoas foram tendo mais condições e foram fazendo mais casas de alvenaria²⁵.

Destacaram-se como principais lideranças indígenas na conquista desta primeira parte do território, Miguel e Manoel Celestino, além do “apoio” de Luiz B. Torres²⁶ e o Chefe do Posto da Funai na época, mas a descoberta referente a intenção de venda da área, ocorreu por meio dos indígenas José Celestino, Paulo Ferreira Balbino e Pedro Ferreira Balbino. Nesta ocupação uma quantidade considerável de indígenas vindos da Aldeia Fazenda Canto reuniram-se, mobilizando-se, pois reconheciam a importância e a necessidade de reconquistar o território em disputa, para todos os Xukuru-Kariri e não apenas para os que pretendiam habitá-lo (MARTINS, 2004, p. 200).

A partir desta primeira ocupação em 1979 e a homologação definitiva do território em média um ano depois, o povo decidiu que a prioridade na área seria para a realização dos rituais religiosos, a produção de alimentos e a preservação da Mata.

Os primeiros habitantes na nova aldeia, a Mata da Cafurna, foram as famílias Gomes, mais conhecidos como Celestinos²⁷, e a família Santana, todos vindos da Fazenda Canto. A nova localidade, quando ocupada, não possuía estrutura residencial, nem energia elétrica. Mas, mesmo sem o mínimo de estrutura, os indígenas persistiram, tendo como abrigo algumas

²³ É o ritual mais importante do povo indígena Xukuru-Kariri. Os indígenas afirmaram que é o momento de contato com as divindades, também é o único elemento em que o não indígena não conseguiu invadir.

²⁴Liderança da Aldeia Mata da Cafurna. Entrevista realizada em Palmeira dos Índios/AL em 27/05/2017.

²⁵ Entrevista com Lenoir Tibiriçá na Aldeia Mata da Cafurna em 27/05/2017.

²⁶ Comerciante, memorialista, natural de Palmeira dos Índios, realizou pesquisas principalmente sobre os indígenas Xukuru-Kariri. Foi fundador do Museu Xucurus de História, Artes e Costumes. Também elaborou os símbolos oficiais do município, além de ser autor de várias obras, algumas publicadas e outras prontas, mas não publicadas por razão do falecimento em 1992. Possuía um acervo documental que anos depois foi doado a Grupo de Pesquisas sobre História Indígena de Alagoas-GPHIAL na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL.

²⁷ Informação obtida em entrevista com o Sr. Antônio Celestino, Pajé e ancião indígena, o mesmo disse que a assinatura dos familiares era Gomes, mas a partir do contato com não indígenas, foram também chamados de Celestinos, fazendo uma alusão a seres iluminados, ligados aos céus. Entrevista realizada em 24/12/2018.

barracas de lona e a sombra de uma jaqueira. Além do desconforto, conviveram com o medo de não ver o dia seguinte, uma vez que a ocupação foi longa e gerou intensos conflitos com os posseiros²⁸, provocando situações bastante tensas.

Entre os anos 1979 e 1985 a primeira parte da Aldeia era utilizada principalmente para as práticas ritualísticas como o Ouricuri. Também foram plantadas roçados coletivos, e como a quantidade de terras era insuficiente para constituir a habitação permanente de toda a população, os indígenas perceberam a necessidade de ocupar mais áreas que eram parte do território tradicional Xukuru-Kariri, demarcado, mas não homologado.

A segunda parte do território, que atualmente forma a Aldeia Mata da Cafurna, estava em posse do Sr. Everaldo Garrote em uma quantidade de 175 ha. Este posseiro resistiu o quanto pode, não apenas pelo valor financeiro das terras, mas simplesmente por não aceitar indígenas habitando o local. Logo após a ocupação, os indígenas receberam uma ordem de desapropriação e foram retirados pela Polícia Militar. Ciente desta situação o CIMI impetrou um recurso na Justiça Federal de Alagoas em 1987 contra a liminar²⁹ concedida ao posseiro sobre aquele território.

Com isso, os Xukuru-Kariri conquistaram o direito de ocupar a área, mas não definitivamente, pois o posseiro entrou com recursos para anular a posse pelos índios. Em razão destes embates, o processo judicial durou mais de cinco anos (MARTINS, 2004, p. 201). O território exclusivamente tinha maior importância, pois os indígenas afirmavam que o local era o primeiro aldeamento em 1773, na chamada “Igreja Velha” construída pelos antepassados (MARTINS, 2004, p. 201)

Outro posseiro a negociar a área territorial para os indígenas foi Pedro Pereira Lima, popularmente conhecido como “Pedro Benone”. A área em sua posse era pequena, 22 ha, mas durou cerca de nove anos para ter o processo homologado com trânsito em julgado. O processo de negociação ocorreu de forma tranquila, pois o posseiro tinha conhecimento de que se tratavam de terras indígenas (NEVES, 2014, p.23).

As últimas áreas demarcadas, das quais os indígenas ainda não tinham posse, foram a Fazenda Brejinho em posse de Leopoldino Torres com 121 ha, e a Mata da Jibóia em posse de Hédio Alves com 162 ha, e duas áreas bem menores em posse de Vandete com 06 ha e Geraldo Fernandes com 17 ha.

²⁸ Expressão utilizada quando se refere a um indivíduo que se apropriou de uma área territorial. Neste caso específico, o termo é regional, direcionado a pessoas que de forma indevida tomaram como suas, as terras indígenas no município de Palmeira dos Índios-Alagoas. Enquanto que fazendeiro é aquele que cultiva a própria fazenda ou a de outra pessoa.

²⁹ Pedido de Reintegração de posse na 2ª Vara da Justiça Federal como o processo de nº 15.626/87 que temporariamente favoreceu o posseiro.

O posseiro da Fazenda Brejinho, Leopoldino, demonstrava ser estimulado pelo outro posseiro para dificultar a venda da área, enquanto que Hélio dava sinais de que seria difícil negociar, mas ambos também tinham consciência de que eram territórios indígenas. Segundo documentos elaborados pelo CIMI, datados do ano de 1994, e assinados pelos indígenas, Hélio Alves foi denunciado de ter vendido toda madeira da área para serrarias e padarias da cidade:

[...] já tentamos a muito tempo impedir o desmatamento, enviando documentos a: Funai, ao Sr. Ministro da Justiça, a Procuradoria da República de Alagoas, a Administração Regional de Alagoas, ao Ibama, a OAB Alagoas, mas nenhuma providência foi tomada, nós então decidimos impedir o desmatamento e retomamos a área.

Além disso, após a retomada, os indígenas continuaram denunciando as constantes ameaças de morte, provavelmente por parte dos posseiros, denunciaram também a falta de assistência da FUNAI em relação a alimentação, infraestrutura, atendimento de saúde e principalmente assistência jurídica, com o intuito de celeridade ao processo. O documento elaborado pelo CIMI concluía a denúncia pedindo a sensibilização e apoio da sociedade alagoana no sentido de reforçar junto as autoridades competentes a atenção devida a este caso. O documento foi assinado por vários indígenas, entre os quais Miguel Celestino, Antônio Ricardo, Edivaldo Ferreira, entre outros.

As duas últimas áreas em posse de Vandete e Geraldo Fernandes, tiveram a ocupação simultaneamente, no ano de 2008, em outra conjuntura social e política, momento onde as tensões e conflitos haviam se amenizado. Foram lideradas pela juventude indígena habitante na Mata, destacando a atuação de Tanawy³⁰. Esta área especificamente localizava-se na entrada da Aldeia, o que facilitou a negociação da FUNAI com os posseiros.

As ocupações ocorreram para a formação da atual Aldeia Mata da Cafurna tiveram como base as áreas delimitadas pelos laudos antropológicos, as documentações que na atualidade são encontradas nos órgãos do Estado e em acervos pessoais. Apresentam em alguns momentos anacronismos que podem dificultar a pesquisa, por isto, fazemos uso das memórias e oralidades dos indígenas que vivenciaram este processo histórico, a fim de que juntos as demais fontes possibilitem uma pesquisa com maior proximidade possível do ocorrido.

³⁰ Jovem indígena Xukuru-Kariri, filho de Lenoir Tibiriçá ex-Pajé na Aldeia e Tânia Xukuru-Kariri. Diretora da Escola na Aldeia, o jovem tem grandes possibilidades de tornar-se Pajé na Mata da Cafurna.

Os períodos de formação da Aldeia são expresso nas memórias e relatos daqueles que vivenciaram a experiência histórica de se mobilizarem, enfrentando ameaças, racionando alimentos, entre tantas outras situações como foi evidenciado na narrativa de uma indígena³¹:

[...] eu lembro como se fosse um sonho, lembro que eles se reuniam como a gente se reúne hoje e decidiram vamos retomar aquela mata, eu sei e lembro que a minha mãe, meu pai, a mãe dela vinha, meus avós e a gente também vinha, mas eles tinham aquele cuidado com a gente, e a gente ficava, eles faziam assim tipo umas ocas, uma baixada, tipo umas mangueiras e eles ficavam de vigias, eu sei que foi um grande processo, mas eu não posso contar com muitos detalhes, quem pode contar é os meus mais velhos, mais eu lembro que foi muita luta, mas graças a Deus nós conseguimos; [...] e aí quando foi em 82 mais ou menos um grupo, uma parte da Fazenda Canto, duas famílias, que era os Celestino e Santana, viemos, chegando lá, já se encontrava índios habitando o lugar, que eram os da família Gomes, que moravam perto do Cristo e estavam habitando lá, que era o finado Arlindo e Minervina e então um índio que era o Seu Zezinho.

Narrativas como a citada acima possibilitam compreender o quanto foi desafiador para o povo indígena Xukuru-Kariri reconquistar territórios que tradicionalmente lhes pertenciam, mas que fora tomado, obrigando-os com isso a viver na invisibilidade até se considerarem fortalecidos o suficiente para iniciarem a viagem de volta em busca da afirmação étnica e da retomada territorial (OLIVEIRA, 1999, p. 123).

A índia Xukuru-Kariri, Dona Salete, membro da família Santana, matriarca dos habitantes na Mata da Cafurna e única parteira na localidade, relatou o quanto retomar a Mata da Cafurna foi antes de tudo resistência. Afirmou que eram muitas as dificuldades, como o clima de tensão, os problemas de saúde, com a alimentação muito restrita, pois o pouco que se tinha era a própria Natureza quem oferecia, diferente da atualidade, quando o acesso livre a cidade possibilita uma diversidade alimentícia, como narrou a habitante 2³²:

Quando um adoecia, que a gente ia pra rua tinha que pensar no que o doente ia comer, mas hoje é arroz, macarrão. Eu me criei em um tempo minha filha, que isso não existia, nós só comia feijão, beiju, farinha, basicamente o que podia plantar e pescar, nós caçava de noite, cacei muito de noite, tirava mel pelo dia, no mato, muito mel, e a gente pegava o mel, botava um pouquinho numa coitezinha, quem nem prato as vez não tinha, era pratinho de barro, cuia, coite, fazia os pratinhos, ai misturava o mel com a farinha, depois bebia água e aí pronto, todo mundo tava feliz.

Por meio desta narrativa é importante considerar que a resistência está inteiramente entrecruzada ao conceito de Cultura, abarcando práticas de resistência diante do poder manifestado nas ações políticas também com um forte viés identitário. Neste caso especificamente o relato da indígena evidenciou os inúmeros desafios enfrentados durante a

³¹ O indígena está sendo apresentado como “habitante 1”, pois teme represálias, pediu anonimato. Entrevista realizada em 28/05/2017, na Aldeia Mata da Cafurna, Palmeira dos Índios.

³² O indígena está sendo apresentado como “habitante 2”, pois teme represálias. Pediu anonimato. Entrevista realizada em 28/05/2017, na Aldeia Mata da Cafurna, Palmeira dos Índios.

retomada, quando foi necessária uma resistência coletiva justificada pelo direito de se auto denominar indígena em seus territórios tradicionais. “Os homens fazem sua própria história, que os homens não são objetos passivos de algumas configurações de si mesmo” (FUNES, 1994, p. 59).

A oralidade possibilita imaginar o que foi vivido, a partir dos relatos por meio de entrevistas transcritas, também possibilitando cotejá-las com documentações referentes ao mesmo contexto para perceber se dialogam ou não. Todavia, como afirmou Verena Alberti,

Acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade e a da história oral como um todo decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu. (ALBERTI, 1996, p. 05)

Considerando o que afirmou a pesquisadora, foi possível usar a metodologia e ter êxito. Para tanto, foi necessário sensibilidade para entender além do que o entrevistado expressou, e com isto, provavelmente minimizar lacunas historiográficas a partir das narrativas de quem viveu tal período, sem perder o rigor científico exigido nos ambientes acadêmicos, como por exemplo, categorias de análise, noções de tempo e temporalidade, tornando-se mais tênues quando diferentes campos de conhecimentos se juntaram formando as linhas fronteiriças, sem comprometer a narrativa historiográfica (FUNES, 1995, p.147).

A retomada de mais terras pelos indígenas em Palmeira dos Índios era uma necessidade demográfica, pois a Fazenda Canto, primeira aldeia reconhecida pelo Estado no município, não era suficiente para acomodar os habitantes por conta da limitada extensão territorial. Era também, uma necessidade cosmológica, pois a Mata da Cafurna possibilitaria aos indígenas um espaço sagrado para realizarem rituais e com isto o fortalecimento espiritual, aspecto central para os indígenas.

Embora tenha ocorrido uma considerável distância entre o imaginado e o vivido no que se referiu ao estabelecimento na Aldeia e mesmo diante dos conflitos existentes, muitos foram os aspectos mais positivos que negativos, pois outras retomadas tornaram-se possíveis e assim os índios saíram da invisibilidade para a reafirmação étnica, mobilizando-se cada vez mais por direitos. Sobre isso, pesquisadores enfatizaram:

Há 35 anos os Xukuru-Kariri retomaram as lutas pelas suas terras, quando realizaram a primeira retomada, em 1979. Desde então, vem cobrando celeridade na execução do processo que definia seu território com 36 mil hectares de terra e que foi paulatinamente sendo reduzido para os atuais 7.073 hectares. (SILVA; PEIXOTO, 2016, p. 25)

Em áreas demarcadas pelos órgãos estatais competentes não significavam um momento tranquilo para os indígenas, pois na medida em que mais famílias se organizavam para ocupar outros espaços e formar mais aldeias, também intensificavam-se as perseguições e ameaças aos indígenas, situações que continuam a ocorrer na atualidade, e em muitos momentos foi declarada por parte dos posseiros ao afirmarem que os indígenas eram um risco para o “desenvolvimento” do município de Palmeira dos Índios. Sobre isto, em entrevista com o Sr. Antônio, indígena Xukuru-Kariri, um dos mais anciãos e ativo no processo de mobilização de seu povo, relatou:

Um dia conversando com um vereador, ele me disse que se houvesse demarcação acabaria com o progresso de Palmeira dos Índios, aí eu disse a ele que o progresso de Palmeira dos Índios, tinha acabado a tempos, pra justificar isso eu vou falar para você da década de 50 pra cá. O Senhor sabe que Palmeira teve 4 usina de algodoeira, teve 3 cinema, teve uma Souza Cruz, teve loja que estão nos grandes centros, fábrica de cachaça, uma feira noturna, a feira do bacurau, onde chegava gente de Maceió, mode vir comprar fruta, a pinha do povo de Palmeira de Fora lá, o povo sabe disso. Na parte profissional tinha as fabriqueta de sapateiros, as alfaiatarias, quantas tinha? quantas tem hoje? E para findar até as partes de quem era engraxate era de uma classe média, por que quem tinha duas ou mais cadeira de engraxate, tinha uma clientela boa, e quem acabou com tudo isso foi a boa política de vocês, não foi os índios não³³.

Esta narrativa evidenciando contextos históricos e defendida por tantas outras pessoas que não são indígenas, possibilita refletir sobre o que resultaria de negativo em o índio ter os territórios demarcados e homologados? Desde quando tal ação implicaria no progresso ou não do município em que também são população? Além disso, como se justifica a não mais existente dinâmica local do município uma vez que os indígenas continuam sem os territórios tradicionais?

A Aldeia Mata da Cafurna, território habitado pelo povo Xukuru-Kariri, antes era um espaço físico que com a povoação dos próprios índios em tempos imemoriais foi territorializado. No entanto, a partir da formação do município de Palmeira dos Índios, posseiros e oligarquias locais invadiram as terras indígenas e expulsaram os índios de dos territórios.

O conceito de espaço e territorialidade são distintos; o espaço é anterior ao território, e este é formado a partir do espaço sendo o resultado de uma ação conduzida por um indivíduo e/ou grupo social ao se apropriar de um espaço, onde uma vez habitado é territorializado: “O território se apoia no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 43). Ainda segundo Raffestin (1993), o conceito de territorialidade

³³ Entrevista com Antônio Celestino na Aldeia Boqueirão, Palmeira dos Índios em 24/12/2018.

assume um valor bem particular, pois trata do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os humanos vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Não é possível compreender essa territorialidade se não se considerar aquilo que o construiu, os lugares onde ocorre e os ritmos que implica (RAFFESTIN, 1993, p. 62)

Refletindo sobre o que escreveu o pesquisador e associando tais conceitos aos indígenas Xukuru-Kariri e aos processos de reivindicações, retomadas e posse, quando aconteceu a doação da sesmaria de Burgos, em fins do século XVIII, o que os índios receberam foi a doação de um espaço. Com o passar dos anos este espaço foi territorializado, pois os indígenas construíram relações de identidade e pertencimento com este, agora, território. E mesmo que tempos depois tenham enfrentado conflitos territoriais e tenham sido expulsos de seus lugares, suas relações com aquele território não se desfizeram. Permaneceu um sentido de pertencimento, fomentando estratégias para um retorno ao território, quando possível, como ocorreu posteriormente.

Segundo Fuini (2017), para Haesbaert, a concepção de território traz uma dimensão espacial revelada em processos de dominação mais concretos, tanto pela produção material quanto em termos jurídico-políticos. É também um espaço apropriado em termos imateriais na produção da identidade, subjetividade e simbolismos com certo lugar. Desta forma, o conceito de território para este geógrafo é para além do espaço físico e se configura como um espaço político, assumindo características diversas e totalmente interligadas. O conceito de territorialidade trata especificamente do sentido de pertencimento, usos e vivências em um recorte do espaço (FUINI, 2017, p.20).

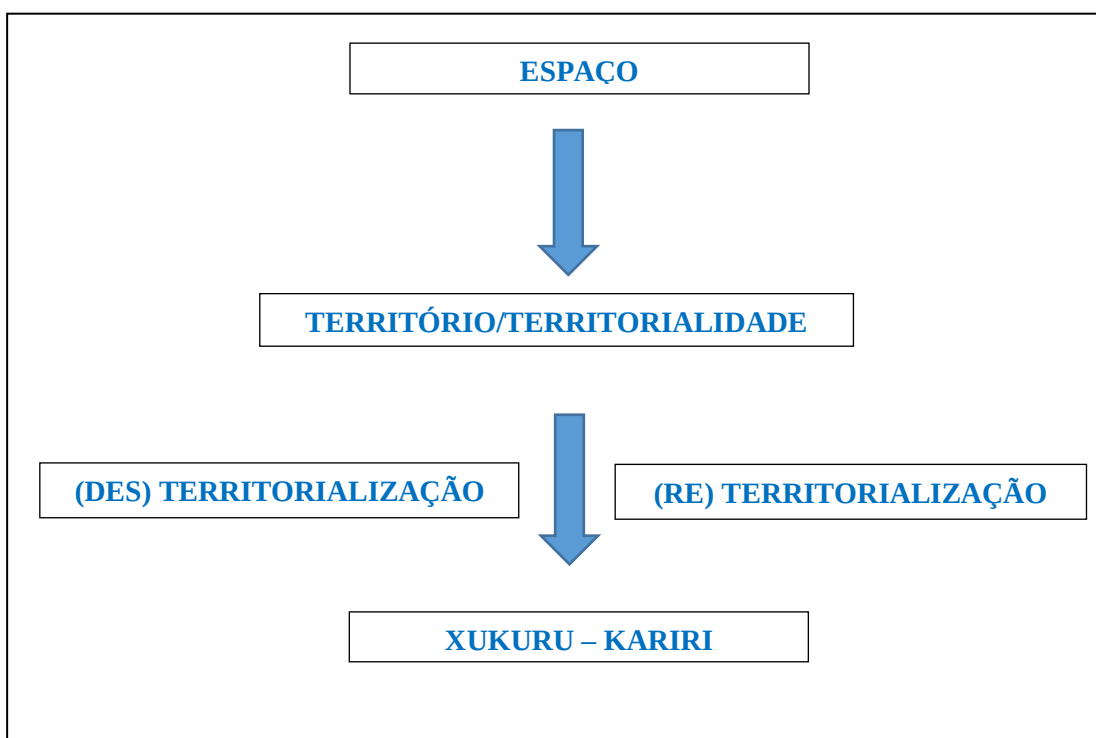
Para o autor, a discussão não se encerra nos dois conceitos apresentados, pois ainda faz uso de mais dois que estão entrecruzados, mas não necessariamente seguindo a ordem aqui exposta; são: desterritorialização e reterritorialização. Pensando mais uma vez sobre os Xukuru-Kariri, é possível afirmar que em diversos momentos tiveram de lidar com esta situação que infelizmente ainda enfrentam na atualidade.

Desterritorialização está relacionado ao ato de destruir vínculos de identidades com certos espaços, vínculos estes tanto materiais quanto imateriais. Reterritorialização relaciona-se ao ato de (re)construir territórios por novos agenciamentos maquínicos³⁴, mas que por forças políticas foram obrigados a se afastar. Neste caso, o Território é, portanto, um instrumento de poder político e a Territorialidade um espaço de identidade cultural.

³⁴ Por meio do aparato legal.

Territórios e Territorialidades cada vez mais valorizadas para entender as formas de apropriações espaciais, materiais e simbólicas. Enquanto que desterritorialização e reterritorialização são conceitos mais secundários, mas que se concretizam em inúmeras circunstâncias. Baseado nestes conceitos apresentados e associando-os ao processo histórico dos habitantes na Mata da Cafurna, ambas as discussões fazem parte da trajetória do povo Xukuru-Kariri.

Gráfico 1: Explicação sobre o conceito de Território, Territorialidade, (des) territorialização e (re) territorialização



Fonte: Elaborado pela autora, 2018

Em alguns momentos, as ações foram externas e independente da vontade dos índios, em outros momentos foram criadas estratégias para lidar com as inúmeras situações de ameaças e agir por sobrevivência. Os indígenas não foram respeitados desde os primeiros tempos da colonização aos dias atuais, porque o modo de vida era considerado incompatível com os grandes projetos de modernidade para o país, para o Nordeste e para Palmeira dos Índios. A terra em disputa não tinha e ainda não tem um interesse apenas material, pois o principal interesse ao que se percebe está interligado a instrumentos de poder político e status social. Enquanto que para os índios o território em questão implica na possibilidade de viverem coletivamente e com as expressões socioculturais. Mas, em razão da situação

conjuntural entre tantas outras estratégias, os índios souberam compreender qual era o momento de silenciar ou de se mostrar.

De forma geral, os pesquisadores que trataram sobre o Território destacaram a importância de nunca analisar o território como um espaço neutro, mas sim enquanto *lócus* de constante disputa de poder sob uma perspectiva em que predomina a dominação de natureza jurídico-política do uso do recurso “terra” para fins de reprodução econômica (ALMEIDA, 2011a, p 74), ou seja, sob uma concepção em que o território é visto como instrumento de imposição.

Com a promulgação da Constituição em 1988 foi rompida a ideia de tutela e o índio individualmente ou através de suas organizações foi formalmente reconhecido como sujeito de direito para reivindicar seus interesses perante a lei. Após este marco legal na História do Brasil, os Xukuru-Kariri que estavam retomando as áreas que atualmente compõem a Mata da Cafurna, e que desde 1979 se mobilizavam, agora tinham mais ânimo e evidências de seus direitos.

O povo Xukuru-Kariri afirmam direitos territoriais sobre as áreas acima citadas, mas foram necessárias ações de ocupações e mobilizações sociopolíticas por um extenso período para que os direitos fossem em parte garantidos e assegurados pelo Estado brasileiro. A afirmação da identidade étnica foi imprescindível para reivindicar direitos, garantias políticas e econômicas, uma vez que após ter conquistado a demarcação das terras indígenas/TI, era extremamente necessário que a Funai, órgão indigenista oficial, continuasse atuando com assistência aos indígenas para que conseguissem oficialmente o território.

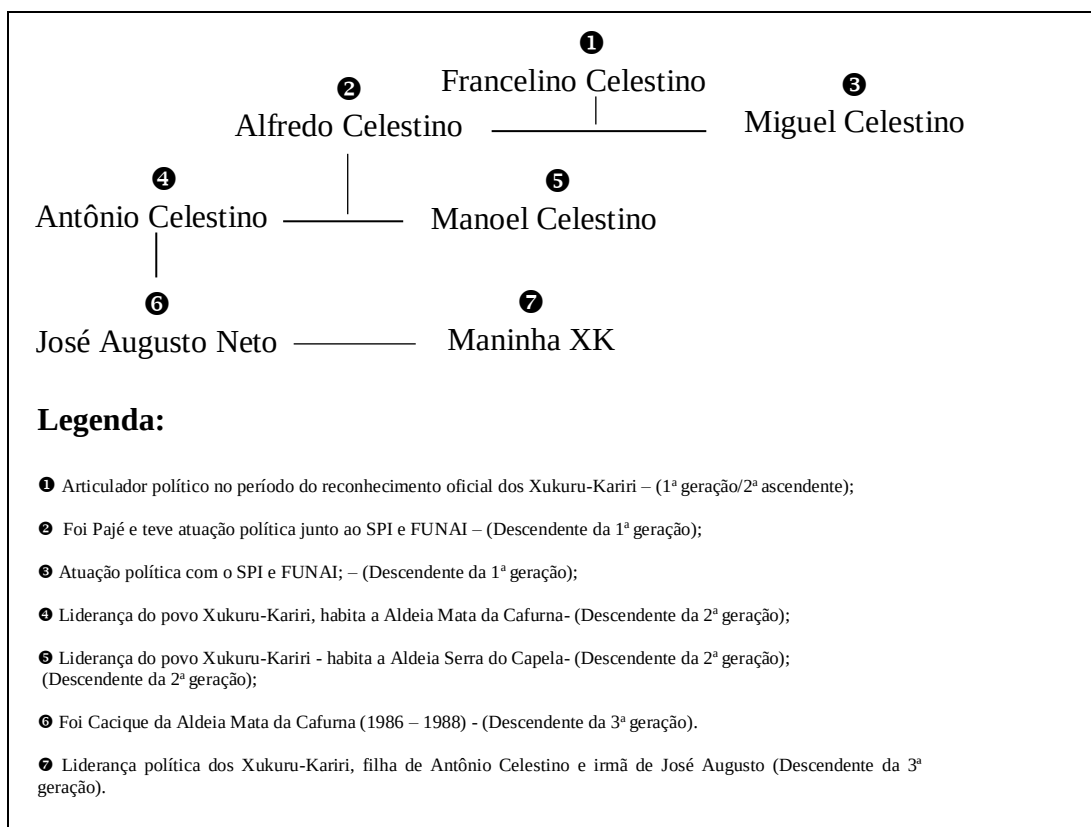
Paralelo as mobilizações por mais áreas indígenas, ocorreram conflitos entre indígenas e diversos setores da sociedade local. Estavam inseridos na época numa rede de contatos formada por índios, Estado, oligarquia local e Igreja Católica Romana que favoreceram relações de dependências entre os envolvidos e possivelmente desencadearam contendas. Os conflitos entre os Xukuru-Kariri provocaram cisões e desentendimentos que se estenderam pelas gerações da época que se “eternizaram” entre algumas famílias.

Os indígenas mantinham contatos com personalidades não indígenas, pessoas estas que com o passar dos anos demonstravam uma relação ora amistosa, ora intencional, ou seja, relações estratégicas. A família Celestino em toda a trajetória histórico-política do povo, destacou-se entre os demais Xukuru-Kariri. O primeiro deles foi o Sr. Francelino Celestino, seguido por Alfredo, Miguel, Manoel, Antônio, José Augusto e para quebrar o patriarcado, Maninha Xukuru-Kariri, cada um em um determinado momento histórico desempenhou funções políticas e/ou religiosas e reivindicatórias entre os Xukuru-Kariri. Parece nunca ter

sido uma relação fácil, e mesmo que o parentesco existisse, não necessariamente ocorria boa relação entre todos os Celestinos.

O gráfico a seguir buscou apresentar um panorama envolvendo os níveis de parentesco na citada família, além de seus respectivos destaques na trajetória do povo indígena.

Gráfico 2: Lideranças políticas com mais destaque para as famílias Celestino



Fonte: Elaborado por Yuri Franklin dos Santos, 2018

Em linhas gerais, as situações de disputas com diversos personagens relacionados aos Xukuru-Kariri implicam em situações tendenciosas, demonstrando o quanto as relações eram complexas naquela época, fossem entre os próprios indígenas ou não indígenas, envolvendo interesses ora individuais, ora coletivos. Os discursos tornaram-se documentos inseridos em contextos englobantes relacionados a operações que precisam ser analisadas, considerando-se diversos aspectos, dentre os principais, buscar compreender qual o lugar social dos personagens inseridos nos conflitos.

É necessário também observar qual aspecto predomina, se o socioeconômico, o político, o cultural, o social ou todos juntos para a partir de então compreender a trama oculta por trás dos conflitos, delineando uma possível rede de contatos, intrigas e conexões sujeitas a qualquer sociedade ou grupo social, destacando principalmente como os indígenas

conseguiram lidar com esta conjuntura, se sobressaindo e resistindo as inúmeras circunstâncias.

1.5 As relações sociopolíticas, mobilizações e protagonismos

A organização sociopolítica dos Xukuru-Kariri na Aldeia Mata da Cafurna a partir do período da primeira retomada ainda em 1979 teve várias lideranças indígenas, destacando Miguel e Manoel Celestino, além de várias organizações da sociedade civil, alguns religiosos e políticos. O CIMI, a nível nacional existe desde 1972, atuando no Nordeste tem recentemente 40 anos e durante este tempo foi de suma importância para que os povos indígenas se mobilizassem por direitos. O CIMI também apoiou principalmente por meio de assessoria jurídica para que os indígenas continuassem com as retomadas territoriais. Segundo Zennus, missionário do CIMI em Alagoas:

Na verdade, nós somos acusados muitas vezes de criar índio, mas nós não temos poder de criar algo que já existia. A existência desses povos é secular, milenar e a gente sabe que historicamente esses povos foram massacrados e tiveram que silenciar por que era a vida deles que tava em jogo. Mas como em todo contexto histórico, a gente percebe que chega um momento em que não há mais como se esconder e foi isso que aconteceu³⁵.

Em 1972, a Igreja Católica Romana propôs, a partir dos missionários, criaram um Conselho indigenista, o que antes era apenas um ideal, um sonho de muitos que realizavam esse trabalho dentro de comunidades indígenas, mas nada formalizado, tornou-se oficial. A Igreja contribuiu fortemente para a consolidação do Conselho Indigenista Missionário, principalmente no início, abrangendo ações não só no Norte, mas em todo o Brasil.

Quando o CIMI chegou à região Nordeste, especificamente em Alagoas se deparou com situações nada fáceis. Um dos primeiros contatos foi com os Xukuru-Kariri que eram sendo perseguidos pelos posseiros. Segundo o CIMI, o intuito sempre foi acolher a causa, orientar os indígenas sobre aquilo que é direito, mas que as vezes não sabiam como proceder. O missionário enfatizou que as ações do CIMI não são necessariamente aceitas por toda a Igreja Católica, nem todos concordam:

³⁵ Entrevista com Zennus Dinys realizada na sede do Conselho Indigenista em Maceió/AL no dia 25/10/2018.

Nós temos uma linha de pensamento diferente de alguns bispos, e nos deparamos com algumas situações onde a própria igreja local está contra nós, mas abraçamos essa causa, eu apenas tenho 10 anos aqui, é um tempo curto para o amadurecimento de um missionário. Eu percebo que os que me antecederam foram imprescindíveis, nos anos 80 a gente teve aparecimento de vários povos, e em momento nenhum o CIMI chegou lá pra dizer quem é índio, quem não é, a ideia foi outra, a de orientá-los³⁶.

A proposta do CIMI é, portanto, buscar junto aos povos indígenas o reconhecimento oficial destes povos e depois, junto dos órgãos competentes garantir os direitos da Constituição vigente, em seus artigos 231 e 232, que são especificamente direcionados aos povos indígenas, mas que constantemente são violados. O CIMI surgiu com essa perspectiva, “ser esperança e também ação”, disponibilizando apoio jurídico no que se refere às invasões das terras indígenas e os parques avanços, principalmente quando são iniciados pela FUNAI, órgão do governo federal que presta assistência aos indígenas. Nessa relação com os índios, o CIMI busca trabalhar principalmente a questão da terra, e por que a terra? Explicou Zennus:

Por que tudo depende da terra, para que os índios tenham saúde eles precisam ter a terra, para que os índios tenham educação, as escolas, tem que ter terra, então, se você tem a terra as outras coisas vem, se você não tem a terra, não tem nada. A terra é o início do processo de afirmação e também condição para expressão da cultura daquele povo que quer deixar para as gerações vindouras um futuro melhor. Por que para nós a terra é um produto, para eles a terra é sagrada, tem um significado e uma ligação de pertencimento³⁷.

Os indígenas Xukuru-Kariri habitantes na Aldeia Mata da Cafurna, afirmam reconhecer no CIMI este apoio, e que as orientações do Conselho são muito importantes, pois os indígenas sabem ocupar, mas nem sempre sabem como proceder juridicamente para efetivarem os direitos. O CIMI ainda alertou para a enorme contribuição dos sindicatos, movimentos sociais e universidades para evidenciar o indígenas, as mobilizações e posteriormente as conquistas obtidas.

Na primeira retomada, foi pensado e definido coletivamente o nome de Manoel Celestino como Cacique, depois dele assumiu o Augusto, também da família Celestino e o terceiro, Cacique Heleno. Como Pajé, inicialmente assumiu Miguel Celestino, posteriormente Lenoir Tibiriçá, índio Kariri-Xokó vindo de Porto Real do Colégio, que passou a habitar a Mata da Cafurna quando casou-se com uma Xukuru-Kariri. Depois dele, a Aldeia ficou sem Pajé até a atualidade. Os indígenas afirmam que aguardam sinais das divindades para escolherem outro Pajé, figura central nas expressões socioculturais do povo Xukuru-Kariri.

³⁶ Entrevista com Zennus Dinys, realizada na sede do Conselho Indigenista em Maceió/AL em 25/10/2018.

³⁷ Entrevista com Zennus Dinys, realizada na sede do Conselho Indigenista em Maceió/AL em 25/10/2018.

Antes de reocuparem a Mata da Cafurna, parte dos indígenas viviam nas periferias da cidade de Palmeira dos Índios, outros trabalhavam sazonalmente em canaviais no litoral e outra parte habitava a Aldeia Fazenda Canto. Após a conquista da primeira parte da Aldeia retomada, o objetivo era continuar resistindo e reocupando os demais territórios até se estabelecerem em definitivo. O território ao qual nos referimos equivale a 620, 6 ha, de um total de 7.073 atualmente demarcados para o povo Xukuru-Kariri. Em 1979, ano em que a Mata da Cafurna foi retomada, a Aldeia contava com cerca de 12 famílias e atualmente em 2018 com uma população de em média 150 famílias e cerca de 812 habitantes.

Na Aldeia Mata da Cafurna existe uma Escola Estadual desde 1985, cujo primeiro nome era Escola Indígena Alfredo Celestino, e posteriormente foi nomeada Escola Estadual Mata da Cafurna. Nos primeiros anos não funcionava em um prédio específico como atualmente, mas nas dependências das casas das primeiras professoras, que foram Tânia³⁸ e Alaíde, ambas Xukuru-Kariri e habitantes na Aldeia até os dias atuais. A Escola atende várias modalidades de ensino; o Maternal, Educação infantil, Fundamental I e II e Ensino Médio na modalidade EJA.

Fotografia 3: Escola Estadual Indígena Mata da Cafurna



Fonte: Acervo pessoal, 2018

A escola além de atender os alunos na comunidade, também alunos não indígenas que moram nas regiões circunvizinhas, totalizando 285 alunos matriculados com frequência

³⁸ É atualmente Diretora da Escola.

assídua as aulas. A maioria dos professores são indígenas, mas também professores não indígenas, pois ainda não existem índios com nível superior em todas as áreas de ensino necessárias na escola. Os docentes formam um total de 26 professores, além de mais 18 funcionários distribuídos em variadas funções durante os três turnos em que funciona a escola.

No que se refere a metodologia de ensino, a coordenação informou que além dos conteúdos obrigatórios curricularmente, é inserido uma disciplina nomeada “Artes e Costumes dos povos indígenas” onde são discutidas as diversas formas de ser e de se pensar os indígenas no país, mais especificamente os Xukuru-Kariri. A disciplina é normalmente ministrada por uma liderança indígena que atua na educação, tendo como objetivo principal a socialização e compreensão da diversidade sociocultural existente no Brasil, não limitando apenas a discutir sobre índio, “em alguns casos a discussão inicia sobre índio, mas quando percebemos já falamos sobre o negro, o cigano, o agricultor e entendemos isso como positivo” afirmou a Coordenadora Suyane³⁹.

A coordenadora ainda relatou que a relação profissional com os professores atuando na escola, e que não são indígenas ocorre de maneira positiva “são comprometidos e demonstram interesse em conhecer nossa cultura”. Ela complementou afirmando que atuam na escola há mais de três anos, o que contribui no sentido de que estão adaptados a formas de ensino e metodologias aplicadas.

³⁹ Indígena Xukuru-Kariri, graduada em Letras Português pela Universidade Estadual de Alagoas pelo Curso de Licenciatura Intercultural Indígena “CLIND”.

Fotografia 4: Jaqueira no pátio da Escola



Fonte: Acervo pessoal, 2018

Simbolicamente a escola traz consigo memórias muito significativas para os habitantes na Aldeia, pois onde atualmente localiza-se foi a primeira parte ocupada, até então em posse da Prefeitura de Palmeira dos Índios. Durante a ocupação havia uma jaqueira, que era utilizada pelos indígenas como sombra nos momentos de intenso calor, uma vez que se abrigaram por muito tempo em barracas de lona, cedidas pelo Exército Brasileiro. A árvore é preservada até os dias atuais no pátio da escola como símbolo de resistência, também configurado como um novo momento, de recomeço e grandes conquistas, tudo isso socializado pelos indígenas por meio da oralidade com um sentimento de orgulho muito perceptível.

A Política Nacional de Saúde abrange também a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, amparada no Decreto nº 3156/99, que trata sobre as condições de assistência à saúde dos indígenas. Ainda assim, pela Lei 9836/99, foi criado o subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do SUS, garantindo assistência aos povos indígenas. O Ministério da Saúde por meio da FUNASA⁴⁰ assumiu em 1999 a responsabilidade de estruturar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, operado pelo SUS, mas recentemente a gestão da atenção à saúde dos povos indígenas passou da Fundação Nacional de Saúde para a Secretaria de Saúde do Índio/SESAI.

⁴⁰ Fundação Nacional de Saúde.

Alagoas atualmente tem 12 povos indígenas reconhecidos pelos órgãos oficiais, como a FUNAI. Segundo o IBGE⁴¹, 16.291 se declararam indígenas, mas apenas 6.268 habitam terras demarcadas, os 10.023⁴² vivem fora dos territórios, resultando em um percentual de que apenas 38,5% estão em terras indígenas, tendo como denominador comum vários casos de desassistência aos indígenas que não habitam os territórios reconhecidos. Embora os dados apresentados pelo IBGE sejam de 2010, e portanto estejam desatualizados, é nítida a disparidade de informações entre as fontes oficiais e os próprios indígenas, que apresentam números muito maiores de pessoas que se autodeclararam indígenas em todo o estado de Alagoas.

O Posto de Saúde na Aldeia é um prédio que necessita de reformas, além de ter espaços restritos que dificultam um trabalho de maior qualidade, afirmou a indígena Korã em entrevista durante um evento de Práticas Integrativas na Aldeia Mata da Cafurna. A indígena afirmou ainda que a médica vem duas vezes por semana. Além disto, tem uma equipe formada por um Agente de Saúde, um Técnico de Enfermagem e uma Enfermeira por maloca⁴³. São atendidos com frequência no Posto de Saúde cerca de 120 famílias que correspondem em média a 450 indígenas, número inferior a quantidade de habitantes na Aldeia, entre crianças, jovens e idosos, sendo os idosos os que mais frequentam.

⁴¹ IBGE/2010. <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=2194&t=censo-2010-populacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274&view=noticia>. Acessado em 26/10/2018.

⁴² IBGE/2010. https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_gerais_indigenas/default_caracteristicas_gerais_indigenas.shtm. Acessado em 26/10/2018.

⁴³ Expressão utilizada pelos indígenas Xukuru-Kariri quando se referem as aldeias.

Fotografia 5: Posto de Saúde da Família na Aldeia Mata da Cafurna



Fonte: Acervo pessoal, 2018

No PSF⁴⁴ são entregues remédios para doenças crônicas como diabetes e hipertensão, além de serem feitos curativos e vacinações. E os problemas de saúde mais graves são encaminhados pela equipe de saúde ao Polo Base de Saúde Indígena, localizado na área urbana de Palmeira dos Índios. Neste local, o atendimento é estendido a todas as Aldeias no município, e possui uma estrutura muito maior e aparentemente oferece melhores condições de atendimento aos indígenas, contando com uma equipe de saúde maior, contribuindo para um maior fluxo de atendimentos.

⁴⁴ Posto de Saúde da Família.

Fotografia 6: Pólo Base de Saúde Indígena Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios/AL



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Segundo a índia Korã, no PSF da Aldeia existem limitações, na de estrutura e no fornecimento de medicamentos, por conta disto incluiu na lista de medicamentos, remédios fitoterápicos a fim de amenizar a falta dos medicamentos fornecidos pela SESAI⁴⁵, mas também como uma forma de fortalecer a cultura e relação do índio com as plantas. Transformando-as em remédios caseiros e eficazes, e que por muito tempo foi a única opção a tantos grupos sociais, entre os quais os indígenas, mas que com o passar dos anos tem sido menos praticada. A ação tem sido percebida pelos habitantes na Mata como um ponto positivo, importante para reiterar a importância das ervas como alternativa de minimizar problemas de saúde e fortalecer as relações culturais do povo indígena com a Natureza.

O reconhecimento dos Xukuru-Kariri pelo SPI e a instalação do Posto Indígena PI em 1952 resultou em um processo de mobilização bem anterior a esta conquista e obviamente contou com toda uma articulação entre indígenas e não indígenas que objetivavam conquistar o reconhecimento oficial. Como agentes históricos que apoiavam as mobilizações dos índios, destacaram-se as figuras de Carlos Estevão e Pe. Alfredo Dâmaso. O primeiro com escritos que contribuíram para o reconhecimento dos indígenas por meio das produções, e o segundo

⁴⁵ Secretaria Especial de Saúde Indígena.

por conexões, influências e relações políticas que viabilizaram este reconhecimento (MARTINS, 2004, p.199).

Para explicitar os conflitos do passado e recorrentes entre os indígenas e posseiros, que também são políticos, donos dos meios de comunicação local, lojistas entre outras ocupações, os fazendeiros organizaram uma mobilização denominada “Movimento Palmeira de Todos”, resultando em um ato público para contestar a demarcação das terras indígenas e os “possíveis danos” aos moradores na cidade. O ato foi realizado em agosto de 2013, na data de comemoração da emancipação política de Palmeira dos Índios, quando além dos organizadores participaram indígenas não contemplados nas demarcações e que foram cooptados estrategicamente para apoiar o movimento.

Mesmo com toda apelação midiática, o evento teve pouca visibilidade e provavelmente não atendeu às expectativas dos organizadores. Como ação paralela, os indígenas Xukuru-Kariri que vinham organizando campanhas, intensificaram as ações buscando desconstruir o discurso de que o município estaria ameaçado quando as terras indígenas fossem demarcadas. A mobilização indígena reuniu professores, pesquisadores, além de simpatizantes, com a criação de fanpages na Internet para divulgar as ações, produzindo folders, cartazes, cartilhas, camisetas, cd’s e adesivos para angariar fundos que ajudassem a custear pequenas despesas com a mobilização, sendo uma ação permanente dos Xukuru-Kariri. (NEVES, 2014, p.)

É importante também evidenciar o protagonismo das mulheres indígenas Xukuru-Kariri, especificamente as habitantes na Aldeia Mata da Cafurna ou que participam das retomadas, sendo este destaque positivo em vários aspectos, pois, observa-se o lugar de lideranças femininas com o desempenho e a habilidade sociopolítica.

Entre estas mulheres destacaram-se Etelvina Santana da Silva, conhecida como “Maninha Xukuru-Kariri”, liderança política que conquistou mais visibilidade em espaços estratégicos, como a APOINME⁴⁶, para os povos indígenas. Indicada ao Prêmio Nobel da Paz em 2005, afirmou: [...] a sociedade tenta negar suas origens indígenas. Eles tomaram nossas terras, nossas línguas e nossas crenças. Hoje, nós sabemos quem nós somos, quais são os nossos direitos e a posição que queremos ocupar na história⁴⁷”. “Maninha” faleceu em 2006, quando com os indígenas denunciavam a falta de atendimento médico na cidade de Palmeira

⁴⁶ Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - APOINME, foi coordenada por Maninha e sediada em Palmeira dos Índios no período de 1989 a 2005, quando a indígena se afastou por problemas de saúde.

⁴⁷ Fragmento de uma entrevista em homenagem a Maninha Xukuru-Kariri no site do CIMI, pelo link: <https://cimi.org.br/2018/03/dia-internacional-da-mulher-a-memoria-e-a-luta-de-maninha-xukuru-kariri-guerreira-intelectual-e-feminista/>. Acessado no dia 18/10/2018.

dos Índios. Parte do povo narra que a negligência médica com a “parente” foi a forma de assassiná-la e tentar calar os indígenas. Vários povos indígenas no Nordeste e os Xukuru-Kariri organizaram protestos denunciando a omissão de socorro a Maninha (CIMI, 2006)⁴⁸.

Além de “Maninha”, o povo Xukuru-Kariri tem outras referências que mencionam como Eliete Alves, popularmente conhecida como “Korã Xukuru-Kariri”. Com formação na área da saúde, é Técnica de Enfermagem e compõe a equipe de profissionais do Posto de Saúde na Aldeia e atuando há mais 20 anos como profissional. Em entrevistas durante nossas estadas na aldeia, Korã afirmou que trabalha como técnica, mas não entende que o atendimento via SUS⁴⁹ seja suficiente para tratar dos povos indígenas e suas especificidades. Participante do Movimento Popular de Saúde/MOPS, afirmou que “trabalha a prevenção da saúde e inclui discussões como política, emponderamento e a partir disto, aquela comunidade pode começar a solucionar problemas tantos coletivos, quanto individuais”. Diferente das práticas desenvolvidas pela SESAI⁵⁰ a equipe cuida da doença, e não cuida da pessoa, “sendo que o nosso objetivo não é este, é justamente não deixar adoecer, através de práticas preventivas”. A Técnica de Enfermagem Korã ainda alertou para um quadro que necessita de atenção dos setores de saúde indígena:

Hoje em dia a gente teve um aumento de hipertensão de 60%, os mais velhos estão por aí, hipertensos, diabéticos, tudo com doenças degenerativas e esquecimentos, não tem mais serventia, então eles mesmos se perguntam, o que eu sirvo em uma comunidade? Eu não tenho mais serventia, então o seu próprio corpo começa a produzir doença, começa a morrer devagarinho, e o meu povo não se atenta para isso e isso me incomoda e me preocupa⁵¹.

Outra indígena é a Salete Santana⁵² também habitante na Aldeia desde a primeira retomada e com grande importância para o povo, pois uma boa parte dos nascidos na aldeia, foi ela quem fez o parto. Relatando de forma muito orgulhosa de ter assumido esta missão, atualmente encerrada por problemas de saúde, também pela ordem natural da vida no que se refere a não ter mais tanta resistência física para continuidade na atuação como parteira.

Na área da Educação destacam-se indígenas como Tânia, filha de Salete e irmã de Korã. Atualmente Diretora da Escola Estadual Mata da Cafurna, formada em Pedagogia, no curso regular. E Suyane e Hildérica, ambas professoras da escola na Aldeia, formadas no

⁴⁸ Matéria completa no site: <https://cimi.org.br/2006/10/25336/>

⁴⁹ Sistema Único de Saúde.

⁵⁰ Secretaria Especial de Saúde Indígena.

⁵¹ Entrevista realizada na Aldeia Mata da Cafurna, em 21/12/2017, Palmeira dos Índios.

⁵² Em entrevista realizada em 20/12/2017 na Aldeia Mata da Cafurna, Palmeira dos Índios.

curso de Letras Português pelo CLIND⁵³ em um curso específico para povos indígenas na Universidade Estadual de Alagoas/UNEAL .

Existem mais mulheres atuando como lideranças na Aldeia Mata da Cafurna, mas buscamos evidenciar a resistência, mesmo diante de uma conjuntura que favorece no desaceleramento e insucesso dos indígenas em diversos aspectos da história indígena. No entanto, diante das várias tentativas de exclusão, os Xukuru-Kariri vêm transformando a situação em possibilidades de reverter o cenário e continuar afirmando-se enquanto povo indígena, participantes e sujeitos ativos em um processo histórico com diversas expressões socioculturais e identidade.

⁵³ Curso de Licenciatura Intercultural Indígena.

CAPÍTULO II

HABITANDO NA MATA DA CAFURNA: AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA E SOCIOAMBIENTAL NO SEMIÁRIDO ALAGOANO

2.1 A formação socioespacial do Semiárido alagoano

O desmatamento em Alagoas tem alcançado níveis bem preocupantes, pois acarreta diretamente ameaças da biodiversidade existente em todo o estado. Sabemos que a ameaça iminente resulta de vários séculos de exploração dos recursos naturais em todo o país, não sendo diferente em Alagoas, onde se formou uma paisagem fitogeográfica⁵⁴ comprometida, iniciada com o “descobrimento” do Brasil, depois com a colonização do Nordeste brasileiro e consequentemente formação socioespacial alagoana.

A colonização do território atualmente compreendendo Alagoas ocorreu de forma muito lenta, por volta da segunda metade do século XVI com três principais fatores: a criação do Quilombo dos Palmares, o início da conquista do Sertão e a implementação de uma sociedade tutelar formada pelas *plantations* açucareiras (LINDOSO, 2011, p. 19). As áreas para a produção açucareira eram localizadas estrategicamente em regiões onde o fluxo hídrico como rios e lagoas possibilitaria sucesso e lucro, além de uma base de trabalhadores que em sua maioria eram indígenas e negros escravizados (DIEGUES JÚNIOR, 2012, p. 49).

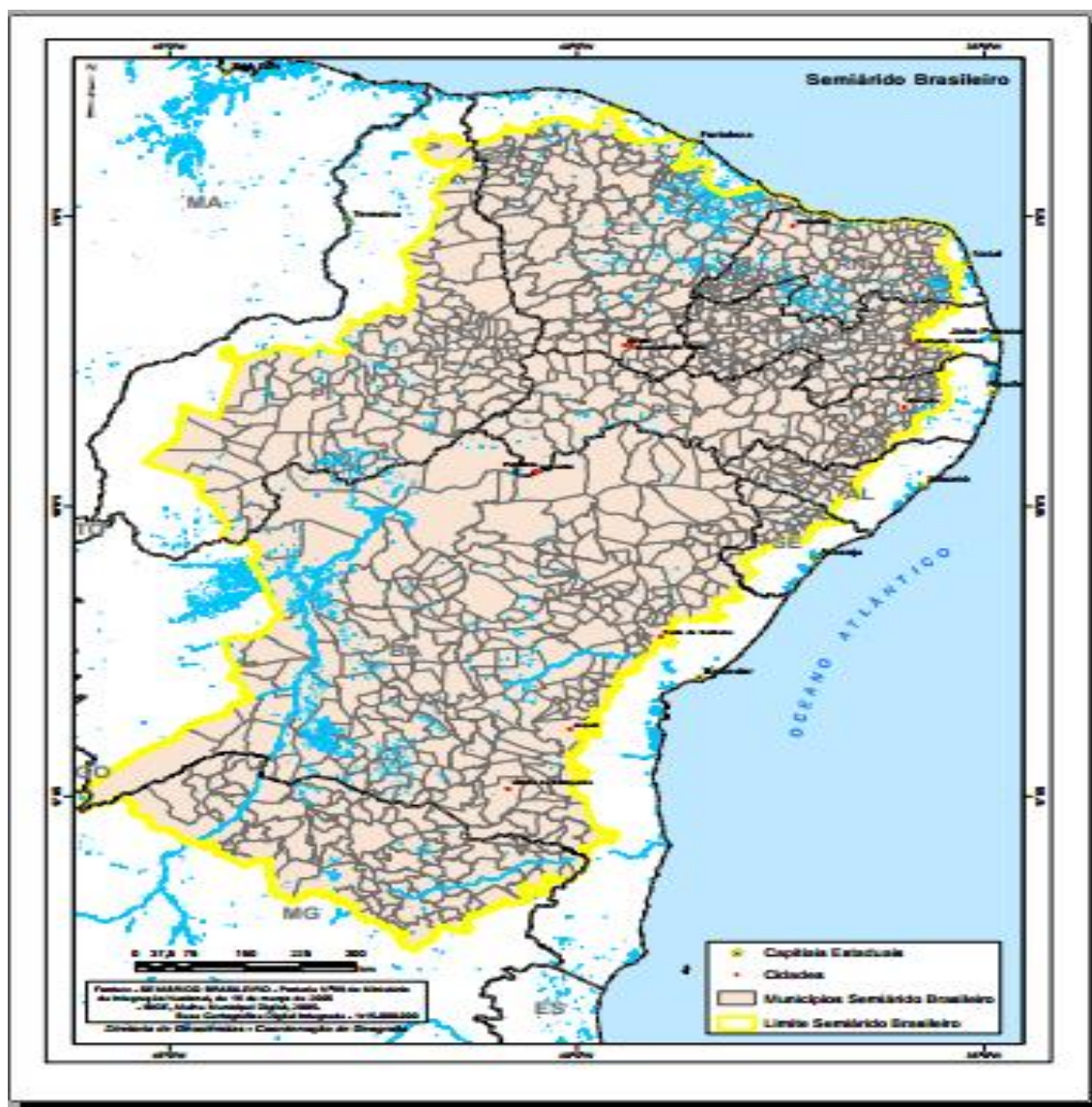
A formação socioespacial do Semiárido alagoano foi acontecendo também em razão dos colonizadores realizarem atividades agropecuárias, e para tanto eram necessárias grandes extensões de terras, também contando com uma segurança hídrica. No entanto, algumas destas terras eram habitadas pelos indígenas que foram adentrando as regiões ainda não desbravadas, fugindo do trabalho forçado e da imposição do colonizador: “Sabe-se que os índios ocupavam a parte mais fértil das savanas sertanejas: os vales transversos, que aparavam a umidade e refrescavam a terra com os chuviros finos – a garoa sertaneja – de inverno” (LINDOSO, 2011, p. 21).

O espaço inicialmente localizado como rota para afastar-se da imposição colonial aos poucos foi se tornando o espaço habitado e com esta fixação desencadearam-se também os conflitos territoriais centralizados, principalmente nos espaços ocupados por estes grupos marginalizados e excluídos socialmente, no caso de Alagoas, com mais ênfase os indígenas e

⁵⁴ É um ramo da Biogeografia que estuda o ser humano e as modificações nas *paisagens* naturais dos biomas no Planeta desde tempos imemoriais.

acima possuem interesses diferentes; de um lado um órgão do Governo Federal sujeito a uma esfera de poder buscando justificar avanços sociais através de dados numéricos, enquanto o segundo é uma articulação da sociedade civil organizada mobilizando-se por direitos políticos.

Mapa 2: Semiárido brasileiro



Fonte: IBGE, 2016

A maior parte do Semiárido brasileiro situa-se no Nordeste do país, em oito estados, além da região Norte de Minas Gerais, como é possível visualizar no mapa acima, em destaque na cor rosa. São caracterizadas como semiáridas em razão da baixa quantidade de chuvas anuais e a incidência de longas estiagens ou secas periódicas. O Semiárido foi por muito tempo cristalizado como espaço territorial condenado ao “sofrimento” dos habitantes e ao atraso econômico, concepção superada recentemente a partir de mobilizações sociais que

reivindicavam políticas públicas do Estado brasileiro para estas regiões, promovendo mudanças socioeconômicas para os habitantes e lugar a um “Sertão verde” como espaço de vida farta e dignidade.

O estado de Alagoas apresenta uma quantidade considerável de municípios que compõem a região semiárida, mas que também são nomeadas popularmente de Agreste. O estado possui apenas duas sub-regiões, “a canavieira e a do Agreste, em outras palavras, estamos considerando agrestinas todas as terras alagoanas não compreendidas na faixa úmida oriental” (MELO, 1980, p. 257).

O Município de Palmeira dos Índios, mesmo localizado na região tradicionalmente chamada de Agreste alagoano, recebeu o título de “Princesa do Sertão” por ser um município que surgiu em torno de um brejo de altitude com acesso também aos municípios da região do Sertão alagoano, e atualmente também por ser um dos municípios incluídos como região semiárida. O município apresenta situações climáticas subúmidas em uma microrregião correspondente a condições climáticas semiáridas moderadas, possuindo assim, tanto características agrestinas, quanto do Sertão alagoano (MELO, 1980, p. 264).

Fotografia 7: Vista panorâmica da cidade de Palmeira dos Índios/AL (2011)



Fonte: Acervo do NEPEF/UNEAL, 2017

Os brejos de altitude são áreas de florestas úmidas existentes em meio a uma vegetação composta de “Mata Serrana” onde são encontradas diversas espécies da Mata

Atlântica, Caatinga e espécies endêmicas com a presença de fauna e flora diversas em altitudes variando entre 300 e 1.000m localizados no Planalto da Borborema com características específicas e distintas se comparadas com os demais biomas. “Os brejos tornaram-se fundamentais para a produção de alimentos no Semiárido nordestino, dando origem à comercialização nas feiras locais ou nos agrestes (VASCONCELOS JUNIOR, 2017, p. 64).

Em Palmeira dos Índios, boa parte dos gêneros alimentícios produzidos e comercializados nas feiras livres do município vem de agricultores e indígenas habitantes nas regiões serranas, pois mesmo localizados em regiões semiáridas, onde a quantidade de chuvas é baixa, o fato de serem também regiões úmidas possibilitam estas produções agrícolas por quase todo o ano. As produções mais frequentes, são de frutas como banana, jaca, manga, abacate, além de raízes como macaxeira, batata-doce e hortaliças como alface, couve e coentro, em uma escala pequena, mas a partir de iniciativas agroecológicas.

Mapa 3: Mapa de Alagoas, com destaque para o município de Palmeira dos Índios



Fonte: Secretaria do Estado e Planejamento de Alagoas, 2018

Historicamente, Palmeira dos Índios construiu-se a base de minifúndios e latifúndios, definindo-se como área do sistema Gado-Policultura de uso da terra, secundariamente a produção agrícola e depois a pastoril (MELO, 1980, p.257). Por conta desta condição algumas

pessoas destinavam-se a trabalhos sazonais nos canaviais, entre estas os indígenas que também precisavam de renda, mas o município habitado não oferecia tais condições. “Tanto os Xukuru-Kariri quanto os Kariri-Xokó, trabalharam muito naquelas usinas Seresta⁵⁶ e Cachoeirinha⁵⁷, trabalhavam nas safras e depois voltavam pra casa⁵⁸”, narrou o indígena Lenoir. Afirmou também que por conta do trabalho exaustivo, os indígenas migrantes que trabalhavam fora, dedicavam-se menos aos seus plantios quando retornavam às aldeias.

Ainda é frequente o relato de indígenas que trabalham na construção civil, restaurantes, supermercados, salões de beleza, como moto taxistas, feirantes, também fora do estado, em épocas de temporadas nas produções de panetones, chocolates entre outras funções, tanto região Sul quanto no Sudeste do país. Os indígenas argumentam que não gostam de deixar o território, mas por terem famílias, precisam garantir o sustento. Outra parte dos indígenas são funcionários na Escola, no Posto de Saúde, ou pela SESAI⁵⁹, a maioria dos indígenas produzem sua arte, o que gera renda, contribuindo como um complemento financeiro.

Os indígenas Xukuru-Kariri, habitantes na Mata da Cafurna, se distanciam da zona urbana em cerca de 6km e o acesso de carro ou motocicleta até a aldeia nem sempre é possível, depende das condições climáticas e da situação das estradas, pois de acordo com a época do ano, em último caso, o percurso acontece a pé. A Mata da Cafurna é composta territorialmente por 620,6 ha, é habitada por cerca de 150 famílias, uma média de 812 indígenas⁶⁰, configurando-se como um grande contingente de pessoas assumindo a identidade indígena em Palmeira dos Índios-AL, considerada a 4ª cidade com maior concentração de população indígena em Alagoas⁶¹. Além disso, índios vivem nas periferias da cidade, pois as aldeias não comportam, tendo em vista a limitada extensão territorial habitada por índios na atualidade.

⁵⁶ Localizada na cidade de Teotônio Vilela/AL, foi inaugurada em 1973 em sociedade entre as famílias Vilela e Barros, com outras grandes usinas no estado.

⁵⁷ Localizada em Pernambuco na cidade de Vitória do Santo Antão, pertencente ao grupo JB.

⁵⁸ Entrevista com Lenoir Tibiriça, realizada na Aldeia Mata da Cafurna em 27/05/2017, Palmeira dos Índios.

⁵⁹ Secretaria Especial de Saúde Indígena.

⁶⁰ IBGE, 2010/Informação também confirmada pela liderança da Aldeia Mata da Cafurna, em entrevista realizada em Palmeira dos Índios/AL em 27/05/2017.

⁶¹ IBGE, 2010.

Fotografia 8: Via de acesso a Aldeia Mata da Cafurna (2018)



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018

Neste território de 620,6 ha habitados pelas famílias indígenas, existe a Mata, território sagrado do povo Xukuru-Kariri. A Mata concentra uma parte considerável do território, mas não nos foi revelada a área específica, para os indígenas preservarem o espaço do Ouricuri, sabemos apenas que faz limites com outras aldeias, não se restringindo apenas à Aldeia pesquisada. O ponto mais alto na Aldeia é a Serra Pelada, para os indígenas é o ponto mais alto, a Serra supera a altitude de 350m ao nível do mar. Este território é tido como uma Natureza sagrada, morada dos Encantados⁶², também sagrado pelas práticas ritualísticas, unindo relações simbólicas e físicas em um só espaço, tonando-se nítido este sentimento de pertença dos indígenas com o Ambiente, expresso pela oralidade e as histórias vividas e narradas pelos indígenas.

Ainda sobre a Mata, além dessa relação mais íntima com o sagrado, existe também uma preocupação ambiental com este espaço, pois deste local os indígenas retiram parte da matéria prima para produzirem artesanatos, constroem casas, produzem remédios fitoterápicos, para obter parte dos alimentos, principalmente frutas. Esta prática de extrair e ao mesmo tempo preservar a terra e os recursos naturais aproxima-se do que pesquisadores da

⁶² São forças ancestrais que fazem parte da cosmologia dos povos indígenas, os mesmos estavam vivos, transformaram-se e tornando-se parte da Natureza. É compreendido como um intermediador entre o mundo material e espiritual dos indígenas.

Biologia nomeiam de Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS, que é a exploração de recursos naturais adaptados a uma condição ecológica local, desempenhando principalmente a proteção da Natureza e a manutenção da diversidade biológica em sistemas sustentáveis. As terras indígenas não representam apenas uma fonte de recursos naturais, mas constitui também a base para sobrevivência sociocultural como comunidade (SILVA, 2011, p. 73).

Fotografia 9: Cotidiano na Aldeia Mata da Cafurna



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018

Na Aldeia Mata da Cafurna existem nascentes que compõem a bacia hidrográfica do Rio Coruripe, também fauna e flora consideráveis, além de uma riqueza hídrica que atende apenas a necessidade dos indígenas. Atualmente é o único espaço de biodiversidade e preservação ambiental no município, o que de certa forma explica parte das disputas por um território tão fértil e ambientalmente rico em diversidades.

Todos os recursos naturais existentes na Aldeia contribuem de forma muito positiva para o cotidiano dos habitantes. A flora, por exemplo, além de fornecer ervas para tratar problemas de saúde, contribui como marcador sociocultural do povo Xukuru-Kariri na prática centenária de lidar com ervas medicinais e também na preocupação em repassar tais práticas para as próximas gerações. Ao mesmo tempo, a fauna existente na aldeia possibilita encontrar espécies de animais como guará, tamanduá, veado, uma diversidade de aves como garça,

paturi, galinha d'água, e pássaros como vivinho, guriatã entre outros, traduzindo como um ambiente em equilíbrio, com indicativo de qualidade do espaço natural e de convivência possível entre Natureza e sociedade.

2.2 Biomas e a vegetação local

O bioma Mata Atlântica abrange a costa litorânea e se estende a estados do Sul, Sudeste e Nordeste, entre eles Alagoas, totalizando 17 estados no país. Tem como principais características um diversificado conjunto de ecossistemas florestais com estrutura e composições florísticas bastante diferenciadas, acompanhando as características climáticas da região onde ocorre (SILVA, 2011).

A Mata Atlântica é tão importante para a biodiversidade existente no Brasil que na Constituição Federal em vigor, no Art. 225, este bioma é considerado Patrimônio Nacional, junto com a Floresta Amazônica brasileira, a Serra do Mar, o Pantanal Mato Grossense e a Zona Costeira (BRASIL, 1988).

Assim, como os demais ecossistemas, na Mata Atlântica tem ocorrido destruições recorrentes, trazendo quatro ações como principais, primeiro pela exploração do Pau-Brasil⁶³, depois pela produção de cana de açúcar, também pela produção de café e por último na substituição do bioma por grandes centros urbanos (REIS; CANCELLO, 2007). Tudo isto desordenadamente reduziu em menos da metade seu ecossistema original e, em Alagoas, estudos mais específicos sobre biomas dificultam o andamento de pesquisas, como afirmam os pesquisadores:

Em Alagoas, não se sabe ao certo qual a área total da Mata Atlântica, pois as primeiras avaliações sobre a cobertura vegetal deste bioma ocorreu no início do século XX. Desde então, estima-se que Alagoas teria uma área de 14.529 km², correspondendo a 52% de seu território, banhando aproximadamente 61 municípios. Originalmente a vegetação expandia-se por toda a costa litorânea do Estado, chegando a cobrir os municípios do Agreste como Igaci e Palmeira-dos-Índios (MOURA, 2006 apud SANTOS, 2014, p. 18).

A Mata Atlântica em Alagoas não é especificamente igual aos outros estados, uma vez que se caracteriza por estar sobre morros e encostas. A existência deste bioma possibilita a condição de também existirem os brejos de altitude, florestas serranas ou brejos interioranos com formações de Mata Atlântica circundadas pela Caatinga. Entretanto, apresentam

⁶³ Sendo substituída pelo café e pela cana de açúcar, uma vez que o monopólio do pau-brasil era da Coroa Portuguesa (ASSIS, 2000, p. 18).

características climáticas edáficas⁶⁴, topográficas, florísticas e vegetacionais diferenciadas deste bioma (TAVARES et al., 2000). Isto significa que 1/4 da Mata Atlântica nordestina é representada por florestas serranas (PÔRTO; CABRAL; TABARELLI, 2004).

A Caatinga é o único bioma exclusivamente brasileiro com uma biodiversidade de espécies endêmicas⁶⁵, considerado como patrimônio biológico de imensurável valor, nos mesmos estados contemplados como Semiárido brasileiro. Parte da população habitando neste bioma faz uso dos recursos naturais disponíveis por este ecossistema para se manter ou custear parte da renda, sendo possível o uso sustentável, mesmo com a exploração. Por outro lado, é um dos biomas mais modificados pela atividade humana, com mais de 45% da sua área alterada, sendo ultrapassada apenas pela Mata Atlântica e o Cerrado (DRUMOND apud CAPOBIANCO, 2013, p. 02):

[...] historicamente a Caatinga foi derrubada para dar lugar aos plantios de milho, feijão, mandioca, batata, macaxeira, inhame e fruteiras diversas, todos em pequenos roçados. [...] Hoje em grande parte desse fitoambiente, pratica-se a pecuária, agora sob a responsabilidade de eminentes proprietários de terra que desenvolveram uma produção tipicamente comercial. O que contribuiu para o desmatamento acentuado, destaca-se também o cultivo do fumo, com grande repercussão econômica, e certamente espacial (ASSIS, 2000, p. 06,07).

O território em discussão, a Aldeia Mata da Cafurna, está inserido em uma região de Brejo de Altitude/Floresta Serrana, constituindo zonas de exceção, florestas úmidas, mesmo no Semiárido, situados em perímetros das secas no Nordeste brasileiro, além de seu bioma, caracterizado por diversas fisionomias da região semiárida no Nordeste englobando fauna, flora e geomorfologia (DRUMOND, 2013, p. 01).

⁶⁴ Pertencente ao solo.

⁶⁵ Restrito a determinada região, neste caso específico, é nativo do Bioma Caatinga.

Fotografia 10: Biomas na Aldeia Mata da Cafurna



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018

Os estudos sobre a classificação dos Brejos de Altitude⁶⁶ em Alagoas são escassos e em Palmeira dos Índios também. As poucas informações não são precisas, estão desatualizadas, diferente de outros estados como, por exemplo, Pernambuco e Paraíba. Os brejos se diferenciam uns dos outros, mantendo sempre características semelhantes como umidade e altitude, mas podendo existir variações de uma região para outra. Por isso são importantes pesquisas direcionadas a compreender melhor como se dão os biomas e suas especificidades, possibilitando, assim, ações mais pontuais para os povos destas regiões, pois, são nos brejos que nascem a maioria dos rios, e isto por si só justifica a importância de estudos mais aprofundados (SANTOS, 2014, p. 21).

O conjunto de terras subúmidas, os brejos de altitude, em meio a um ambiente de clima predominante seco possui condições favoráveis às atividades agrícolas em Palmeira dos Índios. Os indígenas fazem um uso diferente dos recursos naturais, a produção agrícola com caráter principal de subsistência, mas secundariamente de comercialização por meio da produção excedente. Ao mesmo tempo em que garante segurança alimentar para as famílias, possibilita uma renda extra para custear o que o meio não oferece.

⁶⁶ Também chamados de florestas serranas, florestas úmidas e/ou matas serranas.

Na aldeia a produção agrícola se diferencia em relação ao que tradicionalmente é cultivado no município e região. Milho e feijão, por exemplo, não são cultivados porque não resistem ao frio das cercanias da Mata, em contrapartida existe uma produção de bananas em larga escala para o consumo interno e para o abastecimento do comércio local, o que também acontece com a produção de legumes, hortaliças, verduras, batata doce e mandioca. Existe também o artesanato confeccionado pelos indígenas a partir da matéria prima da Mata. Além das terras férteis, a água cristalina e o clima serrano fazem com que a vida na aldeia seja uma atividade pacata e saudável, bem distante do que se observa nas cidades.

2.3 História indígena e História Ambiental

Após constituir-se como disciplina a Antropologia demonstrou o interesse em estudar as origens das sociedades. Paralelo a este interesse, pesquisas na área de História também contribuiu e ser parte das discussões acadêmicas, pois antes, ambas realizavam estudos isoladamente, os campos de pesquisa eram distintos. A Antropologia desenvolveu a Etnografia⁶⁷ e a Etnologia⁶⁸ e estudava temas relacionados ao cotidiano de grupos sociais. Enquanto os historiadores continuavam reforçando o discurso assimilacionista e quando direcionavam os índios a um tempo histórico, este tempo era sempre o passado (ALMEIDA, 2010, p.14). Estes estudos caminhavam por perspectivas de que tais sociedades tinham culturas fixas e estavam em processo de extinção étnica, desconsiderando os processos históricos e fortalecendo assim o discurso do colonizador.

Os discursos de negação a existência dos povos indígenas em todo o território brasileiro ainda ocorre, principalmente no Nordeste, onde até 1970 os índios eram considerados “índios misturados”. Tal termo objetivava desqualificá-los se comparados aos “índios puros” habitantes da Amazônia, situação que retardou o reconhecimento étnico e conseqüentemente o acesso à demarcação dos territórios reivindicados. Estas circunstâncias tiveram menor impacto a partir da Constituição de 1988, a primeira no Brasil a garantir aos índios o direito a diferença.

Em fins do século XX, novas interpretações tornaram-se possíveis, pois tanto antropólogos quanto historiadores começaram a dialogar e a trocar experiências a respeito dos temas e ferramentas de trabalho – as teorias, os conceitos e os métodos com os quais analisavam seus objetos de estudos (ALMEIDA, 2010, p.11). Dessa forma, revisonaram as

⁶⁷ Os passos iniciais para realizar a pesquisa de estudos sobre os grupos sociais.

⁶⁸ Um ramo da Antropologia com um nível de mais profundidade e considerações mais fundamentadas no que se referissem a estas relações socioculturais.

produções historiográficas existentes, e perceberam que ao invés de terem se extinguido, aqueles povos indígenas haviam se multiplicado, desmontando todo um discurso. Era o momento de repensar conceitos e estruturas de análises, oferecendo aos indígenas um lugar na História do Brasil.

Assim, os antropólogos passaram a focar os estudos em pesquisas sobre os processos de mudança social, considerando as dinâmicas e flexibilidades destes povos, enquanto que os historiadores focaram estudos que analisavam os comportamentos, crenças e cotidianos destes grupos, antes considerados irrelevantes. Isso possibilitou, de certo modo, nossa compreensão sobre interdisciplinaridade, em que áreas distintas encontram pontos em comum para a realização de pesquisas conjuntamente.

Em âmbito internacional a ideia de interdisciplinaridade foi se tornando mais possível, o que certamente contribuiu para a aproximação intensa entre História e Antropologia. Estes estudos contribuíram também para pensar os indígenas, pois evidenciaram e acompanharam as transformações históricas, de invisibilizados a agentes históricos, de grupos exóticos tratados com indiferença e preconceito a povos reconhecidos enquanto possuidores de direitos.

À medida que o índio foi sendo estudado, notadamente pela Antropologia, ampliaram-se o campo de estudos e a ideia de história local e memória. No Nordeste, pesquisadores como Clóvis Antunes, contribuiu nas pesquisas sobre povos indígenas, especificamente os Xukuru-Kariri, quando em 1965 realizou pesquisa de campo em terras indígenas para compreender e descrever os modos de vida e os direitos às terras tradicionais, ampliou o foco para as questões comportamentais, sociais, políticas, econômicas e religiosas dos indígenas, possibilitando que outros pesquisadores posteriormente, viessem ampliar a discussão e reflexões sobre a temática indígena.

Tão importante quanto estudar a história indígena, uma história dos índios, é pensar sobre estes povos na história, como sujeitos sociopolíticos ativos nos processos históricos na história da humanidade (SILVA, 2016, p. 13). E assim superar estereótipos, reconhecendo que mesmo em meio a tantas tentativas de opressão e silenciamento as populações indígenas resistiram e atualmente vivem um novo momento histórico, o de mobilizações permanentes por direitos, dentre principalmente o territorial e o direito de expressarem-se socioculturalmente.

O historiador E. P. Thompson contribuiu de forma fundamental quando ressaltou ser importante considerar a historicidade da cultura. Segundo o teórico, a cultura é um produto histórico, dinâmico e flexível que deve ser apreendido como um processo no qual homens e

mulheres vivem suas experiências (ALMEIDA, 2010, p. 21). Também ressaltou que “mais importante que achar que a cultura produz humanos, seria mais rico compreender que os humanos, a partir de suas produções de significados, produzem culturas” (MAIA, 2016, p. 12). Dessa forma, os grupos sociais, sejam indígenas, negros, ou qualquer outro, vivenciam no cotidiano expressões socioculturais que se transformam com o tempo, sem agregar a esta variabilidade uma perda sociocultural ou risco de extinção.

Portanto, cultura deve ser pensada enquanto manifestações de grupos que socializam resultados em comum, de forma simbólica. A cultura, sendo dinâmica, logo pode transformar-se com o passar dos anos, sendo constituída também pelo e no Ambiente onde se vive. Partindo dessa ideia do autor, e imaginando os Xukuru-Kariri e sua trajetória, mesmo diante das muitas perseguições, dispersando-se como indivíduos e até vivendo em outras regiões do Brasil, ainda assim afirmam as expressões socioculturais reelaborando a identidade étnica.

Semelhante ao que ocorreu com a História e a Antropologia, aconteceu com outras áreas de conhecimento, como exemplo a História Ambiental, pois durante muito tempo perpetuou-se a ideia de que Cultura e Natureza trilhavam caminhos opostos e que, portanto, não havia a necessidade de estudá-las com uma abordagem multidisciplinar. Estudiosos como W. Catton⁶⁹ buscaram em diversos momentos desconstruir essa ideia de distinção das áreas estudadas e por mais de um século evitou-se propor que a Cultura fosse de alguma forma condicionada por fatores sociais.

As Ciências Sociais e a História Social são estudos que remetem aos processos históricos, símbolos socioculturais e as transformações ou não no decorrer do tempo, entre várias outras questões comuns interligadas. Como enfatizou Drummond, “o tempo no qual se movem as sociedades humanas é uma construção cultural consciente. Cada sociedade cria ou adota formas de contagem e divisão do tempo em torno das quais se organizam as diversas atividades sociais” (DRUMMOND, 1991, p.11).

Inicialmente, a História era compreendida a partir da história política, em um espaço majoritariamente masculino e com sentimentos nacionalistas. Com o tempo, esse conceito de “política do passado” começou a perder espaço e os historiadores começaram a desconsiderar o que até então era tido como certeza, dando lugar à valorização das vidas e às pessoas comuns, buscando reconceituar a história de “baixo para cima”. E em meio a este novo momento histórico, a História Ambiental ganhou espaço, foi “parte de um esforço revisionista

⁶⁹Sociólogo norte-americano que no século XIX combateu a separação entre História Social e História Natural.

para tornar a disciplina história, muito mais inclusiva nas suas narrativas do que tem tradicionalmente sido (WORSTER, 1991, p. 02).

De certo modo, o tempo foi necessário até que estudos mais aprofundados aos poucos reafirmassem a importância da interdisciplinaridade. Tomou-se como marco inicial deste desafio todo o século XX, nos EUA, Inglaterra e França, a princípio liderado por sociólogos, biólogos e economistas e mais tarde por antropólogos e historiadores norte-americanos, com os quais parece ter adquirido mais avanços. Estes últimos, reunidos em 1977 em torno da fundação da Sociedade Americana de História Ambiental e da Revista *Environmental History*, especializada no tema, além dos congressos anuais organizados (HORTA, 2005, p. 32), discutiam a História Ambiental, agora, reconhecida pelos estudos acadêmicos.

A História Ambiental surgiu nos anos 1970, a medida que ocorriam também crises globais e movimentos ambientalistas que tomaram espaço entre os cidadãos de vários países. É uma área de estudos relativamente recente, que nos últimos 30 anos propõe estudar aspectos históricos interligados a uma perspectiva ambiental, e a partir daí, desenvolver uma nova modalidade de abordagem, por meio destas áreas de conhecimentos que até certo tempo eram pensadas como campos distintos, sem relação alguma, não sendo apenas a História, a disciplina envolvida, mas também o Direito, Filosofia, Economia, Sociologia, Geografia, Biologia, entre outras. A partir dessa junção, foi possível unir aspectos das várias áreas de conhecimento, gerando assim a História Ambiental, com o objetivo fundamental compreender as mudanças históricas nas relações humanas com o Ambiente; entendendo o ser humano como parte da Natureza e não algo que contraste com ela, a partir desta estreita relação entre Ser Humano/Natureza (MAIA, 2016. p. 07).

Estudos específicos da História Ambiental são mais frequentes na atualidade, quando pesquisadores de diversas áreas do conhecimento evidenciam a importância da interdisciplinaridade como uma reformulação de conceitos, uma vez que no século XIX existiu um grande conflito entre o tempo geológico e o social, resultando em inúmeros debates científicos, superados apenas em meados do século XX. A mesma discussão também reconheceu que a História Ambiental é uma síntese de várias contribuições em uma mesma perspectiva:

[...] todos esses estudiosos consideram uma das inovações principais de suas práticas a grande disposição em dialogar com cientistas políticos e filósofos, mas também e especialmente geógrafos, geólogos, estudiosos do clima, biólogos, químicos, agrônomos e muitos outros. A interdisciplinaridade – ou seja, o encontro de várias áreas do conhecimento – é uma das maiores tônicas da autodenominação da história ambiental (HORTA, 2005, p. 33).

É necessário pensar a História Ambiental como possibilidades além das fronteiras da disciplina de História, dos limites da ciência tradicional, como um encontro de várias áreas do conhecimento, isto é, “a História Ambiental se apresenta como uma prática de conhecimento eminentemente interdisciplinar e os campos de interesse são amplos e irrestritos” (HORTA, 2005, p. 94).

Pesquisadores desta temática afirmam ser imprescindível “colocar a sociedade na Natureza” termo este usado por Donald Worster⁷⁰ um dos pioneiros e principais responsáveis em incorporar aspectos sociais e ambientais em uma mesma discussão, pois mesmo não sendo uma tarefa fácil, tratava-se de algo necessário. De forma breve, o citado pesquisador definiu a História Ambiental: “seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos afetados pelo seu ambiente natural e inversamente, como eles afetaram esse ambiente” (WORSTER, 1991, p.199). Outros pesquisadores chamaram a atenção para os possíveis desafios teóricos em se construir uma História Ambiental sólida, sem negar que foram muitas as possibilidades nas últimas décadas, como afirmou o historiador Paulo Henrique Martinez:

[...] é preciso sublinhar que o meio ambiente, enquanto objeto de estudos, não é uma novidade na historiografia e nas Ciências Sociais. Inúmeros aspectos da interface entre a vida social e o mundo natural foram examinados pelos analistas e intérpretes do passado humano. As características do meio físico, como o clima, rios, oceanos, florestas, montanhas ou planícies, comparecem com alguma frequência em apreciações sobre a história das civilizações e das nações do mundo. (MARTINEZ, 2011, p.36)

O que se transformou foi a ideia de analisar como ocorrem as interações entre Cultura e Natureza e o que juntas podem gerar, unindo discussões da História com várias outras disciplinas, possibilitando diálogos entre si e focando principalmente nas transformações das ações humanas no tempo e no espaço. Segundo Worster (1990), a História Ambiental trata do papel e do lugar da Natureza na vida humana, interpretando os fatos históricos a partir da realidade apresentada pela paisagem natural, interligando aspectos naturais com aspectos socioculturais, econômicos e políticos dos territórios, e a partir disto, realizando estudos sobre o funcionamento e organização da Natureza, e como ocorrem as relações de etnicidade e

⁷⁰ Historiador americano, responsável por divulgar a História Ambiental no EUA, Inglaterra e França e por influenciar o gênero historiográfico que se expandiu no Brasil na década de 1980. Defendendo que a História Ambiental surgiu de um objetivo moral e envolta de uma rede de compromissos políticos, tornando-se mais autônoma e acadêmica com a sofisticação de interesses e de objetos. (WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, 1991, p. 198-215).

territorialidade nestes ecossistemas com os diversos grupos sociais, neste estudo mais específico, com os povos indígenas.

No universo da discussão ambiental, também sobre o novo momento vivido pela História e a Antropologia, os povos indígenas são pensados a partir da abordagem de que agregam consigo aspectos históricos, socioculturais, ambientais, identitários, dentre outros, unindo a História Ambiental e história indígena contemplando esta proposta interdisciplinar.

Mesmo antes de existir a História Ambiental, historiadores renomados já realizavam discussões de temas associado à Natureza, entre estes March Bloch⁷¹ e Lucien Febvre⁷², que fundaram a Revista dos *Annales* em 1929, na França, e pouco depois Fernando Braudel⁷³, que também comandou a mesma revista em sua 2ª geração, tendo no Ambiente a possibilidade de estudos históricos, como, por exemplo, o conceito de longa duração⁷⁴ (*longe durée*).

No Brasil, intelectuais como Euclides da Cunha, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Josué de Castro foram de certa forma as referências iniciais, pois abordaram discussões sobre Natureza, embora não tenham se declarado como historiadores ambientais, como no caso de Sérgio Buarque de Holanda quando observou que “as relações com a natureza no Brasil, estiveram marcadas por uma conduta de geração de “riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho”, caracterizada pela ausência de “vontade criadora” do colonizador” (MARTINEZ, 2005, p. 30).

Em seguida, estudiosos mais contemporâneos, como José Augusto de Pádua, Regina Horta, Paulo Henrique Martinez, José Augusto Drummond, estudaram o Brasil de forma abrangente, provocando e ampliando as discussões e reconhecendo as variáveis ambientais em questões ligadas a clima, vegetação, fauna, flora, ecossistema, economia, recursos naturais entre outros aspectos. Há também pesquisadores que se dedicam a uma História Ambiental e indígena a partir da região Nordeste como por exemplo, Edson Silva e Edivânia Granja, que tratam da importância que a Natureza tem nas relações sociopolíticas de grupos humanos, compondo a partir de então sua identidade cultural.

⁷¹ Historiador francês, fundador da *Revista dos Annales*, considerado um dos mais competentes medievalistas e um dos principais historiadores do século XX.

⁷² Historiador e geógrafo francês, que com Marc Bloch fundou a *Revista dos Anales*, o mesmo dirigiu críticas intensas ao modo de se escrever a história, principalmente aquela que priorizava a história política.

⁷³ Historiador francês que durante os anos de 1935 a 1937 e depois em 1947, foi Professor na Universidade de São Paulo- USP, sendo um momento chave para uma produção historiográfica brasileira marcada pela produção do conhecimento histórico, intelectual e científico. Também dirigiu a *Revista dos Annales*, onde sucedeu Lucien Febvre após sua morte. Na revista o historiador por meio de suas produções quis provar que a história pode fazer mais do que estudar jardins murados. Cracco, 2009.

⁷⁴ Conceito caracterizado pelo tempo histórico em suas dimensões de “temporalidade” e “duração”, uma história quase imóvel através das paisagens e das relações humanas com o meio. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93349>> Acesso em 09/08/2018.

A História Ambiental é a história das relações históricas entre sociedade e Natureza ao longo do tempo, é a forma como pensamos e nos relacionamos com a Natureza. Pensar em História Ambiental, significa que estamos considerando que história humana é parte de uma história maior, por meio de uma dinâmica não apenas humana, mas também do tempo, dos animais, do clima, das terras, entre outros elementos. O Ambiente é um agente ativo na história, em sucessivos processos de construção e reconstrução ao longo do tempo.

2.4 A biodiversidade na Mata da Cafurna

Aldeia Mata da Cafurna, território do povo Xukuru-Kariri foi retomada em 1979 por meio de muitas mobilizações, que não se encerraram com a primeira parte da Aldeia retomada. Foram necessários muitos anos para que se concluísse o processo de posse e homologação das terras de forma definitiva aos indígenas. Uma vez retomada, foi preciso reorganizar o povo, definir espaços coletivos e espaços individuais e preservar o Ambiente, já que existiam sinais de um solo enfraquecido que necessitava de cuidados por conta da produção monocultora de capim e a criação de gado.

Para os Xukuru-Kariri, retomar a terra indígena foi importante em vários sentidos. Primeiro porque se mobilizaram, resistiram e conseguiram; segundo porque foi possível cuidar do Ambiente, “segurar o que tinha” desde animais como paca, veado, serpentes, aves, pássaros, como também pensar no reflorestamento ou pelo menos ações que minimizassem os danos à Natureza. Desde então existem ações do IMA⁷⁵ na Aldeia com a soltura de animais recuperados para que seja possível a reintegração ao meio natural, além de fiscalizações contra a caça e o desmatamento. Como narrou o indígena Lenoir Tibiriçá⁷⁶:

Quando nós chegamos na terra, a terra só tinha mata, muita jaqueira, tinha café, tinha banana, e ainda hoje ela é uma área com muita água. A Mata da Cafurna foi uma questão de ser preservada como mata, a nossa cultura, nossos animais e até mesmo as plantas medicinais naturais, plantas que hoje não existem mais e plantas nativas que ainda existem né? Por que muitos já se foram que nem o juazeiro, a braúna, todos desapareceram, essas madeira a aroeira, tudo madeira de serventia de fazer casa e também ter o próprio remédio de inflamação e muitas outras coisa⁷⁷.

O entrevistado relatou sobre a situação da Aldeia quando retomada, descrevendo as relações dos indígenas com o Ambiente e como estas relações ocorrem atualmente. Para os indígenas, a Mata é o espaço mais importante na Aldeia, pois é por meio dela que o povo

⁷⁵ Instituto do Meio Ambiente de Alagoas.

⁷⁶ Liderança da Aldeia Mata da Cafurna. Entrevista realizada em 27/05/2017, Palmeira dos Índios.

⁷⁷ Entrevista com Lenoir Tibiriçá, realizada na Aldeia Mata da Cafurna no dia 27/05/2017, Palmeira dos Índios/AL.

alimenta o corpo e a alma, sendo principalmente a morada dos Encantados, uma espécie de conexão entre o mundo material, o Cosmos, com o universo espiritual.

Os fatores que condicionam a existência e distribuição da biodiversidade são o clima, o relevo, a maritimidade, a continentalidade, os solos, as mudanças climáticas, os adensamentos populacionais, artefatos e tecnologias humanas. Estes fatores são causas do surgimento da biodiversidade, também da extinção das espécies animais e vegetais pela ação permanente de agentes naturais e antrópicos (SEABRA, 2011, p. 20).

Embora o território ocupado seja limitado existe uma biodiversidade considerável, desde várias espécies de animais a uma flora resistente às ações da prática monocultora, principalmente a plantação de capim e a criação expansiva de gado, tanto para engorda quanto para o abate. Ainda há a segurança hídrica, a exemplo do açude, da lagoa e das nascentes espalhadas por toda a Aldeia. O clima úmido certamente tem contribuído para que o solo se recupere das agressividades provocadas ao território quando estava nas mãos dos posseiros.

A Mata da Cafurna requer cuidados e implantação de políticas públicas que assegurem a continuidade de seus habitantes indígenas com práticas socioambientais sustentáveis. Os órgãos como a FUNAI que deveriam prestar assistência praticamente não mantêm relações com os indígenas, que fazem o possível para cuidar do Ambiente, mesmo não tendo conhecimentos técnicos que possibilitem melhor conservação da biodiversidade na Aldeia.

Nas visitas a Aldeia, foi possível conhecer a Mata, lugar sagrado para os indígenas Xukuru-Kariri. Conhecer a diversidade de espécies, a flora identificando variedades de plantas relacionadas abaixo.

Quadro 2: Variedade de plantas nativas existentes na aldeia Mata da Cafurna

Ordem	Variedade de plantas nativas na aldeia	Seu uso pelos indígenas
01	Abacate	fruto para alimento.
02	Alfavaca	para tratar tosses e bronquites.
03	Alecrim	para aliviar o cansaço do corpo.
04	Amescla	como defumador.
05	Aroeira	para inflamações na garganta
06	Barbatimão	para cicatrizações.
07	Babosa	Renovar a pele, tratar o cabelo.
08	Banana	fruto para alimento.
09	Cabo de facão	arborizar o ambiente.
10	Cajueiro (vermelho e	fruto para alimento/

	amarelo)	inflamações na garganta e gengiva.
11	Camboatã	madeira para construção de casas.
12	Camará	diarréia.
13	Canzenzo	madeira para construção de casas, estacas, também para lenha.
14	Capim santo	calmante.
15	Cidreira	calmante.
16	Cipó (vários tipos: rego, titara)	produção de artesanatos.
17	Cupiúba	arborizar o ambiente/madeira de qualidade para fazer portas.
18	Eucalipto	descongestiona as vias respiratórias.
19	Embaúba	produção de artesanato.
20	Feijão brabo	coceira/ alergia.
21	Goiaba	fruto para alimento.
22	Hortelã da folha miúda	preparo de carnes e para rezas.
23	Imbira	produção de cordas/ infecções pulmonares
24	Ingazeira	tratamento de bronquite.
25	Ipê	infecções renais.
26	Jatobá	soltar o catarro.
27	Jaca	fruto para alimento/também para prevenir contra males na próstata.
28	Juá	para inflamações
29	Louro	utiliza-se junto com o fumo.
30	Manga	fruto para alimento.
31	Maracujá	para acalmar, diminuir a ansiedade.
32	Mastruz	afinar o sangue e tirar o catarro do peito
33	Murici	suco/vitamina para fortalecer, dar disposição.
34	Palmeira (tipos: catolé, ouricuri)	produção de artesanatos
35	Pau pombo	produção de artesanatos.
		fruto para alimento/também

36	Pitomba	utiliza-se a folha para o preparo de chás para amenizar a diarreia.
37	Quixabeira branca	Para tratar ferimentos e queimaduras.
38	Samba caitá	para tratar inflamações e infecções.
39	Sabacuí	produzir artesanato.
40	Sucupira	para controlar a diabetes.
41	Vassourinha de botão	hemorróidas e varizes.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Esta diversidade de plantas identificadas pelos indígenas, apresentada em um número certamente inferior a quantidade existente, evidencia a fertilidade nos solos da Aldeia Mata da Cafurna, mesmo a partir das condições das terras, resultado do uso inconsequente com adubos e fertilizantes, quando ainda estavam nas mãos dos posseiros, como relatou Lenoir:

Agora não, mas antes saía de caminhão de batata, de macaxeira, de banana, até de verduras mesmo. Essa terra, o Everaldo Garrote ele usou muito aquele veneno que ele jogava no mato e matava o mato, entendeu? E enfraqueceu, enfraqueceu a cultura que nós plantava, não dá mais. Principalmente as banana, aquelas banana maçã, a banana prata, que nós fazia remédio com ela, até os anos 90 a gente produzia tudo isso, mas a terra enfraqueceu, se plantava as banana, quando daqui uns 5, 6 mês, tava morta, as banana ia secando entendeu? E o vento ia derrubando e não teve como mais, sustentar, tanto a banana prata, como a banana maçã, você vê que hoje não tem mais essas variedade mais, você vai encontrar já uma outra variedade, a pacovã que parece prata, que o pessoal vende como prata, mas já é outra variedade⁷⁸.

Para o entrevistado, as produções agrícolas não são maiores porque os antigos posseiros criavam gado e plantavam capim e depois da retomada também não havia consenso entre os indígenas quanto ao tratamento com a Natureza. Situação que melhorou bastante, principalmente em referência ao desmatamento e à caça, atualmente proibidos e combatidos com veemência no território pelos próprios indígenas.

As plantas formam, de longe, a maior parte da biomassa existente no planeta. Em toda a história, a humanidade tem dependido crucialmente das plantas, para alimentos, remédios, material de construção, habitat de animais de caça e escudo contra o restante da Natureza. As plantas têm sido, quase invariavelmente, aliadas dos humanos para sobrevivência e prosperidade. Assim, quando os seres humanos e plantas se encontram, surgem mais temas de História Ambiental do que em qualquer outra circunstância. Sem o conhecimento ecológico da vegetação, a História Ambiental perde os alicerces, a coerência, o primeiro passo

⁷⁸ Entrevista com Lenoir Tibiriçá na Aldeia Mata da Cafurna em 21/03/2018, Palmeira dos Índios.

(MARTINEZ, 2011, p.08).Isto descreve muito sobre essa biodiversidade presente por toda Aldeia, também por todo o território Xukuru-Kariri, cujos habitantes, mesmo sabendo das condições de solo na atualidade, buscam mesmo sem técnicas específicas cuidar do território, das espécies, compreendendo que só assim será possível habitar um ambiente saudável e ecologicamente sustentável.

Também foi listado o nome de alguns animais da fauna na Aldeia discriminados abaixo, que foram identificados a partir de visitas e por meio dos relatos dos habitantes na Mata da Cafurna. A tabela apresenta apenas 18 variedades de animais, mas certamente existe um número muito maior de espécies que não foram possíveis de serem identificadas.

Quadro 3: Variedade de espécies de animais encontrados na aldeia

Ordem	Variedade de espécies de animais encontrados na aldeia
01	Caninana
02	Cobra coral
03	Cobra corre campo
04	Cobra cascavel
05	Galinha d'água
06	Garça
07	Guará
08	Guiné
09	Guriatã
10	Paca
11	Pato
12	Peixe tilápia,
13	Peixe tambaqui
14	Sabiá
15	Tatu
16	Tamanduá
17	Veado
18	Vivinho

Fonte: Elaborado pela autora, 2018

A reconquista dos Xukuru-Kariri a Mata da Cafurna criou uma nova dinâmica aos habitantes, uma nova unidade sociocultural mediante uma identidade diferenciadora, a constituição de mecanismos políticos para lidar com uma nova conjuntura, o controle sobre os recursos ambientais na Aldeia, e por fim a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 2004, p. 22). Dessa forma os indígenas foram reinventando e criando condições que fortaleceram as expressões socioculturais com o território e com o povo.

2.5 A Aldeia Mata da Cafurna como espaço identitário

Além da conquista de mais um direito, a (re)territorialização na Aldeia Mata da Cafurna pode ser compreendida como um processo de reorganização social envolvendo desafios cotidianos, até que se constituísse de fato um espaço social. Após a retomada, foi necessário organizar as famílias, reconhecer os limites da propriedade, oficializar lideranças, definir coletivamente o que era permitido e proibido; tudo isto levou tempo, desencadeou disputas, inúmeras reuniões, mas principalmente motivou a acreditar que, uma vez mobilizados, as conquistas mesmo que demoradas aconteceriam. O momento vivido pelos Xukuru-Kariri assemelha-se ao pensamento de Barth (2000), quando afirmou que o conceito de etnicidade está relacionado ao sentido organizacional dos grupos étnicos entendidos como categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores que se organizam para interagir e categorizar a si mesmo e os outros. Para Barth (2011), “as distinções étnicas não dependem da ausência de interação e aceitação sociais, ao contrário, são frequentemente a própria base sobre o qual sistemas sociais abrangentes são construídos” (BARTH, 2011, p. 26).

Barth (2000) também definiu como grupos étnicos como um tipo organizacional em que em uma sociedade se utilizava de diferenças culturais para fabricar e refabricar a individualidade diante de outras com quem estava em um processo de interação social permanente. Para Oliveira (2004) seria um equívoco, pretender reportar-se a uma condição de isolamento para explicar elementos definidores de um grupo étnico, cujos limites seriam construídos situacionalmente pelos próprios membros daquela sociedade. Para o autor, administrar é realizar a gestão do território, é dividir a população em unidades geográficas menores e hierarquicamente relacionadas (OLIVEIRA, 2004, p. 23).

Ao longo dos anos na Aldeia, foi sendo criada uma dinâmica própria, pois os habitantes mais adaptados perceberam que junto ao território havia uma cultura de pertencimento, um compromisso maior com a Aldeia, com os pares e à medida que mais tempo passava, maior era o sentimento, comum a praticamente todos os habitantes. Este sentimento possibilitou a continuidade das mobilizações, resultando na conquista de outras áreas que foram retomadas pelos Xukuru-Kariri. Uma situação justificada também pelo conceito de “experiência” utilizado por Thompson (1981) quando fez distinção entre a experiência vivida e a experiência percebida, sendo ambas autoformadoras das experiências históricas e conquistas apreendidas por homens e mulheres concretos, reais. (MELO JUNIOR,

2017, p. 03). São nos espaços das experiências compartilhadas cotidianamente que se definem e se constituem os grupos sociais, com as identidades étnicas, socioculturais e territoriais.

Segundo Frederich Barth (2011), a definição de grupos étnicos pela literatura antropológica é fundamentada em quatro pontos: primeiro a autoperpetuação do ponto de vista biológico; segundo, o compartilhamento de valores fundamentais, realizados de modo evidente em determinadas formas culturais; terceiro, constituindo um campo de comunicação e interação e, por fim, o quarto, um conjunto de membros que se identificam e são identificados por outros, como constituindo uma categoria que pode ser distinguida de outras categorias na mesma ordem. Barth rebateu estas formulações de definição justificando que impedem a compreensão do fenômeno dos grupos étnicos e lugar na sociedade e cultura humana, esbarrando na manutenção das fronteiras, que são problemáticas, pois implicam na socialização da diversidade cultural, priorizando que cada grupo étnico se isole a própria “ilha”.

O território em discussão destaca-se entre os demais por possuir uma Mata, espaço para três principais ações: realizar os rituais como o Ouricuri, principal manifestação religiosa dos Xukuru-Kariri; também por explorar os recursos naturais, seja como matéria prima para produzir a arte, seja para fazer uso das plantas nativas produzindo remédios fitoterápicos ou curas por meio da energia das plantas e da comunicação com os Encantados que direcionam suas lideranças ao uso adequado das plantas. Como narrou Korã, índia Xukuru-Kariri habitando a Aldeia e que realiza práticas integrativas:

[...] A Mata é o pulmão de Palmeira dos Índios, foi um lugar que nos permitiu conservar nossa cultura, nossa religião, por que pra nós é vivo ainda, entendeu? Por que tem assim a forma da gente, a forma que a gente não pode dizer que pra nós é considerado vivo, que tá presente no meio da gente, de nós indígenas, que se não fosse a aldeia a gente não podia fazer, viver só com a presença de nós índio⁷⁹.

A Aldeia Mata da Cafurna deve ser considerada, a partir das experiências históricas, por meio das vivências cotidianas dos habitantes para construírem a própria história. A partir daí, evidencia-se a identidade indígena no espaço natural, tendo o Ambiente enquanto lugar muito simbólico e de reafirmação sociocultural, expressando as relações socioambientais e tornando visível a importância do território para os indígenas e para o município como um todo.

O espaço habitado tornou-se condição para que os indígenas construíssem ao longo de 37 anos⁸⁰ pós-retomada uma relação identitária com o território, além de um espaço histórico

⁷⁹ Entrevista com Korã Xukuru-Kariri na Aldeia Mata da Cafurna em 21/12/2017, Palmeira dos Índios.

⁸⁰ A pesquisa realizada tem como marco temporal os anos de 1979 a 2016, em um período de 37 anos.

e socioambiental que vem colaborando para a conservação do Ambiente por meio de uma relação sustentável, principalmente no que se refere ao uso dos recursos naturais. Valores socioculturais e humanos originários de uma tradição não compreendida pelos posseiros que têm a terra apenas como fonte de exploração e lucro, como abordou o pesquisador Edson Vicente:

[...] a sustentabilidade sociocultural está associada aos sistemas socioambientais envolvendo relações e laços emotivos e sociais, que são valores culturais e humanos. Essas relações se unem de forma coesa em um dado território vinculados por um sentimento de pertencimento (SILVA, 2011, p. 67)

A vida em comum possibilita aos indígenas a afirmação de expressões e a socialização dos conhecimentos como, por exemplo, a manipulação de ervas medicinais naturais, o cuidado com as plantas nativas e a multiplicação. Pensar a Aldeia como um espaço socioambiental é compreender que “os dilemas sociais estão intrinsecamente ligados aos danos ambientais e que para salvar uma floresta é preciso salvar sua gente” (e vice-versa) (SATO, 2011, p.37).

Este espaço, além de ser habitat, é também espaço que identifica como pertencente a uma identidade étnica, compreendendo uma dinâmica de relações que são construídas historicamente, também caracterizadas pela multiplicidade, transformadas com o passar dos anos e sendo reelaborada socioculturalmente a partir do Ambiente onde é vivenciada a construção identitária.

Sobre identidade indígena, Arruti (1996) discutiu a resignificação enquanto marca identitária, tendo duas questões como essenciais: o território, e a questão cultural. A primeira remete a uma construção sociocultural, lugar de práticas sociais, políticas e afirmação identitária; a segunda, no sentido de socialização dos conhecimentos tradicionais por meio de narrativas e simbologias unindo as memórias dos mais antigos ao atual cotidiano dos habitantes, por meio das relações com o tempo e o espaço.

A Mata da Cafurna compõe, portanto, um espaço histórico e socioambiental para os indígenas que colaboram para a conservação do ambiente natural, através de mobilizações sociopolíticas que tornam compreensíveis as afirmações identitárias.

São os sentidos de Natureza que leva em consideração o tempo, o espaço e os processos históricos, a partir de interações com a fauna e a flora conectados ao universo simbólico. O território possui uma sensação mística, ao mesmo tempo que é condição para os indígenas viverem e realizarem os rituais religiosos, plantarem ervas, expressarem os conhecimentos adquiridos de outras gerações e historicamente construídos a partir da

retomada do lugar, evidenciando ainda mais as expressões socioculturais e a identidade do povo indígena Xukuru-Kariri. Além disso, a importância se estende ao território municipal como um todo, pois em Palmeira dos Índios o único espaço que possui uma reserva florestal é na Aldeia Mata da Cafurna, são quase 300 ha de Mata preservados pelos indígenas Xukuru-Kariri. Isso significa que o município mesmo não evidenciando precisa reconhecer que os territórios indígenas são muito importantes para a Natureza, não apenas para os indígenas, mas também para a população como um todo.

Em uma das diversas entrevistas realizadas durante o período de pesquisa, o indígena Tanawy, uma das principais lideranças da juventude Xukuru-Kariri, nos informou a possível construção de 100 casas em parceria com a Caixa Econômica Federal, e ao mesmo tempo em que esboçou contentamento pela possibilidade desta conquista, nos falou de uma preocupação: a falta de áreas dentro da Aldeia que possibilitasse essas construções, pois,

A gente tem um projeto pra construir 100 casas, mas construir onde? Aí a gente tá com esse problema, mesmo que consiga o recurso se a única opção for adentrar a mata, a gente prefere não fazer, vai continuar vivendo famílias com 18 pessoas, mas nós não vai derrubar a mata. E por que essa postura? Por que é ela (a mata) nosso alicerce, nossa cultura, é o ar puro que a gente respira, nossa fortaleza, é a nossa mata, sem ela a gente não tem nosso ritual, a gente não tem nada e se for preciso a gente dar a nossa vida por ela, a gente dá⁸¹.

A partir de situações como esta, é que se torna mais possível compreender a dimensão desta relação do indígena com a Natureza, a narrativa expressada em alguns momentos podem ser entendidos como algo romantizado, ou um relato que não necessariamente seja uma prática no cotidiano. No entanto quando nos deparamos com situações assim, percebemos que a narrativa é prática, é coerência, mesmo que para isso sejam necessários perder benefícios que são direitos, que por tanto tempo foram negados, mas que podem interferir em relações com a Natureza. Pois, quem é que não quer ter sua casa? Mas quando essa possibilidade parte da necessidade de derrubar a mata, os indígenas sem pestanejar recusam, o que pode justificar as relações tão intensas com o Ambiente, onde para o indígena, o ser humano é parte na Natureza, e não algo que contraste, ocorrendo então as múltiplas manifestações de cultura e Ambiente.

Em Palmeira dos Índios, parte da população foi estimulada a pensar o índio como um ser primitivo, pertencente ao passado, sendo isto reforçado também por uma produção cultural e literária, tanto regional quanto nacional, ignorando que os povos indígenas tem uma cultura

⁸¹ Entrevista com Tanawy Xukuru-Kariri, realizada pela autora, na Aldeia Mata da Cafurna no dia 21/11/2018.

dinâmica, podendo passar por transformações que em nada alteram sua identidade étnica (NEVES, 2014, p. 27).

Nos estudos sobre as memórias, “todo indivíduo, com raras exceções é dotado de memória, que é uma organização neurobiológica, influenciada por experiências pessoais geradas a partir das interações” (CANDAU, 2016, p. 21). Dessa forma, todos somos capazes de contribuir de alguma forma no processo histórico, que proponha evidenciar os povos indígenas, inclusive problematizando qual o lugar que o índio ocupa nesta sociedade, como lembranças longínquas ou como agentes sociopolíticos na história do município de Palmeira dos Índios? Pois o município que desde a nomenclatura faz referências aos Xukuru-Kariri, é também o mesmo município que parece querer negar, marginalizar e invisibilizar estes povos culturalmente diferenciados, mas que compõem a população palmeirense, mobilizando-se para estarem presentes como autores da própria história e não mais como simbologias pertencentes a um passado saudosista.

É necessário compreender que os povos indígenas não querem disputar importâncias ou destaque com ninguém, apenas querem ser reconhecidos como indígenas e terem acesso aos territórios é um dos principais objetivos e direitos garantidos pela Constituição vigente. Seguido desta reivindicação. Querem ter condições de viver por meio do trabalho, das produções agrícolas, produções artesanais, vivenciando a cultura e afirmando-se identitariamente a partir das relações construídas com o espaço habitado pelo povo.

A preservação do Ambiente e o uso de modo consciente e sustentável dos recursos naturais são práticas recorrentes entre os povos indígenas, cada um no modo específico realizam ações ambientais que garantem melhorias para todos em seu entorno, seja indígena ou não, pois cuidar da Natureza implica em conservação da biodiversidade, qualidade hídrica, maior fluxo de água nos lençóis freáticos e as respectivas nascentes, gerando um equilíbrio ecológico dinâmico.

A reconquista dos territórios indígenas possibilitou a recuperação de áreas antes utilizadas pela expansão pecuária e, algumas vezes, do agronegócio. Estas práticas transformaram as paisagens, e resultando na perda da biodiversidade. A destruição parcial dos ecossistemas é uma realidade enfrentada pelos Xukuru-Kariri na Mata da Cafurna, mas também aos habitantes nas demais Aldeias em Palmeira dos Índios, também por várias outras populações indígenas, pois quando se interfere no ecossistema, automaticamente se destrói espécies e variações existentes. Com isto, não se pode negar, os povos indígenas contribuem muito para a conservação ambiental, os conhecimentos e usos tradicionais têm historicamente garantido uma preservação, resultado de uma ligação entre o ser humano e seus ambientes

naturais, buscando equilíbrio entre ambos. É claro que estas relações não ocorrem de forma harmoniosa entre todos os habitantes, aliás, seria humanamente pouco provável que sim. No entanto, não há como negar a tentativa dos indígenas em gerir os territórios respeitando o Ambiente, espaço sagrado, morada dos Encantados, também o lugar.

CAPÍTULO III

O AMBIENTE COMO UMA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

XUKURU-KARIRI

3.1 Memórias, oralidade e situação fundiária

As relações dos Xukuru-Kariri com a retomada da Mata da Cafurna em muito são expressas pelas memórias em referência ao vivido, a um cotidiano diferente da atualidade. Isso porquê “a constituição da memória é importante por que está atrelada à construção da identidade” (ALBERTI, 2004, p. 27), pois, embora naquela época mobilizar-se por territórios implicasse em riscos, também possibilitava sentimento de pertencimento e compromisso coletivo construído diariamente. E compreendido como a construção identitária, interligada ao Ambiente, características estas que impulsionaram os indígenas a reconquistar os territórios, fortalecendo-os socioculturalmente, mediatizados pela história.

As memórias e narrativas dos indígenas estão em maioria relacionadas a um contexto social e coletivo e “é por isso que sentimos tanta dificuldade para lembrar acontecimentos que só dizem respeito a nós mesmos. Vemos então que não se trata mais de esclarecer uma essência ou realidade fenomenal, mas de compreender uma relação diferencial” (HALBAWCHS, 2003, p. 13). As situações recordadas podem até inicialmente serem lembradas individualmente, mas sempre estarão entrelaçadas as presenças, uma vez que não existem apenas lembranças individuais.

Estas memórias, ora expressam proximidade, ora distanciamento. Quando é tida como algo positivo, traz proximidade e várias outras memórias conjuntamente. Quando não é positiva, pode ser citada, mas nada que se prolongue, pois esta memória também pode estar carregada de recordações difíceis, e portanto tornam-se distantes, e pouco citadas. De todo modo, ambas as situações são muito significativas, pois podem preencher algumas lacunas, localizadas no tempo como no espaço.

Para ser possível conhecer as percepções e significados dos indígenas com relação ao território habitado, recorremos a história oral, por meio de entrevistas, uma vez que,

Representações são tão reais quanto meios de transporte ou técnicas agrícolas. Quando um entrevistado nos deixa entrever determinadas representações características de sua geração, de sua formação, de sua comunidade etc. elas devem ser tomadas como fato e não como “construções” desprovidas de relação com a realidade (ALBERTI, 2004, p. 09/10).

A pesquisadora evidenciou a importância da história oral enquanto suporte metodológico multidisciplinar para minimizar possíveis lacunas na história, além de minimizar os discursos elitizados e, por fim, favorecer aos invisibilizados, evidenciando as memórias, como no caso dos indígenas Xukuru-Kariri habitantes a Mata da Cafurna. Foi possível reconstituir situações vivenciadas a partir das memórias e oralidades indígenas, superando assim a ideia equivocada de que a história oral não configura-se efetivamente enquanto documento, ao invés disso reconhecendo a importância das narrativas como contribuições para a pesquisa. As narrativas dos indígenas foram muito importantes para estabelecer pontos em comum com as demais fontes. Em diversos momentos foi possível entrecruzar as documentações e narrativas que se complementaram. Dessa forma, foi possível também, provocar as memórias, confrontá-las, provocando inclusive mudanças nas interpretações sobre determinadas situações.

A primeira parte da Aldeia ocupada em 1979, no município de Palmeira dos Índios/AL, tinha um total de 117,6 ha e uma área verde muito importante para os indígenas, que optaram por garantir o espaço para realizarem os rituais sagrados e para plantar roças, fortalecendo-se tanto espiritualmente como fisicamente ao minimizar as necessidades com a alimentação, e de forma geral para demarcarem o território retomado. Mesmo que sendo insuficiente para abrigar todo o povo mobilizado, permaneceram em barracos improvisados, até que mais áreas fossem reconquistadas e preservando a área retomada como Mata.

Por volta de 1986, foi necessário entrar com ações na Justiça Federal contra o posseiro Everaldo Garrote⁸² e aguardar a burocracia para que formalmente essa parte do território fosse retomada. Esta área tinha um total de 175 ha, quando estava em posse de Garrote e a criação de gado predominava. No local encontrava-se a jaqueira, preservada atualmente no pátio da Escola da Aldeia, pois além da importância simbólica, é um espaço de resistência, memórias e de identidade do povo Xukuru-Kariri.

Durante o período de negociação com Everaldo Garrote, ocorreu outra retomada, o espaço estava em posse de Pedro Pereira Lima, mais conhecido como Pedro Benone⁸³, que não demonstrou muita resistência. A área em sua posse era pequena, 22 ha, porém argumentou que na área territorial em disputa existia uma produção de café em fase de colheita. Em uma das várias audiências o posseiro solicitou colher o café, utilizando como

⁸² Agropecuarista natural de Palmeira dos Índios, casado com Dona Vanda, ambos de famílias tradicionais no município.

⁸³ Casado com Edite Colatino Lima e moravam em Palmeira dos Índios.

justificativa a necessidade de custear o sustento da família. Na época o Juiz recusou o pedido, afirmando que a área estava ocupada e portanto o pedido tornava-se inviável.

Após a retomada citada acima, demorou um tempo até que outros territórios fossem ocupados pelos Xukuru-Kariri. Em 1988 a área em posse de Leopoldino Torres⁸⁴ foi ocupada, 121 ha, com árvores frutíferas em uma parte, a outra parte destinada a criação de gado. Torres parecia ser estimulado por outro posseiro a não negociar com a FUNAI. O outro posseiro era Hélio Alves de Carvalho⁸⁵, que tinha posse de uma área territorial de 175 ha. As áreas em posse tanto de Leopoldino quanto de Hélio foram ocupadas simultaneamente, resultando em ameaças aos indígenas ainda mais violentas que as anteriores dos outros posseiros.

Os respectivos territórios foram ocupados em razão da longa espera de ações referentes às denúncias dos indígenas a vários órgãos públicos contra o desmatamento pelos posseiros, ameaçando a segurança dos circunvizinhos, e pondo em risco o Ambiente. Além disso, as duas áreas estavam no perímetro delimitado como terra indígena pela portaria PP 0411⁸⁶, e não tinha ocorrido a homologação em trânsito julgado. A área só foi definitivamente regularizada em 1994, aumentando consideravelmente o território Xukuru-Kariri.

As últimas áreas ocupadas e referentes a atual Aldeia Mata da Cafurna ocorreu em 2008, com a ocupação de duas áreas pequenas em posse de “Dona Vandete”⁸⁷ e Geraldo Fernandes⁸⁸. As áreas eram de 06 e 17 ha respectivamente, a menor das áreas reconquistadas. Estas duas ocupações foram muito rápidas, e tiveram como principal característica a mobilização da juventude Xukuru-Kariri, não apenas dos habitantes na Mata da Cafurna, mas dos jovens de outras aldeias no município.

Dessa forma se constituiu o território da Aldeia Mata da Cafurna. Para tornar mais compreensível, organizamos em quadro as ocupações que ocorreram até a composição atual, incluindo também as áreas ocupadas e os posseiros, respectivamente, tendo como base as fontes consultadas para pesquisa.

⁸⁴ Identificou-se no processo contra a FUNAI como agricultor, mas tinha relações com pessoas influentes no município. Possivelmente o posseiro tentou ocultar a ocupação para obter sucesso no processo.

⁸⁵ Conhecido como Hélio da Purina, natural de Bom Conselho/PE e dono de uma loja comercial na cidade de Palmeira dos Índios, que vendia produtos agropecuários.

⁸⁶ Fonte: CIMI (1988).

⁸⁷ Não foi possível localizar informações sobre Vandete, nem o sobrenome dela, eles sabiam. Indígenas afirmaram que a mesma apenas tinha posse da área, residindo em outro município do qual não souberam informar.

⁸⁸ Conhecido como “Gel do Amarílio”, natural de Palmeira dos Índios e identificou-se como agropecuarista.

Quadro 4: Ocupações para retomada total da Aldeia Mata da Cafurna

Ano de ocupação	Posseiro/(a)	Área reconquistada/há	Território atual Aldeia Mata da Cafurna
1979	Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios	117,6 ha	620,06 ha
1986	Everaldo Garrote – Igreja Velha	175 ha	
1986	Pedro Benone	22 ha	
1988	Leopoldino Torres – Brejinho	121ha	
1988	Hélio Alves – Mata da Jibóia	162 ha	
2008	Dn ^a Vandete e Geraldo Fernandes	6 ha/17 ha	

Fonte: Elaborado pela autora, 2018

O quadro acima apresenta informações a partir das diversas fontes acessadas, porém não foi possível uma precisão em todos os números das áreas retomadas. Por exemplo, quando tratamos sobre a quantidade de terras ocupadas pelos índios que estava em posse da Prefeitura do município, existe um consenso. No entanto, quando tratamos sobre o território que estava em posse de Everaldo Garrote, as informações são desconhecidas.

A pesquisadora Sílvia Martins e o CIMI/AL afirmaram que o território era de 175ha, enquanto que o pesquisador Adelson Lopes afirmou ser de 154 ha. Buscamos os cartórios no município, mas não foram disponibilizadas documentações que pudessem sanar estas dúvidas. A falta de exatidão implica na definição do território atualmente ocupado pelos Xukuru-Kariri na Mata da Cafurna, mas também por que os indígenas auto demarcarem os territórios. Por isto, apresentamos números aproximados, mas não precisos, levando em consideração a maior quantidade de vezes em que as fontes apontaram o mesmo número de hectares sobre as respectivas áreas.

Atualmente, a demarcação das terras indígenas em Palmeira dos Índios está em estagnação. Nada avançou há algum tempo, mesmo sendo objeto de pesquisa, os laudos antropológicos afirmando e reconhecendo as áreas como territórios indígenas. No primeiro laudo de 1990, elaborado pela Antropóloga e pesquisadora Sílvia Martins, o território referente aos indígenas Xukuru-Kariri era uma área de 36.000 ha, sendo interrompida a conclusão, após divulgada a quantidade de terras reconhecidas pela antropóloga e equipe. No ano de 2002, um antropólogo foi convidado a realizar outro laudo. Neste Douglas Carrara e

equipe reconheceram como território indígena uma área de 15.000 ha. O laudo foi concluído e entregue aos órgãos competentes. No entanto, os posseiros entraram com ações na Justiça Federal solicitando a anulação e elaboração de um outro laudo, realizado em 2008, pela antropóloga Sígla Zambrotti. Desta vez, o território disputado foi definido em uma área de 7.073 ha, aceito pelos órgãos competentes e pressionado pela Justiça Federal, quando o Juiz Sr. Antônio José de Carvalho Araújo, determinando à União Federal e à FUNAI a conclusão imediata da demarcação física da Terra Indígena Xukuru- Kariri⁸⁹, sob pena de multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), recurso nunca repassado aos Xukuru-Kariri.

Diante de tantas ações judiciais, ameaças contra a vida dos indígenas, os Xukuru-Kariri tiveram o território diminuído em 28,967 ha, e ainda assim não foi esta última área reconhecida e demarcada como determinou o Juiz. Os limites do território não foram respeitados, tampouco a área foi totalmente demarcada. Atualmente os Xukuru-Kariri ocupam 1720,04 ha, em 08 Aldeias, habitada por cerca de 6.000 mil indígenas. Uma extensão territorial limitada, é a Mata da Cafurna, inclusive, a única região em todo o município de Palmeira dos Índios, que tem uma reserva florestal preservada, o que certamente reafirma as relações intrínsecas do indígena com o Ambiente. Os limites da terra não foram respeitados, mesmo assim os indígenas que habitando parte dos territórios reconhecidos buscam o equilíbrio com a Natureza, o que caracteriza-se como um dos principais aspectos que constituem a cultura indígena.

Mapa 4: Área indígena em Palmeira dos Índios/AL demarcada pela Funai



Fonte: g1.com.br, 2017

⁸⁹ Portaria do Ministro da Justiça nº 4.033, de 15/12/2010.

A partir destas informações tornou-se instigante refletir os processos históricos vivenciados pelos indígenas Xukuru-Kariri nos espaços territoriais disputados e posteriormente conquistados, realizando entrevistas com indígenas que habitam a Aldeia Mata da Cafurna, preferencialmente com os anciãos ou quem participou das retomadas, buscando compreender como percebem e analisam as diferenças no território da Mata da Cafurna comparando-o em anos distintos, como transformaram este Ambiente para habitá-lo, mas também quais foram as influências deste Ambiente nos modos de vida na Aldeia, tomando como recorte temporal o ano de 1979 a 2016.

3.2 Memórias indígenas: espaço ambiental encontrado *versus* o espaço ambiental transformado

Após a retomada da segunda parte do território os indígenas começaram a se deslocar definitivamente para a Aldeia Mata da Cafurna. Relataram como foram se definindo as ações para a organização do espaço e cotidiano, que os adaptasse a esta nova situação. Por outro lado, tinham evidências que ainda seria necessário mais mobilizações, e que as perseguições e conflitos com os posseiros não terminara, ao contrário, poderiam se intensificar.

A partir do cotidiano surgiram alguns problemas internos, na maioria relacionados a interferências do Estado, via FUNAI ou órgãos afins. Não foram momentos fáceis, mas segundo os indígenas importantes para que se construísse uma espécie de unidade com os que depois de todas essas circunstâncias permaneceram na Aldeia. A simbologia existente em todo este processo e tão evidenciada pelos indígenas na atualidade é percebido pelas narrativas com riqueza de detalhes. O que um indígena cita como recordação coletiva, é reiterado por outro entrevistado em diferentes contextos, como narrou o indígena Lenoir:

Então daí se pensaram, por que não tinha terra em dividir a terra para plantar na parte baixa e aí dividiram pras famílias, na época uns ajudavam os outros, num mutirão, depois, com o tempo a maioria voltaram pra Fazenda Canto onde lá já existia que é a matriz, a Fazenda Canto, e aí foram cada vez aumentado, e houve um momento de divisão, houve confusão, os que ficaram, ficaram lá embaixo da jaqueira e depois foi construindo casa de barro com telhado de palha e daí foram surgindo, depois veio ajuda do exército que deu umas cabana, doze cabana, os que foram tendo mais força foram fazendo casa de barro com telhado de palha, até chegar as primeiras casas, por que dava muitos problema de barbeiro e era proibido que tivesse casa assim, e aí veio as primeiras casas de alvenaria. Foram 12 a 13 casas, depois vieram mais e as pessoas foram tendo mais condições e foram fazendo mais casas de alvenaria⁹⁰.

⁹⁰ Entrevista com Lenoir Tibiriçá, realizada na Aldeia Mata da Cafurna no dia 21/03/2018 em Palmeira dos Índios.

Conviver coletivamente, implicou em muitos desafios para os Xukuru-Kariri, e resistir certamente é o termo mais expressivo neste momento, pois foram muitas as tentativas de intervenção e cooptação por parte dos posseiros e aliados políticos, todos contrários às demarcações dos territórios indígenas no município. Os recursos naturais existentes na Aldeia foi o que mais justificou estas disputas, além obviamente, da ostentação e status social em ter as terras, como apontou o indígena Antônio:

O interesse do posseiro não é apenas na terra, é algo impregnado, geração de ódio ao índio para a qualquer custo negar que o índio que existe, é realmente índio. Ele vai dizer no máximo que foi neto de um índio. As aldeias tem terras boas e com muita água, o que chama atenção dos posseiros, mas diferente deles, nós tem a terra pra cuidar da nossa Natureza, não é pra ser explorada. A natureza é nossa riqueza, ninguém produz mais que a floresta, ela produz toda fonte de vida, produz água, produz alimento, produz a medicina⁹¹.

Nas narrativas dos indígenas entrevistados a Mata foi sempre citada como parte “intocável”, no sentido de que a Natureza é um dos principais componentes da cultura indígena. Onde as relações indivíduo e cosmologia acontece, reafirmando portanto, a cultura e a identidade dos povos indígenas com o Ambiente, como explicou a indígena Korã:

A mata sempre representou tudo pra nós, nesse tempo ela tava em posse da prefeitura e não deixava ninguém entrar, só as pessoas mesmo que eles queriam e com o conhecimento de estudantes, professores mesmo e de outras pessoas que incentivaram dizendo que lá era terra nossa, dos nossos antepassados, nós fomo⁹².

Os territórios indígenas tem um significado singular para os habitantes, e as matas são áreas de conservação e espaços para a realização dos rituais sagrados. Esta relação intensifica-se, pois a Natureza e a cultura se fundem criando uma nova dimensão. O território estaria no campo da produção de significados e meios culturais, traduzindo o espaço em formas culturais, sendo concebido como ambiente e como produto das práticas sociais, nas mais diferentes escalas (ARRUTI, 1996, p. 113). É a partir do território que as demais ações se consolidam, é nele que materialmente o povo sente-se seguro para manifestar a indianidade, por meio das práticas socioculturais em relação muito pessoal com a Natureza e os recursos naturais.

Nestes espaços, além das relações físicas e cosmológicas com o território, ocorre também as relações destes habitantes uns com os outros, as cercas, as restrições, as relações de parentesco, o domínio do sagrado, as relações de poder, tornam tudo muito sobrecarregado de sentidos (ARRUTI, 1996, p. 115). Estas relações contribuem de forma positiva no

⁹¹ Entrevista com Antônio Celestino, realizada na Aldeia Mata da Cafurna no dia 24/12/2018 em Palmeira dos Índios.

⁹² Entrevista com Korã Xukuru-Kariri, realizada pela autora, na Aldeia Mata da Cafurna no dia 21/12/2017.

cotidiano, como também podem gerar desentendimentos que comprometam os andamento de questões coletivas.

Segundo os habitantes mais velhos a Aldeia Mata da Cafurna quando retomada tinha muitas árvores e água. Mas o uso dos venenos deixou a terra e água comprometidas. A partir da permanência dos indígenas foi possível minimizar a situação. Desde quando retomaram a Aldeia, os indígenas usam os recursos naturais disponíveis na Mata, porém o uso destes recursos ocorrem de forma sustentável, mesmo que não tenham acompanhamento técnico para darem melhor direcionamento em relação ao aproveitamento do território, como observou o indígena Lenoir:

A palha, a semente, a madeira que usamos para produzir os artesanatos são tiradas da mata. Sobre outras forma de ter renda, nós já tivemos umas experiências, nós já colocamos peixe, tem a açude lá né? Mas tanto de um lado, como de outro a sombra não deixa o peixe crescer, se desenvolver por que é muito frio, já na lagoa cá o peixe se desenvolve rapidamente, já tiremos tilápia de 2kg a 2 kg e meio, mas não tivemos condições de continuar, mas é de grande interesse nosso, por que é uma fonte de renda, por que tanto nós temos os peixes como tem os pássaros e as vezes chega mais de 50 espécies, tinha dia de nós conseguir pegar 80 a 90 galinha d'água, né brincadeira? Meio monte de paturi, garça, era uma coisa linda, depois que ela pouco ficou meio vago, sumiram⁹³.

Essas narrativas evidenciaram que de acordo com as compreensões os indígenas buscam formas de preservar os recursos naturais, e quando extraem algo da Natureza sabem que o que extraído se reproduz pelo Ambiente com fartura. Os órgãos de assistência aos indígenas deveriam prestar assistência técnica nas Aldeias, afim de ao menos orientar os indígenas sobre como proceder em relação a iniciativas como a citada acima. Quando o indígena referiu-se a criação de peixes, compreendida como uma finalidade capaz de gerar renda, mas que foi interrompida por falta de assistência técnica e incentivos financeiros.

3.3 Mapeando a Mata da Cafurna: território Xukuru-Kariri

O município de Palmeira dos Índios tem 08 Aldeias Xukuru-Kariri reconhecidas e mais 01 em processo de reconhecimento, todas localizadas em zonas rurais, nas regiões serranas do município. A Aldeia Mata da Cafurna é a última no percurso das aldeias, com uma distância média de 6 km, não sendo muito distante do perímetro urbano. No entanto, o acesso torna-se difícil por conta da estrada ser íngreme e isto intensifica-se em períodos de chuva, pois o barro e a areia deixam os acessos ainda mais irregulares, dificultando os transportes com os vários buracos que surgidos por conta das chuvas abundantes; porém, sem

⁹³ Entrevista com Lenoir Tibiriçá na Aldeia Mata da Cafurna em 21/03/2018, Palmeira dos Índios.

chuvas não existem as costelas de vaca.⁹⁴ Situação que evidencia os descasos e desatenção do poder público seja na esfera municipal, estadual ou federal.

Fotografia 111: Estradas de acesso inicial a Aldeia Mata da Cafurna



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018

Fotografia 12: Estradas de acesso já próxima a Aldeia Mata da Cafurna.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018

⁹⁴ Forma regional de referir-se a ondulações no solo, quando a mesma está escassa, deixando o solo como algo que remete a “costela de uma vaca”.

A estrada além de possibilitar os ir e vir dos indígenas à cidade, é também usada para deslocar a população para comercializar produtos artesanais e alimentícios nas feiras locais no município e regiões circunvizinhas. Servindo também aos estudantes indígenas que acessam uma modalidade de ensino ainda não disponível na Aldeia, no caso específico da Mata da Cafurna, o Ensino Superior. Estas vias de acesso são também destinadas aos atendimentos de saúde, por onde trafegam os profissionais para atenderem no Posto de Saúde e para deslocar indígenas com problemas de saúde mais agravados.

O açude e a lagoa são os espaços coletivos na Aldeia e, além destes, tem uma caixa d'água que distribui via encanação, água de uma nascente e de um poço artesiano para os habitantes. A Aldeia conta com uma segurança hídrica⁹⁵ considerável.

Fotografia 13: Açude na Aldeia Mata da Cafurna



Fonte: Tanawy Xukuru-Kariri, 2019

O açude ou barragem, como também é chamado, tem um volume de 70 mil metros cúbicos de água que, somado a outros 36.000 m³ distribuídos por quatro pequenos açudes no mesmo curso, chegaria a 106.000 m³. Em 2010⁹⁶ o Ministério Público recomendou a imediata

⁹⁵ É a **garantia para a disponibilidade de água nos diferentes usos**, envolve a gestão dos riscos que a população e o ambiente estão sujeitos quanto a extremos de secas e inundações e de falhas de gestão. Este termo tem sido mais utilizado para garantir a segurança hídrica.

⁹⁶ <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/55742/2010/03/04/mpf-quer-recuperacao-da-barragem-mata-da-cafurna-em-area-xucuru-kariri>

recuperação do açude, temendo que ocorresse um rompimento, pois há mais de 30 anos que sua primeira obra acontecera. No entanto, nada relacionado à efetivação da obra ocorreu. O açude tem 13 metros de profundidade e 50 metros de largura, forneceu água a zona urbana do município de Palmeira dos Índios entre os anos de 1940 até meados de 1960, quando foi substituída pela CASAL. Desde então, o açude atende exclusivamente às necessidades dos habitantes na Aldeia.

Fotografia 14: Abastecimento de água em Palmeira dos Índios (1940) com água do açude na Mata da Cafurna



Fonte: Acervo Luís B. Torres, 2018

Fotografia 14: Abastecimento de água em Palmeira dos Índios (1940) com água do açude na Mata da Cafurna



Fonte: Acervo Luís B. Torres, 2018

O índio, Antônio Celestino, afirmou que a distribuição desta água à população de Palmeira dos Índios, na época, tornou-se um meio de vida provisório, com muita rentabilidade. O entrevistado afirmou que como naquele período os indígenas ainda não haviam reconquistado os territórios, os posseiros então pensaram em formas de lucrar ainda mais com as terras e, para isto venderam a água do açude para a população local:

Por trás do Museu Xukurus era um chafariz e tinha uns depósito que chamava caixa grande e tinha um chafariz cá em embaixo por trás do Museu mesmo e era fornecido a vasilha, a lata, ali funcionava um movimento de gente, frota de jumento para ir fornecer para as casa; dali era uma sobrevivência para quem queria trabalhar, sobrevivência de muita gente, tinha deles que quase se tornou um empresário, quem tinha 3 ou 4 jumento era um empresário (risos)⁹⁷.

A lagoa⁹⁸ era um espaço mais restrito aos Xukuru-Kariri, localizado provavelmente próximo ao Terreiro de Ouricuri, local sagrado onde ocorrem os rituais indígenas. Foi nesta lagoa que os indígenas criaram peixes, mas não por muito tempo, pois, entre outras questões, não contaram com assistência técnica e também não puderam arcar com os custos iniciais do negócio.

⁹⁷ Entrevista com Antônio Celestino, realizada na Aldeia Boqueirão, Palmeira dos Índios em 24/12/2018.

⁹⁸ A lagoa tem uma nascente que mina muita água. Tinha um paredão feito de barro que estourou a cerca de dez anos.

Fotografia 16: Antiga Lagoa na Mata da Cafurna



Fonte: Tanawy Xukuru-Kariri, 2019

Esta lagoa precisa ser reativada, pois rompeu e ainda não foi revitalizada; necessitando de investimentos semelhantes aos efetuados no açude da Aldeia. A lagoa tem uma nascente que mina água diariamente, mas sem a revitalização a água escorre, ou cria poças. Por isso são necessários os reparos para continuar sendo mais uma fonte hídrica e possivelmente também fonte de renda, como explicou Tanawy⁹⁹:

[...] conseguimos um projeto pela CHESF no valor de R\$ 1.400.000,000 (um milhão e quatrocentos mil reais) e o dinheiro chegou, mas sumiu, não sabemos qual destino tomou, ele iria revitalizar a lagoa e construir o paredão. Mas aí a gente conseguiu um outro projeto agora, também pela CHESF, que era pra ter iniciado no começo do ano, mas por ser ano de nova gestão ainda não iniciou, mas estamos confiantes.

A distribuição de água encanada na Aldeia ocorre por duas redes. Uma na parte mais alta e outra na parte mais baixa. As encanações foram separadas e a cada dia uma delas fornece água. A distribuição ocorre a partir das fontes existentes na própria Aldeia, tanto do açude quanto de uma nascente na qual fizeram um poço artesiano. Essa distribuição ocorre sob responsabilidade da SESAI¹⁰⁰ que contratou dois índios Ikaiaamy e Cícero, habitantes na Aldeia, responsáveis pela liberação das águas. A rede de encanamento passa justamente no paredão do açude e fornece água a algumas áreas vizinhas, como para toda a Aldeia, “mas

⁹⁹ Liderança da juventude Xukuru-Kariri que participa ativamente da vida social e política na Aldeia Mata da Cafurna.

¹⁰⁰ Secretaria Especial de Saúde Indígena.

antes era tudo nas costas, na fé, muita coragem e muita necessidade” afirmou Antônio Celestino. A água é liberada para a população diariamente, sendo alterado o fornecimento caso a bomba venha a ter problemas, como afirmam os indígenas, que ocorrem estas interrupções, mas não com frequência.

A Mata existente contribui muito para esta segurança hídrica na Aldeia. No entanto, esta segurança foi motivo de preocupação há uns três anos, durante uma longa seca, que deixou os indígenas bem receosos, pois a Mata e as nascentes estavam morrendo. A situação não foi enxergada apenas como algo negativo, a partir deste risco, os indígenas buscaram formas de controlar o uso da água, evitando desperdícios, “antes era irrigação com água potável, tudo era com água potável, agora tá tudo mais moderado”, nos relatou Tanawy.

A juventude expressou a necessidade de um planejamento para gestão ambiental, por meio de capacitações específicas, em que os indígenas tivessem condições de gerir melhor o território. A partir das discussões de temáticas como desmatamento, nascentes e as degradações ambientais, sobre como recuperá-las e como lidar com as situações de seca, considerando a climatologia do território, a vegetação, o contexto e o processo histórico local vivenciado pelos indígenas, possibilitando conhecerem mais as áreas e refletindo sobre os cuidados necessários tanto individualmente quanto coletivamente.

Nascentes são os afloramentos superficiais de água dos lençóis subterrâneos que originam os cursos d’água, ao ponto em que a água infiltrada no subsolo reúne-se e emerge, formando nascentes. As nascentes desempenham importantes serviços ambientais para o bem-estar humano, porque fornecem e conservam a água e controlam desastres naturais, além de serem importantes locais de refúgio, alimentação e reprodução da fauna e flora, sendo fontes de vida para outros organismos.

As nascentes podem ser intermitentes perenes ou efêmeras. No primeiro caso quando existem apenas em épocas chuvosas e secam em épocas de estiagem; no segundo caso quando são permanentes, independente da estação do ano ocorre um fluxo contínuo de água, e no terceiro caso quando surgem apenas durante as chuvas, períodos curtos de dias e até horas. As nascentes também são classificadas como móveis ou fixas; as móveis são aquelas caracterizadas por ocorrerem no fundo das calhas, sendo controladas pela saturação do lençol freático, onde suas águas migram de acordo com o regime das chuvas, enquanto que as fixas são aquelas que mudam de posição ao longo do ano.

Pensar territórios que tenham nascentes é muito importante, pois os habitantes dessas localidades deveriam entender a importância dos espaços com tais recursos. Mas quando existem nascentes inseridas em territórios indígenas, esta importância parece tomar uma

proporção maior que para outros territórios; pois para os indígenas o território é lugar sagrado, espaço de vida é o que os possibilita expressarem-se socioculturalmente, afirmando-se como povo conectado com a Natureza.

Fotografia 17: Nascente próxima a Lagoa na Aldeia Mata da Cafurna



Fonte: Tanawy Xukuru-Kariri, 2019

Na Aldeia Mata da Cafurna, existem 17 nascentes, número bastante considerável para o tamanho do território ocupado, algumas de fácil acesso, mas a maioria distante da parte central da Aldeia. Não é possível acessar todas as nascentes, por que algumas localizam-se muito próximas ao terreiro do Ouricuri, local sagrado e inacessível para os não indígenas, e também pelas distâncias de uma até a outra, sendo a maioria do percurso em áreas íngremes. Conhecemos apenas com 02 nascentes, razão que será explicada mais adiante no texto, e em cada contato uma observação diferente. Na maioria, como afirmam os indígenas, as nascentes são perenes, ou seja, tem um fluxo contínuo de água por todo o ano, mas, outras são compreendidas como intermitentes, aquelas que secam em determinado período anualmente, não sendo identificada nenhuma nascente como efêmera, aquela que caracteriza-se por existir quando ocorrem fortes chuvas.

Fotografia 18: Nascente próximo ao açude na Aldeia Mata da Cafurna



Fonte: Tanawy Xukuru-Kariri, 2019

Foi notória a existência de impactos socioambientais implicando diretamente na qualidade hídrica das nascentes identificadas, também nas condições da vida útil, podendo ocorrer menos infiltração de água por meio das chuvas comprometendo os fluxos dos cursos d'água que formam as nascentes. Esta situação foi identificada pelos indígenas, mas que não podem ser solucionadas em curto prazo, mas sim em longo prazo, envolvendo os habitantes em um trabalho tendo como objetivo principal uma melhor gestão do território, gerando mais qualidade para os recursos naturais existentes na Aldeia. O trabalho inicia-se pelo cuidado com as nascentes, almejando obter vários resultados, como, por exemplo, menos índices de habitantes com problemas de saúde por conta do contato com água contaminada. Mas, para isto tornar-se, é necessário que as iniciativas partam dos próprios habitantes, buscando apoio de organizações da sociedade civil que reconhecem a importância dos territórios e das nascentes, não apenas para os indígenas, mas para toda a população em Palmeira dos Índios e entorno. Sobre a água enquanto importância mundial, mas também como aspecto simbólico, Tanawy¹⁰¹ afirmou:

Hoje a água é uma das coisas mais importantes no mundo, então a gente precisa cuidar, as nascentes aqui são responsáveis pela existência e permanência da Mata, pelos pássaros, pelas plantas que temos aqui, quando há três anos a mata secou os

¹⁰¹ Entrevista com Tanawy Xukuru-Kariri na Aldeia Mata da Cafurna em 21/11/2018, Palmeira dos Índios.

primeiros sinais que nos preocuparam foi isso, os bicho sumiram, as plantas murcharam, as nascentes quase morreram, então a água é o elemento mais importante para manter nossa saúde física e espiritual, quando falta água é como se nossa conexão com a natureza perdesse a força. A água é um bem precioso, hoje como temos em abundância aqui, temos que preservar para que não falte, pra gente não passar por situações como a que vimos nossos parentes passarem.

A água é um dos aspectos fundamentais para a sobrevivência dos seres vivos que fazem também, menções da água como símbolo de poder espiritual e força. Sendo diversos são os rituais nos quais a água é utilizada (BRUNI, 1994). Dentre os povos que a tem como símbolo material, espiritual e social, na cultura e modo de viver, estão os indígenas, pois interagem com o Ambiente, e a partir dessa relação, constroem a identidade e história.

Os próprios indígenas percebem os desafios para preservar a riqueza natural existente na Aldeia. Preservar a Mata é o principal. E por isto são feitas as limpezas das nascentes, limpando as vias para que continuem o curso d'água sem nenhum impedimento. Infelizmente estas iniciativas não partem de todos na Aldeia, pois, há indígenas que se recusam a contribuir no processo de limpeza, “mas a maioria é comprometida, trabalha, principalmente a juventude que nos mutirões criam consciência, conhecem a mata e a respeitam” como relatou Suyane¹⁰².

3.4 O Rio Coruripe e a bacia hidrográfica

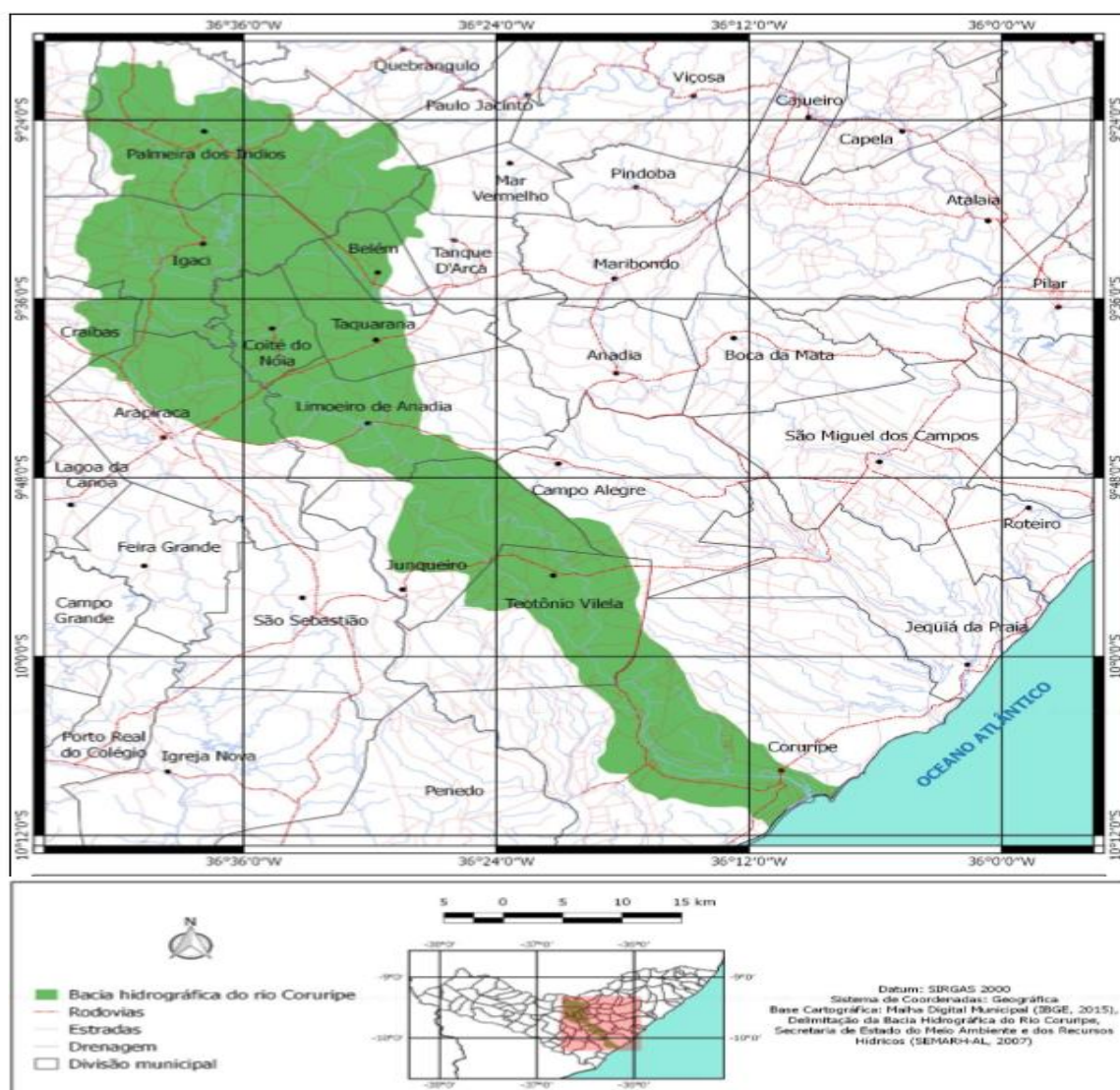
O Rio Coruripe banha o estado de Alagoas, sendo um dos mais importantes sistemas hídricos da complexa rede hidrográfica alagoana (PEREIRA, 2010, p. 63), com uma extensão inicial de 28 km e altitude aproximada de 550m. É um rio perene e as águas correm para o Oceano Atlântico. Os principais afluentes na margem direita são: Pannels, Vitorino, Peixe e Riachão; na margem esquerda: Lunga, Passagem do Vigário, Francisco Alves, Cruzes, Urutu e São José. Com regimes de cheias apresentando fortes enxurradas no alto e médio curso (ALAGOAS, 2002) e junto a outros rios, o Coruripe integra a bacia hidrográfica do Rio Coruripe.

Nascendo no município de Palmeira dos Índios/AL, a nascente localiza-se em uma área indígena conhecida como Cristo do Goiti, próximo a estátua do Cristo Redentor, local turístico no município, no limite com várias Aldeias, inclusive a Mata da Cafurna. Dessa forma os territórios indígenas no município são banhados pelo Rio Coruripe, tendo como principal afluente o Rio Pannels. A foz do Rio Coruripe localiza-se no município de Coruripe, interior de Alagoas.

¹⁰² Indígena Xukuru-Kariri, graduada em Letras Português pela Universidade Estadual de Alagoas pelo Curso de Licenciatura Intercultural Indígena “CLIND”.

A bacia hidrográfica do Rio Coruripe, possui uma área de drenagem 1.562 km², o comprimento equivale a 140 km, a largura variando entre 06 km na parte central e um máximo de 30 km na parte superior. Caracteriza-se por um rio principal com afluentes, possuindo área delimitada por muitos cursos d'água, onde parte escoar pela superfície e a outra infiltra nos lençóis subterrâneos. A bacia está localizada na parte central do Estado, limitando-se ao Norte com a bacia do Rio Paraíba, ao Oeste com bacias dos Rios Traipu e Paiuí e ao Leste com as bacias do Rio São Miguel, Jequiá e Poxim. Na Foz limita-se com as drenagens dos riachos Lagoa do Pau ao Norte e Feliz Deserto ao Sul (PEREIRA, 2010, p. 63) é de domínio estadual, pois todo o percurso está inserido no território do estado de Alagoas.

Mapa 4: Localização da bacia hidrográfica do Rio Coruripe, Alagoas



Fonte: SANTOS, 2018

Os municípios que integram esta bacia hidrográfica são Arapiraca, Belém, Campo Alegre, Coité do Noia, Coruripe, Craíbas, Estrela de Alagoas, Feliz Deserto, Igaci, Junqueiro, Limoeiro de Anadia, Mar Vermelho, Palmeira dos Índios, Paulo Jacinto, Piaçabuçu, Quebrangulo, Tanque D'Arca, Taquarana e Teotônio Vilela. Enquanto que os rios que compõem esta bacia são o Rio Conduípe, Riacho da Barra, Rio Coruripe e o Rio Adriana. A vegetação que predomina na bacia hidrográfica a região que abrange Palmeira dos Índios é a Caatinga hiperxerófila, caracterizada pela presença de Cactáceas¹⁰³ (EMBRAPA, 2012).

A bacia do Rio Coruripe tem relevância em vários aspectos entre os quais o socioeconômico, referente atividades que contribuem financeiramente na vida dos habitantes, e no ambiental possibilitando discussões sobre educação ambiental, além de que “a função ecológica proporciona a diversidade e habitat para a fauna e flora, concedendo a interação entre as características físicas, químicas e biológicas da água” (SANTOS, 2018, p.17). A bacia apresenta uma base econômica bastante diversificada, compreendendo cultivos em larga escala de cana-de-açúcar, milho, feijão, fumo e coco, usinas de açúcar e álcool como a Coruripe, Guaxuma e Seresta (PEREIRA, 2010, p. 64).

Estudos mais recentes comprovaram que a maior destinação das águas do Rio Coruripe são para a plantação de cana de açúcar, prática preocupante e frequente por meio da irrigação e com o uso excessivo de fertilizantes, agrotóxicos, além do desmatamento das matas ciliares. O que implica diretamente na qualidade do solo, nos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, causando a degradação ambiental que é a alteração ambiental negativa, causada pelos seres humanos:

As relações do homem com a natureza ao longo do tempo e dos avanços tecnológicos acelerou o processo de degradação do meio ambiente, notadamente a qualidade dos recursos hídricos, humana, animal e vegetal, geração de energia, abastecimento doméstico e industrial, além da irrigação para atender as necessidades agropecuárias (SANTOS, 2018, p. 21).

Diferente destas ações, a Aldeia Mata da Cafurna é um exemplo de território banhado pelo Rio Coruripe que faz uso diferente das águas que compõem a bacia hidrográfica. A exemplo, do abastecimento hídrico da população e regiões circunvizinhas, além de fortalecer a preservação ambiental, proporcionando diversidade e habitat para fauna e flora, que interagem naturalmente; práticas estas, não divulgadas, mas invisibilizadas. Outra questão muito importante e pouco discutida é a reserva florestal existente na Mata da Cafurna, pouco evidenciada, talvez como estratégia dos posseiros que tentam negar as inúmeras ações temendo que isto reafirme os direitos dos indígenas às terras. Esta reserva é muito importante

¹⁰³ São plantas possuem caule com a capacidade de armazenar água e folha reduzidas ou modificadas em espinhos.

para a riqueza hídrica na Aldeia, sem esta preservação, provavelmente não existiria segurança hídrica.

A riqueza hídrica na Aldeia, possivelmente foi uma das razões que os posseiros dificultassem as negociações com a Funai. Os recursos hídricos precisam ter como base, o princípio do uso consciente, pois, por ser finito devem ser utilizados com sustentabilidade, ação que não se aplicou aos posseiros, o que tornou essas situações em motivos de conflito, buscando apenas o lucro, ignorando todos os impactos ambientais que estas iniciativas provocam.

3.5 O conceito de Retomada e Reconquista para os Xukuru-Kariri

Os conceitos de ocupação/invasão e retomada/reconquista foram muito presentes nas narrativas dos indígenas durante as entrevistas. Quando questionamos sobre os processos de organização social, principalmente ligados a emergência étnica, utilizamos o termo ocupação ou retomada para discutir sobre os territórios, e eles sempre nos corrigiam, argumentando as compreensões deles, sobre estes termos. O fato de tal situação ter ocorrido diversas vezes, com pessoas diferentes na Aldeia, nos fez refletir sobre a importância de buscar compreender o que os indígenas entendem por cada um dos termos citados, também fizemos o uso da fala de pesquisadores que tratam sobre estes conceitos, apresentando as variadas compreensões sobre o mesmo conceito.

Sobre retomada, os indígenas pouco utilizam, pois, segundo eles:

[...] parece que a gente tá tomando de alguém e eu não tô tomando, eu tô reconquistando. Entende? Reconquista é requerer o território, Retomada é tomar de alguém. Por exemplo, esse território aqui é do meu vizinho, tá em posse dele, mas essa área tá na delimitação, se a gente ocupar e conseguir, a gente tá reconquistando o território e não retomando, por que o governo federal já reconheceu que é nosso. Quando eu digo reconquista, eu falo daquilo que era nosso e que foi invadido pelo posseiro, mas agora é nosso outra vez¹⁰⁴.

Quanto ao termo ocupação, utilizado com frequência pelos indígenas, eles argumentaram que fazem uso, pois ele tem o significado contrário de invasão, além de ser um conceito que justifica politicamente as ações de reivindicar os territórios que estavam/estão em posse de outros, muitas vezes já reconhecidos como terra indígena, no entanto, sem efetivação, restando aos indígenas a opção de ocuparem as áreas, com o

¹⁰⁴Entrevista com Dilson Ferreira, realizada pela autora, na Aldeia Boqueirão no dia 24/12/2018.

objetivo de pressionar o poder público para dar celeridade às demarcações, como afirmou Dilson, indígena Xukuru-Kariri:

[...] hoje nós só podemos usar o termo ocupar, por que a demarcação foi feita, através de grande perda do território. Por acordo, nós fizemo acordo só pra perder, 36.000,00 ha da primeira demarcação, que dentro da história brasileira isso é errado, demarcação pra terra, pra índio, pra quê? Já que inventaram as demarcações foi lá e fez, e nada, depois foi um combinado para 15.000,00 ha, depois de 15 foi pra pouco mais de 7.000,00ha e depois disso tá aí o conflito político que abriu¹⁰⁵.

Sobre a citação acima, o indígena refere-se aos Laudos Antropológicos elaborados. Segundo ele, é desnecessário a elaboração dos laudos, pois só custam gastos ao poder público, mas o território reconhecido não tem sido repassado para os indígenas, “então pra que gastar dinheiro e não devolver as terra?” questionou o indígena. Sua narrativa nos chamou atenção, pois faz sentido, tanto no que se refere aos termos e conceitos por eles abordados quanto pela discussão sobre a morosidade no processo de regularização fundiária, visto que se investe muito na elaboração dos laudos, mas não ocorre o andamento em relação oficialização das áreas.

Pesquisadores da temática indígena, como historiadores, antropólogos, geógrafos, sociólogos, advogados entre outros, também órgãos indigenistas como a FUNAI e o CIMI discutem e desenvolvem estudos sobre os conceitos apresentados acima. A invasão, de certo, possui um sentido de uma ação construída em torno de alguma ilegalidade, algo contrário ao juízo de valor social, termo bastante utilizado pelos posseiros para criminalizar os indígenas. Enquanto que ocupação é mais atenuado, é posse legalizada de algo; significaria ter a posse legal de uma determinada área, imóvel, por exemplo, mas ainda sem ter sido regularizada. Exemplos estes, que se aplicam à realidade dos Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, em que as áreas demarcadas, mas não regularizadas, são motivo para o desencadeamento das ocupações, a fim de pressionar o poder público para dar celeridade ao processo de territorialização.

Sobre reconquista e retomada, o primeiro é utilizado para referir-se aos processos históricos de povos que disputavam as expansões de territórios. Esse processo também configurou-se como processo de restaurativo para a população cristã na época. Já o segundo, está associado ao contexto de mobilizações, neste caso específico dos indígenas, com o intuito de ocupar terras que os pertenceram, ou seja, “as retomadas de terras consistem em processos de recuperação, pelos indígenas, de áreas por eles tradicionalmente ocupadas e que se

¹⁰⁵Entrevista com Antônio Celestino, realizada pela autora, na Aldeia Boqueirão no dia 24/12/2018.

encontravam em posse de não-índios” (ALARCON, 2013, p. 100). Consideramos muito importante compreender o que os indígenas pensam sobre os processos históricos nos quais estão inseridos, principalmente por serem eles mesmos os protagonistas desta história.

3.6 Paisagem nos territórios indígenas

A história das paisagens constitui um campo não tão recente, remontando, pelo menos, ao início do século XX, nas interfaces entre uma Geografia Humana e uma História Agrária (SILVA, 1997, p. 301). O conceito de Paisagem é muito diversificado, podendo a partir das várias áreas de conhecimento. Buscamos centrar a discussão no campo da História e Ecologia, para pensarmos a Aldeia Mata da Cafurna por meio da paisagem. A terra é um documento histórico carregado de informações e observar as paisagens na atualidade é necessário para ver melhor o passado. Paisagem é cultura, antes de ser Natureza, projetada sobre a mata, água, rocha. Uma paisagem é repleta de significados identitários, simbólicos, construídos e reproduzidos (SCHAMA, 1996, p. 93).

Observar as paisagens é observar as ações humanas (SILVA, 1997, p. 298), desde fins do século XVIII reforçou-se a ideia de que Natureza era oposição ao ser humano, o que influenciou bastante a História, sendo por muito tempo pensado como opostos em estudos e processos. Devemos entender a Natureza não mais como um dado externo e imóvel, mas como produto de uma prolongada atividade humana. Superando portanto, a visão tradicional das Ciências Humanas que considerem as “forças naturais” como um fator externo ao processo histórico.

Fotografia 15: Paisagem na Aldeia Mata da Cafurna



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018

A paisagem não é espaço, nem o espaço é essa categoria que se afigura como natural e anterior à cultura. A paisagem é um conjunto de espaços transformados pelas relações humanas. Para Schama (1996) o referente está tão colado ao signo que não se pode mais separá-los, tal como não faz sentido separar Cultura e Natureza. A literatura ambientalista evidenciou que os humanos vêm transformando o Ambiente há milênios e o chamado de “natural” é artificialmente selecionado, como as espécies vegetais que a agricultura criou. O termo paisagem é extremamente polissêmico, e as acepções disciplinares a ele relacionadas são tão vagas quanto variadas. Para a Geografia a paisagem é um conceito-chave, capaz de dar unidade e identidade à geografia num contexto de afirmação da disciplina.

A Mata da Cafurna, paisagem de um Bioma que varia entre Caatinga e Mata Atlântica, inseridos em um Brejo de Altitude e/ou floresta úmida, habitado por indígenas Xukuru-Kariri, tem esta paisagem agregada à cultura desse povo que se adaptou ao ecossistema existente. Mas também adaptaram- no, sem que para isso tenham destruído o Ambiente, ao contrário, preservando-o. Esta paisagem retrata um lugar cuja história política, social, cultural e religiosa é diferenciada, possuindo valores e sentimentos comuns a uma comunidade, em relação à Natureza,

Nas TIs, o trabalho com a restauração de florestas e a proteção de nascentes e outros corpos d'água, muitas vezes, tem uma dimensão cosmológica, pois estes lugares da paisagem são considerados como especiais ou sagrados, e são protegidos por entidades sobrenaturais. Esse aspecto reforça a importância de os povos indígenas serem os protagonistas no desenho e na execução de iniciativas de restauração ecológica nas suas terras (MILLER, 2016, p. 17).

Analisar o processo histórico vivenciado pelos Xukuru-Kariri habitantes na Mata da Cafurna a partir do estabelecimento na Aldeia é reconhecer que desde então, os indígenas se fortaleceram, organizaram-se para continuar mobilizando-se por direitos. Este fortalecimento ocorreu por estarem no território, planejando ações para o movimento a vida, respeitando a Natureza e o que recebem dela, os pássaros, os lugares diferentes. Sobre isto, falou o indígena Antônio Celestino:

Eu sou um homem muito sofrido, mas também sou muito forte. Eu tenho um passado, eu tenho minha história, do meu povo de tanto sofrer, hoje eu sou a inspiração, hoje eu sou a inspiração para o debate, para a busca e a luta, e é preciso muita coragem pra isso¹⁰⁶.

As memórias socializadas pelos indígenas nos diversos momentos de interações são carregadas de simbolismos. As respostas as perguntas não são objetivas; muitas vezes são respondidas em formas de códigos ou retornadas ao entrevistador como questionamento. Na maioria, as conversas ocorreram com a presença de aspectos relacionados ao Ambiente e ao Cosmos. Oíndio Antônio Celestino ao ser perguntado como explicava as relações do índio com a Natureza, antes de responder pediu licença, afirmou que iria buscar um livro e voltou com um punhado de areia nas mãos, jogou-a sobre a mesa onde estávamos e afirmou:

Falei que ia trazer um livro, mas isso é mais importante que um. Vou fazer uma pergunta, como vocês percebem Deus com vocês? Eu percebo Deus comigo pelo que sou e pelo que faço, se eu fizer mal ao meu próximo, minha alma entristece, e se eu fizer um bem, minha alma se alegra, é assim que eu percebo Deus conosco. Eu amo, eu adoro a floresta, e ela é Deus, é nossa vida, ele tá aqui nessa sementinha, e por que fogo queime e água que cozinhe, ele é Deus, e é muito mais forte que a gente¹⁰⁷.

Existe uma sabedoria entre os anciãos indígenas que justificam o respeito e a importância dos demais índios. As narrativas não são apenas sobre o que aconteceu, mas orienta, inquieta e faz respeitá-los também. Sendo necessária muita sensibilidade para compreender os códigos e signos inseridos em cada narrativa.

¹⁰⁶ Entrevista com Antônio Celestino, realizada pela autora, na Aldeia Boqueirão no dia 24/12/2018.

¹⁰⁷ Entrevista com Antônio Celestino na Aldeia Boqueirão em 24/12/2018, Palmeira dos Índios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada resultou em muitas descobertas, redefinições de rotas e replanejamentos. E sobre isso Alberti (2004) e tantos outros pesquisadores alertavam. A pesquisa apresentada teve como objetivo realizar estudos sobre os indígenas Xukuru-Kariri, habitantes na Aldeia Mata da Cafurna, percebendo como ocorrem as relações socioambientais no município de Palmeira dos Índios, Semiárido alagoano. O Ambiente tornou-se fonte direta para a pesquisa. Fizemos registros fotográficos a partir das diversas estadas em campo. O uso das fotografias, como recurso metodológico, fortaleceu as narrativas e descrições dos espaços na Aldeia, possibilitando relacionar o texto e as imagens.

As concepções teóricas e metodológicas usadas neste estudo buscaram traduzir o universo dos indígenas a partir de um breve percurso histórico desde fins do século XVIII aos dias atuais. Tratando com mais especificidade o contexto histórico a partir do estabelecimento dos indígenas na Aldeia Mata da Cafurna, ocorrendo pouco tempos após as emergências étnicas, momento de ressurgimento e mobilizações para as retomadas de territórios, visibilidade política e reconhecimento étnico. A pesquisa evidenciou os conflitos entre posseiros e indígenas, além de apresentar a rede de relações existentes, as tensões e os conflitos, principalmente para os indígenas.

A organização sociopolítica dos indígenas estudados tem os evidenciado, as mobilizações e as redes de apoio construídas ao longo dos anos fortaleceram as reivindicações e resultaram em direitos conquistados; a escola, o posto de saúde, o encanamento e a distribuição das águas, são conquistas que contribuem positivamente para todos habitantes na Aldeia. No entanto, observamos a necessidade dos indígenas continuarem reivindicando melhorias. Por exemplo, a escola existente na Aldeia conta com professores contratados; ocorrendo há bastante tempo um grande empenho dos indígenas que solicitam concurso efetivo para a categoria de professores indígenas, e assim garantir melhores condições de trabalho e ensino. Percebemos que quando tratamos sobre saúde a situação é mais grave ainda, a começar pelo prédio onde funciona o PSF, que necessita de reformas há muito tempo, mas nada acontece. Além do quadro de funcionários que precisa ser aumentado, tendo em vista o crescimento progressivo da população indígena.

A Aldeia estando localizada no Semiárido alagoano, com uma vegetação que varia entre Mata Atlântica, Caatinga e espécies endêmicas com a presença de fauna e flora diversas. O bioma identifica a Aldeia como local de produções de alimentos por quase todo o ano, por conta de estar inserido em um Brejo de Altitudes. Onde a umidade e a altitude contribuem

positivamente tanto para a subsistência do próprio povo indígena quanto para quem comercializa parte destas produções, caracterizando-se como marcador sociocultural do povo Xukuru-Kariri.

Os recursos hídricos existentes na Aldeia torna evidente a importância dos territórios indígenas para o município como um todo, pois estes recursos naturais garantem qualidade de vida não apenas para os indígenas, mas também para a população municipal, e o poder público precisa reconhecer essa importância, até então não externada. A História Ambiental foi fundamental para que percepções e conhecimentos específicos na realização da pesquisa interligados a conceitos como memória e cultura possibilitando que percebêssemos o quanto dinâmicos são os processos envolvendo grupos humanos, ao mesmo tempo em que constroem a identidade étnica.

A convivência com os indígenas ocorreu de forma processual. As primeiras visitas ocorreram com relações mais distantes, mas à medida que mais vezes estivemos na Aldeia, mais nos aproximávamos. E esta aproximação resultou em mais conversas que possibilitaram maior aproveitamento no trabalho de campo. Buscamos as vozes dos indígenas por meio das narrativas e socialização das memórias inseridas no texto, pois entendemos os indígenas como sujeitos e protagonistas da própria história. Também apresentamos as percepções dos indígenas Xukuru-Kariri, sobre conceitos abordados por pesquisadores, quando externaram as compreensões, sobre os temas que abordamos.

Diferente da elaboração dos capítulos anteriores desta Dissertação, construir o último capítulo especificamente, desencadeou dificuldades que em alguns momentos, comprometeram a elaboração do texto. É muito importante que o pesquisador não descarte as possibilidades de se pensar várias estratégias para obter resultados positivos na pesquisa. A conjuntura política atual tem afetado diretamente o cotidiano dos indígenas Xukuru-Kariri. Os atendimentos médicos, o acesso à Escola, a saída com mais frequência dos habitantes na Aldeia Mata da Cafurna em busca de emprego, tem preocupado as lideranças. Em razão disto, os rituais também têm ocorrido com mais frequência, e maior tempo, sendo compreensível de acordo com as necessidades do povo. No entanto, a pesquisa inicialmente não considerou que tais situações pudessem ocorrer, por não conhecer o cotidiano dos indígenas..

Diante desta necessidade em realizar os rituais, as estadas na Aldeia tornaram-se mais difíceis, uma vez que os habitantes estavam ausentes, não poderiam nos receber. O que causou preocupação. Ainda assim continuamos às pesquisas e aproveitamos as oportunidades de estarmos na aldeia, mesmo limitados quanto à circulação. O que impossibilitou os registros fotográficos das demais nascentes, sendo apenas possível o registro de duas (02) delas

localizadas distantes do provável local onde estava acontecendo o ritual do Ouricuri. O mesmo vem acontecendo desde o mês de outubro de 2018 e se estenderá até meados de fevereiro, o que implicou em menos quantidades de registros. Neste sentido, buscamos compensar tal circunstância com discussão acerca da importância das nascentes e as relações delas com o Rio Coruripe, com a bacia hidrográfica e com a Natureza na Aldeia.

Buscamos apresentar um panorama sobre o povo Xukuru-Kariri, especificamente os indígenas habitantes na Aldeia Mata da Cafurna, objetivando evidenciar a importância dos indígenas enquanto habitantes na única reserva florestal no município de Palmeira dos Índios. Evidenciando equilíbrio entre Natureza e indivíduo que preservam o Ambiente, pois entendem que a Mata é o principal componente das expressões socioculturais e identitária dos Xukuru-Kariri.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e Irrigação **Plano diretor recursos hídricos da bacia do rio Coruripe**. Pró – Água Semiárido. Latin Consult, 2002.

ALARCON, Daniela F. A forma retomada: contribuições para o estudo das retomadas, a partir do caso tupinambá da Serra do Padeiro. In: **Ruris**. v. 7, n. 1, p. 99-126, mar. 2013.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. **O que documenta a fonte oral?** Possibilidades para além da construção do passado. Rio de Janeiro, CPDOC FGV, 1996.

ALMEIDA, Denise Ribeiro de. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6 ed. 2011a.

_____. História e Antropologia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro, Campus, 2011b, p. 151-168.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.^a ed, Manaus: PESCA–UFAM, 2008.

ANTUNES, Clóvis. **Wakona-Kariri-Xukuru**. Maceió, Universidade Federal de Alagoas, 1973.

ARRUDA, Gilmar. **A natureza dos rios: história, memória e territórios**. Curitiba, UFPR, 2008.

ARRUTI, José M. P. A. **O reencantamento do mundo: trama histórica e arranjos territoriais Pankararu**. Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, 1996 (Dissertação Mestrado em Antropologia).

_____. Da memória cabocla à história indígena: o processo de mediação entre conflito e reconhecimento étnico (Xocó, Porto da Folha/SE). In: Rachel Soihet, Maria R. C. de Almeida, Cecília Azevedo e Rebeca Contijo. (Orgs.). **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 249-270.

_____. A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

ASSIS, José Santino de. **Biogeografia e conservação da biodiversidade; projeções para Alagoas**. Maceió, Edições Catavento, 2000.

BARROS, Ivan. **Etnia tribal Xucurú-Kariri e a formação de Palmeira dos Índios**. Ed. do autor, Olinda – PE. 2011.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 2000.

BARTH, Fredrik. **Grupos Étnicos e suas fronteiras**. In: POUTIGNAT, P. Teorias da etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, 2 ed. São Paulo: UNESP, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Asa. SEMIÁRIDO - Articulação do Semiárido.
<http://www.asabrasil.org.br/semiarido>. Acesso em 29/07/2018.

BRUNI, J. C. Water and life. **Revista de Sociologia da USP**, v. 5, n.1, 1994, p. 53-65.

CARDOSO, Thiago Mota. **Paisagens em transe: uma etnografia sobre poética e cosmopolita dos lugares habitados pelos Pataxó no Monte Pascoal**. Florianópolis, 2016 (Tese de Doutorado).

CARRARA, Douglas. **Relatório preliminar circunstanciado das terras de identificação e delimitação da terra indígena Xucuru-Kariri**. 2011. Disponível em
<http://www.bchicomendes.com/cesamep/relatorio.htm>. Acesso em 29 de março de 2018.
 CIMI, **Conselho Indigenista Missionário** - <https://www.cimi.org.br/2006/10/25336/> Acesso em 30/04/2018.

CRACCO, Rodrigo Bianchini. **A longa duração e as estruturas temporais em Fernand Braudel**: de sua tese O Mediterrâneo e o mundo Mediterrânico na Época de Felipe II até o artigo História e Ciências Sociais: a longa duração (1949-1958). 2009. 115 f. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Dissertação, 2009 (mestrado).

DIAS, Herly Carlos Teixeira; LEAL, Mariana Santos; MINGOTI, Rafael; TONELLO, Cristina. Caracterização hidroambiental de nascentes In: **Ambiente e Água** – An Interdisciplinary Journal of applied Science.

DIEGUES JR, Manuel. **O banguê das Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3ª. ed. Maceió, Edufal, 2012.

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, 1991, p.177-197.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Levantamento de reconhecimento de baixa e média intensidade dos solos do Estado**. Recife: Embrapa Solos, 2012.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmem. **Sociedade, Natureza e território**: contribuições para a história ambiental. In: NODARI, Eunice Sueli e KLUG, João. História Ambiental e migrações. São Leopoldo, Oikos, 2012, p. 167-197.

FERREIRA, Gilberto Geraldo. **Educação formal para os índios:** as escolas do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) nos postos indígenas de Alagoas (1940-1967). Recife/PE, 2016, UFPE, 2016 (Tese de Doutorado).

FUNES, Eurípedes. **Mocambos:** Natureza, cultura e memória. História Unisinos 13(2):146-153, Maio/ maio/vol. 13 nº 2- maio/agosto de 2009.

FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. In: **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Vol. 21 (2017), n.1, p. 19-29.

HAESBAERT, R. **Viver no limite:** território e multitransterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2014.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo, Centauro, 2003.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terencer. **A invenção das Tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

HOBBSAWM, Eric. J. **Sobre história.** São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

LINDOSO, Dirceu. **O grande Sertão:** os currais de boi e os índios de corso. Brasília, Fundação Astrojildo Pereira, 2011.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz:** poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis, RJ, Vozes, 1995.

_____. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil.** São Paulo-SP, Companhia das Letras, 1992, p.155-172.

LOPES, Alfredo Ricardo Silva. História Ambiental: uma demanda contemporânea. **Cadernos de Pesquisa Cdhis.** Uberlândia, V. 23, n. 2, jul/dez, 2010, p. 303-330.

MAIA, Lício de Oliveira. Prefácio, In: SANTOS, Carlos Alberto Batista; SILVA, Edson Hely; OLIVEIRA, Edivânia Granja da Silva; NETO, Eraldo Medeiros Costa (Orgs) **História Ambiental e história indígena no Semiárido brasileiro.** Feira de Santana: UEFS, 2016.

MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. **Os caminhos da aldeia:** índios Xukuru-Kariri em diferentes contextos situacionais. Recife, UFPE, 1994 (Dissertação Mestrado em Antropologia).

MARTINEZ, Paulo Henrique. **Brasil:** desafios para uma História Ambiental. Colômbia: Universidad Central, 2005.

_____. **Meio Ambiente e dimensão histórica:** perspectivas de abordagens, Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/especialistas-questionam-conceitos-201cemprestados201d-a-historia-ambiental>. Acesso: 26/07/2016.

_____. História ambiental: um olhar prospectivo. In: **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, v. 24, n. 1, p. 23-35, 2011. Disponível em:<<http://hdl.handle.net/11449/126775>>.

MELO, Mário Lacerda. **Os agrestes: estudos dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de usos de recursos**. Recife, SUDENE, 1980.

MILLER, Robert P. (et al.). **Agroecologia e restauração ambiental em terras indígenas** (A experiência do projeto GATI em Terras Indígenas), Brasília: IEB, 2016.

MI – Ministério da Integração Nacional. **Nova delimitação do Semiárido Brasileiro**. 2005, 33p. Disponível em http://www.asabrazil.org.br/UserFiles/file-cartilha_delimitação_semiárido.pdf>. Acessado em 27/07/2018.

MOREIRA, Ana Cristina de Lima; PEIXOTO, José Adelson L; SILVA, Tiago Barbosa da. **Mata da Cafurna: tradição e cultura do povo XuKuru-Kariri**. Maceió, Catavento, 2008.

NEVES, Mary Hellen Lima das. **Os Xucuru-Kariri da Mata da Cafurna no cotidiano de Palmeira dos Índios: convivendo com a (in) diferença**. Palmeira dos Índios-AL, UNEAL, 2014 (Trabalho de conclusão de Curso).

OLIVEIRA, Edivania G. da Silva. **Os Pankará na Serra do Arapuá: relações socioambientais no Sertão pernambucano**. Campina Grande, PB, UFCG, 2014 (Dissertação Mestrado em História).

OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1999.

_____. **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória**. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2011.

_____. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra capa, 2016.

OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. **História ambiental no Brasil: o percurso historiográfico de Warren Dean**. 2013. 281 f. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2013 (Tese de doutorado). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103152>>.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. In: **Estudos avançados**, 2010, p. 24-68

PARISI, Rosana Soares Bertocco. **Xucuru-Kariri: a reconstituição da trajetória de um grupo indígena remanejado e suas habitações em “novaterra”**, Escola de Engenharia São Carlos, Universidade de São Paulo, 2008 (Dissertação de mestrado).

PARRA, Lilian Bulbarelli. **Práticas de mapeamento e territorialidades: uma experiência entre os Pataxó do Monte Pascoal**. Florianópolis, UFSC, 2016. (Dissertação Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas).

_____. **Um país e seis biomas**. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/colunas/jose-augusto-padua/17221-oeco-14520/>. Acesso: 06/07/2018.

PEREIRA, Luiz de Araújo. **Meio natural alagoano: aspectos históricos**. Maceió, Edufal, 1991, 64p., il.

PEREIRA, Thiago Alberto da Silva. **Valoração indireta da água:** aplicação na bacia do Rio Coruripe-Alagoas. Porto Alegre, UFRS, 2010 (Dissertação de Mestrado em Recursos hídricos e Saneamento Ambiental).

PEIXOTO, José Adelson Lopes; ROCHA, Adauto Santos da. Entre a ida e a volta: a família Ricardo e a formação da Fazenda Canto (1872 a 1952). In: I Seminário PIBID História – Metodologias do Ensino de História: Identidade e Memória, 2017. **Anais...** Palmeira dos Índios: UNEAL, 2017.

PEIXOTO, José Adelson L. **Memórias e imagens em confronto:** os Xukuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá. João Pessoa, UFPB, 2013 (Dissertação Mestrado em Antropologia).

PINTO, Estevão. O ossuário da “Gruta-do-Padre” em Itaparica e algumas notícias sobre os remanescentes indígenas do Nordeste. In: **Boletim do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, 1938-1941, p. 151-240.

PONTES, Denise dos Santos; SILVA, Cícero Bezerra. **Impactos ambientais da Sub-bacia hidrográfica do Riacho Lunga/AL.** Anais do VII CGB, Vitória/ES, 2014.

PORTO, Kátia C; CABRAL, Jaime J. P; TABARELLI, Marcelo. **Brejos de altitude em Pernambuco e Paraíba:** História Natural, Ecologia e conservação. Brasília, DF, Ministério do Meio Ambiente, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo, Ática, 1993.

RODRIGUES, André Figueiredo; SILVA, Edson; AGUIAR, José Otávio. **Natureza e Cultura nos domínios de Clío:** história, meio ambiente e questões étnicas. Campina Grande: EDUEFCG, 2012.

SATO, Michéle. Territórios, identidades, e Ecologia de resistência. In: SEABRA, Giovanni. (Org.). **Educação Ambiental no mundo globalizado:** uma ecologia de riscos, desafios e resistência. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011. p. 27-38.

SANTOS, Lionaldo dos. **Alterações espaciais na bacia hidrográfica do Rio Coruripe, Alagoas.** Maceió, UFAL, 2018 (Dissertação de Mestrado em Geografia)).

SANTOS, Márcia Daniela dos. **Levantamento de moscas-das-frutas (Diptera: Tephritidae), e seus possíveis agentes Biológicos de controle na região serrana de Alagoas.** Rio Largo, UFAL, 2014. (Dissertação Mestrado em Ciências Agrárias).

SEABRA, Giovanni. Educação Ambiental: caminhos para conservação da sociobiodiversidade. In: _____. (Org.). **Educação Ambiental no mundo globalizado:** uma ecologia de riscos, desafios e resistência. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2011. p. 17-38.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SECUNDINO, Marcondes de Araújo. Etnologia indígena e a formação da Antropologia no Brasil: as contribuições de Mário de Melo e Carlos Estevão de Oliveira no início do século

XX. In: SANTOS, Carlos Alberto Batista; SILVA, Edson Hely; OLIVEIRA, Edivânia Granja da Silva (Orgs). **História Ambiental, História Indígena e Relações Socioambientais no Semiárido brasileiro**. Paulo Afonso-BA, 2018, p.229-271.

SEPLAG – Secretaria de Estado do Planejamento, gestão e patrimônio. Disponível em <http://www.seplag.al.gov.br/>. Acesso em 31/07/2018.

SILVA, Edson H; SANTOS, Carlos Alberto Batista; OLIVEIRA, Edivania Granja; NETO, Eraldo Medeiros Costa. (Orgs.) **História Ambiental e história indígena no Semiárido brasileiro**. Feira de Santana, BA, UFES, 2016.

SILVA, Edson Hely. História Xukuru, história indígena no Nordeste: novas abordagens. In: **Mnemosine Revista**, 2010, p. 64-83.

_____. Índios no Nordeste: por uma história socioambiental regional. In: **Cadernos do Ceas**, Salvador, n. 240, p. 117-136, jan./abr., 2017a.

_____. A invenção dos índios nas narrativas sobre o Brasil. In: ANDRADE, Juliana A. de; SILVA, Tarcísio A. A. da.. (Orgs.). **O ensino da temática indígena: subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades indígenas**. Recife, Edições Rascunhos, 2017. p. 39-79.

_____. Índios Xukuru x fazendeiros: história socioambiental no Agreste pernambucano. In: André Figueiredo; SILVA, Edson; AGUIAR, José Otávio. **Natureza e Cultura nos domínios de Clio: história, meio ambiente e questões étnicas**. Campina Grande, EDUFPG, 2012, p. 65-92.

_____. **Xukuru: memórias e histórias dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. Recife, UFPE, 2014.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros. **Aldeando sentidos: os Xukuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste Alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2013.

_____. Terra e trabalho: indígenas na província das Alagoas. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

SILVA, Thayan Correia da; PEIXOTO, Adelson Lopes. Demarcação, desintrusão e conflito territorial em Palmeira dos Índios-AL In: APRATTO, Douglas; COSTA, Jairo José Campos da. **Alagoas: a herança indígena**. Maceió: Eduneal, 2016. p.107-123.

SILVA, Edson Vicente da. Biosociodiversidade e sustentabilidade dos povos da Floresta. In: SEABRA, Giovanni. (Org.). **Educação Ambiental no mundo globalizado: uma ecologia de riscos, desafios e resistência**. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2011, p. 65-78.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. História das Paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro, Campus, 1997. p. 203.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves da; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. **Conflitos socioambientais em Pernambuco**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massagana, 2013.

VASCONCELOS JR, Nadson Alexandre. **Organização espacial da produção leiteira de Alagoas**: caracterização da cadeia de laticínios no Semiárido (Monografia em Geografia) Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL, 2015, 101p.

_____. **Organização espacial da Bacia Leiteira no Semiárido de Alagoas**. Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL, 2017, 180p. (Dissertação em Geografia)

TORRES, Luiz Barros. **Os índios Xucuru e Kariri em Palmeira dos Índios**. 4ª ed. Maceió, Igasa, 1984.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, 1991, p. 198-215.

Fontes

Acervo Luiz Barros Torres – Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, campus III, Palmeira dos Índios/AL.

Acervo do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Maceió/AL.

Acervo digital do Instituto Socioambiental – ISA
(<https://www.google.com/search?q=isa&oq=ISA&aqs=chrome.69i59j69i61j0l4.1637j0j9&sourceid=chrome&ie=UTF-8>)

Arquivo Público de Alagoas – APA, Maceió/AL.

Museu do Índio/ Rio de Janeiro, Documentação do SPI - Inspetoria Regional 4 (IR4) - 069 - Inspetor Irineu dos Santos - Caixa 165.

Entrevistas

Antônio Celestino. Aldeia Boqueirão. Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 24/12/2018.

Dilson Ferreira. Aldeia Boqueirão. Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 24/12/2018.

Eliete Alves de Souza (Corã Xukuru-Kariri). Aldeia Mata da Cafurna. Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 21/12/2017.

Lenoir Tibiriçá. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 27/05/2017.

Maria da Salete Souza, Aldeia Mata da Cafurna. Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 21/12/2017.

Suyane de Souza Tenório, Aldeia Mata da Cafurna. Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 21/11/2018.

Tanawy de Souza Tenório, Aldeia Mata da Cafurna. Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 21/11/2018.

Zennus Diny's Feitosa dos Santos, Conselho Indigenista Missionário – CIMI/AL

Habitante 01: Não identificou-se por medo de represálias. Aldeia Mata da Cafurna. Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 27/05/2017.

Habitante 02: Não identificou-se por medo de represálias. Aldeia Mata da Cafurna. Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 27/05/2017.

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome do/a entrevistado Antônio Selestino da Silva,
o/a senhor/a está sendo convidado/a para participar, como voluntário/a, em uma pesquisa. Após ser esclarecido/a sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizado/a de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Os índios Xukuru-Kariri na Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios: relações socioambientais no Semiárido alagoano (1979 a 2016).

Pesquisadora Responsável: Mary Hellen Lima das Neves
Endereço residencial: Rua Justino Araújo, nº:44, Centro, Igaci - Alagoas
E-mail: maryhellenlima@hotmail.com
Orientadora: Profª Drª Michelle Reis de Macedo

A pesquisa intitulada Os índios Xukuru-Kariri na Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios: relações socioambientais no Semiárido alagoano (1979 a 2016) é sobre a Aldeia Mata da Cafurna habitada pelo povo indígena Xukuru-Kariri, no município de Palmeira dos Índios/AL, tem como objetivo identificar e buscar compreender a importância da ocupação deste território para seus habitantes, bem como os significados das relações socioculturais que estabeleceram com o Ambiente, o acesso e utilização dos recursos naturais entre 1979 a 2016. A área territorial da referida aldeia foi retomada em 1979 e após um longo processo jurídico foi regulamentado em um total de 620,6 ha, abrigando atualmente cerca de 150 famílias, em média 812 pessoas, que constituem suas moradias, produzem sua base alimentar, praticam rituais religiosos e procuram assegurar o equilíbrio com o Ambiente. A população cresce consideravelmente e a quantidade de terras disponíveis naquele espaço vem se tornando insuficiente para assegurar as mínimas condições de sobrevivência para aquelas famílias, motivos que desencadeiam conflitos e novas retomadas territoriais.

Mary Hellen Lima das Neves
MARY HELLEN LIMA DAS NEVES

Antônio Selestino da Silva
CIÊNCIA DO/A ENTREVISTADO/A

Nº 1.218.969 - S.S.P. - AL.
RG/CPF:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome do/a entrevistado Dilson Ferreira Celestino,
o/a senhor/a está sendo convidado/a para participar, como voluntário/a, em uma pesquisa. Após ser esclarecido/a sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizado/a de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Os índios Xukuru-Kariri na Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios: relações socioambientais no Semiárido alagoano (1979 a 2016).

Pesquisadora Responsável: Mary Hellen Lima das Neves
Endereço residencial: Rua Justino Araújo, nº:44, Centro, Igaci - Alagoas
E-mail: maryhellenlima@hotmail.com
Orientadora: Profª Drª Michelle Reis de Macedo

A pesquisa intitulada Os índios Xukuru-Kariri na Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios: relações socioambientais no Semiárido alagoano (1979 a 2016) é sobre a Aldeia Mata da Cafurna habitada pelo povo indígena Xukuru-Kariri, no município de Palmeira dos Índios/AL, tem como objetivo identificar e buscar compreender a importância da ocupação deste território para seus habitantes, bem como os significados das relações socioculturais que estabeleceram com o Ambiente, o acesso e utilização dos recursos naturais entre 1979 a 2016. A área territorial da referida aldeia foi retomada em 1979 e após um longo processo jurídico foi regulamentado em um total de 620,6 ha, abrigando atualmente cerca de 150 famílias, em média 812 pessoas, que constituem suas moradias, produzem sua base alimentar, praticam rituais religiosos e procuram assegurar o equilíbrio com o Ambiente. A população cresce consideravelmente e a quantidade de terras disponíveis naquele espaço vem se tornando insuficiente para assegurar as mínimas condições de sobrevivência para aquelas famílias, motivos que desencadeiam conflitos e novas retomadas territoriais.

Mary Hellen Lima das Neves
MARY HELLEN LIMA DAS NEVES

Dilson Ferreira Celestino
CIÊNCIA DO/A ENTREVISTADO/A

nº 29.220.724-4-SSP-SP
RG/CPF:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome do/a entrevistado Benoin Tibirica,
o/a senhor/a está sendo convidado/a para participar, como voluntário/a, em uma pesquisa. Após ser esclarecido/a sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizado/a de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Os índios Xukuru-Kariri na Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios: relações socioambientais no Semiárido alagoano (1979 a 2016).

Pesquisadora Responsável: Mary Hellen Lima das Neves
Endereço residencial: Rua Justino Araújo, nº:44, Centro, Igaci - Alagoas
E-mail: maryhellenlima@hotmail.com
Orientadora: Profª Drª Michelle Reis de Macedo

A pesquisa intitulada Os índios Xukuru-Kariri na Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios: relações socioambientais no Semiárido alagoano (1979 a 2016) é sobre a Aldeia Mata da Cafurna habitada pelo povo indígena Xukuru-Kariri, no município de Palmeira dos Índios/AL, tem como objetivo identificar e buscar compreender a importância da ocupação deste território para seus habitantes, bem como os significados das relações socioculturais que estabeleceram com o Ambiente, o acesso e utilização dos recursos naturais entre 1979 a 2016. A área territorial da referida aldeia foi retomada em 1979 e após um longo processo jurídico foi regulamentado em um total de 620,6 ha, abrigando atualmente cerca de 150 famílias, em média 812 pessoas, que constituem suas moradias, produzem sua base alimentar, praticam rituais religiosos e procuram assegurar o equilíbrio com o Ambiente. A população cresce consideravelmente e a quantidade de terras disponíveis naquele espaço vem se tornando insuficiente para assegurar as mínimas condições de sobrevivência para aquelas famílias, motivos que desencadeiam conflitos e novas retomadas territoriais.

Mary Hellen Lima das Neves

MARY HELLEN LIMA DAS NEVES

Benoin Tibirica

CIÊNCIA DO/A ENTREVISTADO/A

831.663 SS P. AL

RG/CPF:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome do/a entrevistado Maria Eliete Alves de Sousa, o/a senhor/a está sendo convidado/a para participar, como voluntário/a, em uma pesquisa. Após ser esclarecido/a sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizado/a de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: a atuação de padre Alfredo Dâmaso e suas contribuições para as mobilizações indígenas no Nordeste contemporâneo.

Pesquisadora Responsável: Mary Hellen Lima das Neves

Endereço residencial: Rua Justino Araújo, nº44, Centro, Igaci - Alagoas

E-mail: maryhellenlima@hotmail.com

Orientador: Prof^o Dr^a Michelle Reis de Macedo

A proposta dessa pesquisa surgiu da necessidade em compreender como os indígenas Xukuru-Kariri na Aldeia Indígena Mata da Cafurna, no Semiárido alagoano, ressignificaram o seu território enquanto espaços de relações socioculturais e ambientais, além das formas de acesso e usos dos recursos naturais que transformaram a aldeia e o cotidiano dos seus habitantes entre o período de 1979 a 2016.

Informamos que o/a senhor/a, ao permitir a utilização de imagens ou de trechos de conversas informais poderá correr um único risco que é o de exposição, entretanto, registramos que resguardaremos todos os aspectos éticos para preservar sua integridade física, moral e intelectual, inclusive comprometendo-nos em não revelar a sua identidade, caso assim deseje. Esclarecemos também que, a qualquer tempo o/a senhor/a poderá retirar o consentimento, se assim o desejar, sem que haja qualquer tipo de penalidade ou constrangimento.

A sua participação é fundamental para que suas opiniões, memórias e histórias de pertencimento sejam conhecidas, criando assim uma situação de audibilidade e visibilidade: “fazer com que sua voz seja ouvida... levá-la para fora... conseguir que seu discurso chegue a outras pessoas e comunidades” (PORTELLI, 1997, p. 31). Objetivamos, por meio desta pesquisa reconhecer a importância histórica da Aldeia Mata da Cafurna para os Xukuru-Kariri, enquanto espaço no Semiárido alagoano, para a sobrevivência física e afirmação sociocultural dos seus habitantes.

Mary Hellen Lima das Neves
MARY HELLEN LIMA DAS NEVES

Maria Eliete Alves de Sousa (Kosom Xukuru)
CIÊNCIA DO/A ENTREVISTADO/A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome do/a entrevistado Maria da Salte Souza,
o/a senhor/a está sendo convidado/a para participar, como voluntário/a, em uma pesquisa. Após ser esclarecido/a sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizado/a de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Os índios Xukuru-Kariri na Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios: relações socioambientais no Semiárido alagoano (1979 a 2016).

Pesquisadora Responsável: Mary Hellen Lima das Neves
Endereço residencial: Rua Justino Araújo, nº:44, Centro, Igaci - Alagoas
E-mail: maryhellenlima@hotmail.com
Orientadora: Profª Drª Michelle Reis de Macedo

A pesquisa intitulada Os índios Xukuru-Kariri na Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios: relações socioambientais no Semiárido alagoano (1979 a 2016) é sobre a Aldeia Mata da Cafurna habitada pelo povo indígena Xukuru-Kariri, no município de Palmeira dos Índios/AL, tem como objetivo identificar e buscar compreender a importância da ocupação deste território para seus habitantes, bem como os significados das relações socioculturais que estabeleceram com o Ambiente, o acesso e utilização dos recursos naturais entre 1979 a 2016. A área territorial da referida aldeia foi retomada em 1979 e após um longo processo jurídico foi regulamentado em um total de 620,6 ha, abrigando atualmente cerca de 150 famílias, em média 812 pessoas, que constituem suas moradias, produzem sua base alimentar, praticam rituais religiosos e procuram assegurar o equilíbrio com o Ambiente. A população cresce consideravelmente e a quantidade de terras disponíveis naquele espaço vem se tornando insuficiente para assegurar as mínimas condições de sobrevivência para aquelas famílias, motivos que desencadeiam conflitos e novas retomadas territoriais.

Mary Hellen Lima das Neves
MARY HELLEN LIMA DAS NEVES

Maria da Salte Souza
CIÊNCIA DO/A ENTREVISTADO/A

R.G. 347.360
RG/CPF:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome do/a entrevistado Suyane de Souza Tenório,
o/a senhor/a está sendo convidado/a para participar, como voluntário/a, em uma pesquisa. Após ser esclarecido/a sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizado/a de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Os índios Xukuru-Kariri na Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios: relações socioambientais no Semiárido alagoano (1979 a 2016).

Pesquisadora Responsável: Mary Hellen Lima das Neves

Endereço residencial: Rua Justino Araújo, nº:44, Centro, Igaci - Alagoas

E-mail: maryhellenlima@hotmail.com

Orientadora: Prof^a Dr^a Michelle Reis de Macedo

A pesquisa intitulada Os índios Xukuru-Kariri na Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios: relações socioambientais no Semiárido alagoano (1979 a 2016) é sobre a Aldeia Mata da Cafurna habitada pelo povo indígena Xukuru-Kariri, no município de Palmeira dos Índios/AL, tem como objetivo identificar e buscar compreender a importância da ocupação deste território para seus habitantes, bem como os significados das relações socioculturais que estabeleceram com o Ambiente, o acesso e utilização dos recursos naturais entre 1979 a 2016. A área territorial da referida aldeia foi retomada em 1979 e após um longo processo jurídico foi regulamentado em um total de 620,6 ha, abrigando atualmente cerca de 150 famílias, em média 812 pessoas, que constituem suas moradias, produzem sua base alimentar, praticam rituais religiosos e procuram assegurar o equilíbrio com o Ambiente. A população cresce consideravelmente e a quantidade de terras disponíveis naquele espaço vem se tornando insuficiente para assegurar as mínimas condições de sobrevivência para aquelas famílias, motivos que desencadeiam conflitos e novas retomadas territoriais.

Mary Hellen Lima das Neves
MARY HELLEN LIMA DAS NEVES

Suyane de Souza Tenório
CIÊNCIA DO/A ENTREVISTADO/A

072.130.624-17
RG/CPF:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome do/a entrevistado Tamaly de Souza Tenório,
o/a senhor/a está sendo convidado/a para participar, como voluntário/a, em uma pesquisa. Após ser esclarecido/a sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizado/a de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Os índios Xukuru-Kariri na Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios: relações socioambientais no Semiárido alagoano (1979 a 2016).

Pesquisadora Responsável: Mary Hellen Lima das Neves
Endereço residencial: Rua Justino Araújo, nº:44, Centro, Igaci - Alagoas
E-mail: maryhellenlima@hotmail.com
Orientadora: Profª Drª Michelle Reis de Macedo

A pesquisa intitulada Os índios Xukuru-Kariri na Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios: relações socioambientais no Semiárido alagoano (1979 a 2016) é sobre a Aldeia Mata da Cafurna habitada pelo povo indígena Xukuru-Kariri, no município de Palmeira dos Índios/AL, tem como objetivo identificar e buscar compreender a importância da ocupação deste território para seus habitantes, bem como os significados das relações socioculturais que estabeleceram com o Ambiente, o acesso e utilização dos recursos naturais entre 1979 a 2016. A área territorial da referida aldeia foi retomada em 1979 e após um longo processo jurídico foi regulamentado em um total de 620,6 ha, abrigando atualmente cerca de 150 famílias, em média 812 pessoas, que constituem suas moradias, produzem sua base alimentar, praticam rituais religiosos e procuram assegurar o equilíbrio com o Ambiente. A população cresce consideravelmente e a quantidade de terras disponíveis naquele espaço vem se tornando insuficiente para assegurar as mínimas condições de sobrevivência para aquelas famílias, motivos que desencadeiam conflitos e novas retomadas territoriais.

Mary Hellen Lima das Neves
MARY HELLEN LIMA DAS NEVES

Tamaly de Souza Tenório
CIÊNCIA DO/A ENTREVISTADO/A

075 954 614 21
RG/CPF:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome do/a entrevistado: Zennus Diny's Feitoza dos Santos, o/a senhor/a está sendo convidado/a para participar, como voluntário/a, em uma pesquisa. Após ser esclarecido/a sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizado/a de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Os índios Xukuru-Kariri na Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios: relações socioambientais no Semiárido alagoano (1979 a 2016).

Pesquisadora Responsável: Mary Hellen Lima das Neves

Endereço residencial: Rua Justino Araújo, nº:44, Centro, Igaci - Alagoas

E-mail: maryhellenlima@hotmail.com

Orientadora: Profª Drª Michelle Reis de Macedo

A pesquisa intitulada Os índios Xukuru-Kariri na Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios: relações socioambientais no Semiárido alagoano (1979 a 2016) é sobre a Aldeia Mata da Cafurna habitada pelo povo indígena Xukuru-Kariri, no município de Palmeira dos Índios/AL, tem como objetivo identificar e buscar compreender a importância da ocupação deste território para seus habitantes, bem como os significados das relações socioculturais que estabeleceram com o Ambiente, o acesso e utilização dos recursos naturais entre 1979 a 2016. A área territorial da referida aldeia foi retomada em 1979 e após um longo processo jurídico foi regulamentado em um total de 620,6 ha, abrigando atualmente cerca de 150 famílias, em média 812 pessoas, que constituem suas moradias, produzem sua base alimentar, praticam rituais religiosos e procuram assegurar o equilíbrio com o Ambiente. A população cresce consideravelmente e a quantidade de terras disponíveis naquele espaço vem se tornando insuficiente para assegurar as mínimas condições de sobrevivência para aquelas famílias, motivos que desencadeiam conflitos e novas retomadas territoriais.

MARY HELLEN LIMA DAS NEVES

Zennus Diny's Feitoza dos Santos
 CIÊNCIA DO/A ENTREVISTADO/A

905180 SSP/AL
 RG/CPF: